Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores 3

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores 4

2.3 - Outras informações relevantes 7

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 8

3.2 - Medições não contábeis 9

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras 10

3.4 - Política de destinação dos resultados 14

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido 18

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas 19

3.7 - Nível de endividamento 20

3.8 - Obrigações 21

3.9 - Outras informações relevantes 22

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco 23

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado 35

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes 39

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores 49

4.5 - Processos sigilosos relevantes 50

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto 51

4.7 - Outras contingências relevantes 52

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados 53

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos 54

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado 55

5.3 - Descrição dos controles internos 56

5.4 - Programa de Integridade 69

5.5 - Alterações significativas 85

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 86

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM 87

6.3 - Breve histórico 88

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial 95

6.6 - Outras informações relevantes 96

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas 97

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 98

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais 99

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais 100

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total 103

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades 104

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior 107

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades 108

7.8 - Políticas socioambientais 109

7.9 - Outras informações relevantes 110

8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários 111

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor 112

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais 114

Índice

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord. 115

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros 116

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados 117

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis 118

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades 120

9.2 - Outras informações relevantes 123

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais 124

10.2 - Resultado operacional e financeiro 141

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras 148

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor 149

10.5 - Políticas contábeis críticas 150

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras 152

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras 153

10.8 - Plano de Negócios 154

10.9 - Outros fatores com influência relevante 160

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas 161

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas 162

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa 163

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais 167

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração 170

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem 171

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal 172

12.7/8 - Composição dos comitês 177

Índice

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores 179

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros 180

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores 194

12.12 - Outras informações relevantes 195

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária 196

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal 200

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal 204

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária 206

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária 208

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatuária 209

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária 210

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções 211

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão 212

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários 213

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal 214

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria 215

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores 216

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam 217

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor 218

13.16 - Outras informações relevantes 220

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos 221

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos 223

Índice

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados 224

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos 225

14.5 - Outras informações relevantes 226

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 15.2 - Posição acionária 227

15.3 - Distribuição de capital 230

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico 231

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte 233

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor 234

15.7 - Principais operações societárias 244

15.8 - Outras informações relevantes 258

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas 259

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas 260

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado 261

16.4 - Outras informações relevantes 262

17. Capital social

17.1 - Informações sobre o capital social 263

17.2 - Aumentos do capital social 264

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações 266

17.4 - Informações sobre reduções do capital social 267

17.5 - Outras informações relevantes 268

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações 269

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública 271

Índice

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto 272

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados 273

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 275

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação 279

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros 280

18.8 - Títulos emitidos no exterior 281

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor 282

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios 283

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros 284

18.12 - Outras infomações relevantes 285

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor 286

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria 287

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria 288

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários 289

20.2 - Outras informações relevantes 290

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações 291

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 292

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações 293

21.4 - Outras informações relevantes 294

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Salésio Nuhs**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Sergio Castilho Sgrillo Filho**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

PARA FINS DO ITEM 1.1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Eu, **Salésio Nuhs** (CPF 437.953.159-72), brasileiro, casado, industriário, na qualidade de Diretor Presidente da Forjas Taurus S.A., eleito na Reunião de Conselho de Administração de 28 de dezembro de 2017, declaro que: (i) revi este formulário de referência de 2018; (ii) todas as informações contidas neste formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Salésio Nuhs
Diretor Presidente

PARA FINS DO ITEM 1.2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Eu, **Sergio Castilho Sgrillo filho** (CPF 904.896.160-20), brasileiro, casado, administrador, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Forjas Taurus S.A., eleito na Reunião de Conselho de Administração de 02 de abril de 2018, declaro que: (i) revi este formulário de referência de 2018; (ii) todas as informações contidas neste formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Sergio Castilho Sgrillo Filho
Diretor de Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0005-52
Período de prestação de serviço	15/03/2004 a 17/04/2012
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, com o objetivo de emitir parecer contemplando o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e do valor adicionado, através de revisões trimestrais e anuais.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais)
Justificativa da substituição	Rodízio obrigatório
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve discordância da justificativa do emissor

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Pedro Jaime Cervatti	30/06/2009 a 17/04/2012	655.644.058-20	Av. Borges de Medeiros, 2233, 8. andar, Centro, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90110-150, Telefone (51) 33036000, Fax (51) 33033001, e-mail: pcervatti@kpmg.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Período de prestação de serviço	18/04/2012 a 30/03/2015
Descrição do serviço contratado	Serviços relacionados à auditoria externa durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, não tendo realizado quaisquer outros trabalhos à Companhia e/ou às suas controladas, exceto pelos procedimentos necessários e adicionais relativos ao refazimento das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 para reapresentação espontânea.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R$ 1.060.619,35
Justificativa da substituição	Promover o rodízio saudável do processo, gerenciar custos e promover o alinhamento com a mesma empresa de auditoria externa do acionista controlador da Companhia, dentro das melhores práticas de governança corporativa.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve discordância da justificativa do emissor

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
AMÉRICO FRANKLIN FERREIRA NETO	01/04/2014 a 30/03/2015	045.379.898-58	Av. Mostardeiro, 322, 10 andar, Moinhos de Vento, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90430-000, Telefone (51) 32045500, Fax (51) 32055699, e-mail: americo.f.neto@br.ey.com
Luis Carlos de Souza	18/04/2012 a 31/03/2014	612.539.289-91	Rua Mostardeiro, 322, 10 andar, Moinhos de Vento, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90430-000, Telefone (051) 32045500, Fax (051) 32045699, e-mail: luis.c.souza@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0005-52
Período de prestação de serviço	31/03/2015
Descrição do serviço contratado	Auditoria das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Forjas Taurus S.A. para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, bem como revisões intermediárias trimestrais dos respectivos exercícios.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Remuneração para o exercício findo em 31/12/2017, R$ 549.500,00 (Forjas Taurus S.A.).
Justificativa da substituição	Não houve substituição em 2018
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	não se aplica

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Cristiano Jardim Seguecio	31/03/2015	929.772.190-72	Av. Borges de Medeiros, 2233, 8. andar, Centro, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90110-150, Telefone (51) 33036000, Fax (51) 33036001, e-mail: cseguecio@kpmg.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)	Exercício social (31/12/2015)
Patrimônio Líquido	-445.233,00	-171.901,00	-60.116,00
Ativo Total	768.958,00	893.507,00	1.022.340,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	784.876,00	830.273,00	823.809,00
Resultado Bruto	116.729,00	193.201,00	242.073,00
Resultado Líquido	-286.028,00	-103.027,00	-253.810,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	64.688.212	58.278.569	40.448.248
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	-6,882753	-2,949643	-1,486245
Resultado Básico por Ação	-4,421640	-1,747840	-6,274932
Resultado Diluído por Ação	-4,42	-1,76	-6,27

3.2 - Medições não contábeis

EBITDA CONSOLIDADO
Em milhões de R$

	2017	2016	2015	2017x2016	2017x2015
= Lucro / Prejuízo do Período	(286,0)	(103,0)	(253,9)	177,7%	12,6%
(+) IR/CSLL	9,1	2,1	(25,7)	-	-
(+) Resultado Financeiro, Líquido	114,1	2,7	218,6	4125,9%	-47,8%
(+) Depreciação/Amortização	37,2	34,3	35,3	8,5%	5,4%
= EBITDA	**(125,6)**	**(63,9)**	**(25,7)**	**96,6%**	**388,7%**

Em 2017, o EBITDA consolidado da Companhia registra saldo negativo de R$ 125,6 milhões, contra um resultado também negativo de R$ 63,9 milhões no ano anterior. A geração de caixa, medida por este indicador foi o principal desafio da Companhia em 2017. Além das menores margens operacionais geradas pela normalização da performance no mercado norte-americano, o EBITDA da Companhia foi impactado, também, por fatores como o aumento de provisões para contingências trabalhistas e cíveis ao longo do ano e um *impairment* sobre estoques.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Eventos Subsequentes às Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015

Aumento de Capital aprovado em RCA / Exercício de Bônus de Subscrição

Em 06/jan/16 os membros do Conselho de Administração da Companhia analisaram e aprovaram o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$11.701.400,00 (onze milhões, setecentos e um mil e quatrocentos reais), decorrente do exercício, pela acionista Companhia Brasileira de Cartuchos – CBC, sociedade anônima com sede na cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, na Avenida Humberto de Campos, nº 3.220, Guapituba, devidamente inscrita perante o CNPJ/MF sob o nº 57.494.031/0001-63, em 30 de dezembro de 2015, de 7.135.000 (sete milhões, centro e trinta e cinco mil) bônus de subscrição classe 1, com a consequente emissão de 7.135.000 (sete milhões, centro e trinta e cinco mil) novas ações ordinárias, integralmente subscritas pela CBC ao preço de emissão de R$ 1,64 (um real e sessenta e quatro centavos) por ação, conforme termos e condições aprovados no âmbito do aumento de capital da Companhia homologado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 29 de setembro de 2015.

Em razão do referido aumento de capital, o novo capital social da Companhia passou a ser de R$376.436.699,65 (trezentos e setenta e seis milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, seiscentos e noventa e nove reais e sessenta e cinco centavos), representado por 47.583.248 (quarenta e sete milhões, quinhentas e oitenta e três mil, duzentas e quarenta e oito) ações, sendo 34.581.627 (trinta e quatro milhões, quinhentas e oitenta e uma, seiscentas e vinte e sete) ações ordinárias e 13.001.621 (treze milhões, mil, seiscentas e vinte e uma) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. As novas ações ordinárias farão jus ao recebimento de dividendos integrais que vierem a ser declarados e a todos os demais direitos e benefícios conferidos aos demais detentores de ações ordinárias de emissão da Companhia, em igualdade de condições. A alteração no Estatuto Social da Companhia, para consignar o novo montante do capital social, deverá ser objeto de deliberação na próxima Assembleia Geral a ser realizada, conforme os termos e condições aprovados no âmbito do aumento de capital homologado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2015.

Eventos Subsequentes às Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016

Aumento de Capital aprovado em RCA / Exercício de Bônus de Subscrição

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião ocorrida em 31/01/2017, cuja ata foi reapresentada em 03/02/2017, aprovou o aumento de capital social da Companhia no montante de R$ 10.511.814,52 (dez milhões, quinhentos e onze mil, oitocentos e quatorze reais e cinquenta e dois centavos), mediante a emissão de 6.409.643 (seis milhões, quatrocentos e nove mil, seiscentas e quarenta e três) novas ações, sendo 1.802.855 (um milhão, oitocentas e duas mil, oitocentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias e 4.606.788 (quatro milhões, seiscentas e seis mil, setecentas e

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

oitenta e oito) ações preferenciais, todas ao preço de emissão de R$1,64 (um real e sessenta e quatro centavos) por ação, em decorrência do exercício de 1.802.855 (um milhão, oitocentos e dois mil, oitocentos e cinquenta e cinco) bônus de subscrição classe 1 e 4.606.788 (quatro milhões, seiscentos e seis mil, setecentos e oitenta e oito) bônus de subscrição classe 2, todos emitidos no âmbito do aumento de capital da Companhia homologado em 29 de setembro de 2015.

Em razão do referido aumento de capital, o novo capital social da Companhia passa a ser de R$ 404.488.840,61 (quatrocentos e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e quarenta reais e sessenta e um centavos), representado por 64.688.212 (sessenta e quatro milhões, seiscentas e oitenta e oito mil, duzentas e doze) ações, sendo 46.445.314 (quarenta e seis milhões, quatrocentas e quarenta e cinco mil, trezentas e quatorze) ações ordinárias e 18.242.898 (dezoito milhões, duzentas e quarenta e duas mil, oitocentas e noventa e oito) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

As novas ações ordinárias e preferenciais farão jus ao recebimento de dividendos integrais que vierem a ser declarados e a todos os demais direitos e benefícios conferidos aos demais detentores de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, em igualdade de condições.

A Companhia informa ainda que os Bônus de Subscrição emitidos no âmbito do aumento de capital homologado na AGE de 29 de setembro de 2015 tiveram seu vencimento em 30.01.2017. Dessa forma os 8.618 bônus de subscrição classe 1 e 55.628 bônus de subscrição classe 2 emitidos e não exercidos foram cancelados.

Operação com Parte Relacionada

Foi aprovada, em 24 de fevereiro de 2017, pelo Conselho de Administração da Companhia a assinatura de instrumento particular de transferência temporária de licença de operação e processos de fabricação (“contrato”) viabilizando a fabricação de determinados modelos de armas longas junto à COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS (“CBC”), parte relacionada da Companhia. A vigência do contrato será de 36 (trinta e seis) meses e, além da produção de determinadas armas longas do portfólio da Companhia, o mesmo prevê também a locação de máquinas e equipamentos para a fabricação das armas longas de propriedade da Companhia. As condições estabelecidas foram determinadas com base em condições de mercado, de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos pela Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia.

Os principais objetivos do contrato são: (I) aumentar a eficiência da operação de armas longas tendo em vista os menores custos de produção da planta da CBC em Montenegro-RS, em comparação com os custos incorridos pela Companhia, ressaltando que este segmento já vinha operando com margens operacionais negativas nos últimos

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

2 anos; (II) permitir que a Companhia possa focar seus esforços na produção de revólveres, pistolas e armas táticas, que representam a maior parte de sua produção e melhores margens operacionais; (III) viabilizar o atendimento da demanda global de armas longas, considerando a maior capacidade instalada de fabricação da CBC; e, consequentemente, (iv) a otimização da distribuição destas armas junto a vários mercados.

De acordo com as condições pactuadas no contrato, a comercialização das referidas armas longas continuará sendo realizada pela Taurus, sendo efetivada apenas a transferência temporária de licença de operação e processos de fabricação.

Considerando que as atividades de fabricação, utilização, tráfego e comércio das armas objeto deste contrato são atividades controladas (art. 9º do Decreto 3665/2000 – "R-105"), a execução do contrato depende de autorização e regularização pelo Exército Brasileiro. Caso não sejam obtidas as necessárias autorizações, o contrato será cancelado, retornando às partes a condição original de operação, sem que nada seja devido a título de indenização ou ressarcimento.

A responsabilidade pela assistência técnica e garantia dos produtos será integralmente da fabricante das armas, nos termos do contrato. Ainda, a CBC somente poderá produzir e/ou comercializar as armas longas objeto do contrato durante a vigência do mesmo, não sendo permitida a manutenção de operação das referidas armas após o término do contrato.

Eventos Subsequentes às Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017

Operação Descontinuada - Capacetes

Em março de 2018, a Administração da Companhia assumiu o compromisso de alienação da operação de capacetes. Para a condução deste processo foi contratada consultoria especializada. Devido à decisão de descontinuidade do investimento, o mesmo foi classificado como "mantido para venda" e contabilizado de acordo com o pronunciamento técnico IFRS 5 e CPC 31 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, sendo esta reclassificação apenas de caráter contábil. O segmento de capacetes segue operando normalmente. Cabe lembrar que esta operação está em garantia à renegociação de dívida junto ao sindicato de bancos, assim os recursos provenientes desta alienação serão destinados exclusivamente à amortização de dívida com as instituições financeiras.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Realocação da sede da subsidiária norte-americana

A Companhia, em 12 de abril de 2018, publicou Fato Relevante informando a assinatura de Memorando de Entendimentos entre a Taurus USA e o Governo da Georgia/EUA para a realocação da sede de sua subsidiária norte-americana de Miami, na Florida/EUA, para a cidade de Bainbridge, na Georgia/EUA. A estimativa é que esta nova sede entre em operação em 2020.

A referida transferência tem por objetivo otimizar a produção nos EUA a fim de melhor atender a demanda local no que tange volume de produção, desenvolvimento de novos produtos e melhora na percepção da marca Taurus no país. Além disso, a nova sede trará redução de custos, com a concessão de incentivos estaduais, e, consequentemente, aumento da rentabilidade da operação.

A Taurus manterá seus investidores e o mercado em geral informado acerca do processo em questão através de seus canais de comunicação.

	2017	2016	2015
a. Regras sobre Retenção de Lucros	De acordo com o Estatuto Social da Companhia - consolidado na AGE de 22.12.2015, e, ainda, de acordo com o Estatuto Social consolidado após a reestruturação societária realizada em 01 de julho de 2011 - nos artigos descritos abaixo, as regras sobre retenção de lucros são: Artigo 36 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda. Artigo 37 - Feitas as deduções referidas no Artigo 36 supra, por deliberação do Conselho de Administração, observada a legislação societária, poderá ser destacada uma participação aos administradores, em montante equivalente a até 10% (dez por cento) dos lucros remanescentes, a qual não poderá ultrapassar a sua remuneração global anual. Parágrafo 1º - Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório de que trata o Parágrafo 1º do Artigo 38 deste Estatuto Social. Parágrafo 2º - A participação atribuída aos administradores, nos termos deste Artigo, será rateada entre seus membros, por deliberação do Conselho de Administração. Parágrafo 3º - O disposto neste artigo não se aplica à remuneração aos administradores, fixa ou variável, aprovada em plano de incentivo, estímulo ou participação, que venha a ser definida pelo Conselho de Administração, conforme orçamento de remuneração global aprovado em Assembleia Geral. Artigo 38 - O lucro líquido resultante, após as deduções de que tratam os Artigos 36 e 37 deste Estatuto Social, será diminuído ou acrescido dos seguintes valores, nos precisos termos do Artigo 202, inciso I, combinado com os artigos 195 e 195-A, todos da Lei nº 6.404/76:		

3.4 - Política de destinação dos resultados

a. Regras sobre Retenção de Lucros (continuação)	I. 5% (cinco por cento) destinados à reserva legal; II. importância destinada à formação da reserva para contingências e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e III. importância destinada para formação da reserva de incentivos fiscais. Parágrafo 1º - Do lucro líquido ajustado nos termos do caput deste Artigo, será distribuída aos acionistas, a título de dividendo, quantia não inferior a 35% (trinta e cinco por cento). Parágrafo 2º - No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, referido no Parágrafo 1º, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. Parágrafo 3º – Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização. Artigo 39 - A parcela dos lucros que ainda remanescer após as deduções previstas nos artigos anteriores poderá ser transferida a uma Reserva de Lucros para Expansão, desde que justificada em orçamento de capital proposto pelo Conselho de Administração e aprovado pela Assembleia Geral. Parágrafo Único - O saldo dessa reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o valor do capital social realizado. Atingido esse limite, a Assembleia deverá destinar o excesso à integralização ou aumento do capital social, ou à distribuição de dividendos.

3.4 - Política de destinação dos resultados

a. Regras sobre Retenção de Lucros (continuação)	Artigo 40 - Quando declarados dividendos trimestrais ou semestrais, em percentual não inferior ao obrigatório, o Conselho de Administração poderá autorizar, ad referendum da Assembleia Geral, participação proporcional aos administradores, obedecidos os limites legais.
b. Valores das Retenções de Lucros	Não se aplica.
c. Regras sobre distribuição de dividendos	De acordo com o Estatuto Social da Companhia consolidado a distribuição a título de dividendo aos acionistas é em quantia não inferior a 35% (trinta e cinco por cento) do lucro líquido ajustado (distribuível) na forma do art. 38 Parágrafo 1º e a Companhia poderá, ainda, pagar juros sobre o capital próprio, na forma e limites da legislação aplicável.
d. Periodicidade das distribuições de dividendos	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, consolidado em 22.12.2015, nos artigos descritos abaixo, a periodicidade das distribuições de dividendos é definida abaixo: Artigo 35 - O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social serão levantadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo, a serem apresentadas ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral dos acionistas. Parágrafo 1º - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, em observância do disposto neste Estatuto Social e na legislação aplicável Parágrafo 2º - O Conselho de Administração poderá determinar o levantamento de balancetes a qualquer tempo, respeitados os preceitos legais, e aprovar a distribuição de dividendos intercalares com base nos lucros apurados. A qualquer tempo, o Conselho de Administração também poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

3.4 - Política de destinação dos resultados

d. Periodicidade das distribuições de dividendos (continuação)	Parágrafo 3º - A Companhia poderá, ainda, pagar juros sobre o capital próprio, na forma e limites da legislação aplicável. Parágrafo 4º - Os dividendos intermediários, intercalares e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos, nos termos do Artigo 38.
e. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Além do previsto no Estatuto Social e na legislação em vigor, existem restrições no Instrumento Particular de Escritura Pública para a 2ª emissão de debêntures simples, emitidas em 6 de setembro de 2011, no montante de R$ 50 milhões, com o seguinte teor: O instrumento prevê o vencimento antecipado de todas as obrigações objeto da escritura em determinadas circunstâncias, dentre as quais destacam-se: redução do capital social da Companhia e/ou da sua controladora, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos aos acionistas pela Companhia e/ou sua controladora em caso de mora com qualquer das obrigações, redução de capital social da Companhia e/ou da Polimetal, realização pela Companhia ou pelas garantidoras de qualquer tipo de venda ou transferência de ativos que tenha impacto igual ou superior a 15% do ativo consolidado da Companhia ou igual ou superior a 20% da receita bruta consolidada da Companhia.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos últimos 3 exercícios não houve distribuição de dividendos.

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – 2015 a 2017

Tendo em vista que foram gerados prejuízos nos exercícios de 2017, 2016 e 2015 a Administração da Companhia não apresentou à Assembleia a propostas sobre a destinação do lucro líquido dos referidos exercícios, pois tal proposta, só ocorre quando há lucro existente.

Com relação ao dividendo obrigatório da Companhia, vale ressaltar que, além da conta de lucro líquido, referido dividendo também pode ser pago à conta de lucros acumulados e de reserva de lucros da Companhia. Entretanto, em função dos prejuízos gerados, não há lucros acumulados ou reserva de lucros, razão pela qual, a Administração não propôs pagamento de dividendos para os últimos 3 exercícios.

Os prejuízos consolidados da Companhia, que correspondem aos resultados dos exercícios de 2017, 2016 e 2015, foram de R$ 286,0 milhões, R$ 103,0 milhões e R$ 253,8 milhões, respectivamente.

3.7 - Nível de endividamento

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Devido ao Passivo à Descoberto registrado em 31 de dezembro de 2017, o nível de endividamento da Companhia não é apresentado, visto que ocorre uma distorção neste indicador.

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2017)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		2.440.000,00	4.246.000,00	0,00	0,00	6.686.000,00
Títulos de dívida	Garantia Real		75.771.000,00	0,00	0,00	0,00	75.771.000,00
Empréstimo	Garantia Real		439.823.000,00	0,00	0,00	0,00	439.823.000,00
Empréstimo	Garantia Flutuante		11.119.000,00	132.800.000,00	717.000,00	1.912.000,00	146.548.000,00
Financiamento	Quirografárias		4.211.000,00	4.174.000,00	0,00	0,00	8.385.000,00
Empréstimo	Quirografárias		41.206.000,00	3.031.000,00	3.564.000,00	7.526.000,00	55.327.000,00
Total			574.570.000,00	144.251.000,00	4.281.000,00	9.438.000,00	732.540.000,00
Observação							

3.9 - Outras informações relevantes

Na data deste formulário de referência não existem outras informações financeiras relevantes.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

(a) com relação à Companhia

A Companhia poderá não ter sucesso em futuras parcerias ou alianças estratégicas

A Companhia poderá fazer alianças ou parcerias estratégicas com outras empresas para se beneficiar de oportunidades de negócios consideradas atrativas. A Companhia não pode prever, no entanto, se e quando tais parcerias ou alianças estratégicas ocorrerão. A capacidade da Companhia em ampliar seus negócios com êxito por meio de parcerias ou alianças estratégicas bem sucedidas depende de diversos fatores, muitos dos quais fora de seu controle, incluindo a sua capacidade de negociar condições favoráveis em tais parcerias ou alianças. Além disso, as expectativas da Companhia quanto aos benefícios resultantes dessas parcerias poderão não se concretizar. A impossibilidade de a Companhia desenvolver com sucesso parcerias ou alianças estratégicas poderá impactar adversamente os seus negócios.

A Companhia poderá não ser bem sucedida na realização de metas para o crescimento das receitas, para o aumento da margem bruta e para a redução dos índices de despesas operacionais

A Companhia poderá não obter êxito na realização de uma ou mais metas para o crescimento de suas receitas, para o aumento da margem bruta e para a redução dos índices de despesas operacionais. A capacidade de alcance dessas metas depende de uma variedade de fatores, incluindo, por exemplo, a capacidade de introdução de novos produtos que atendam aos interesses do mercado consumidor, a curva de demanda que pode afetar os preços dos produtos e aumentos nas despesas de capital exigidas, nos custos de mão de obra e nas matérias-primas.

A Companhia opera com terceiros que atuam em seu nome

A Companhia frequentemente é representada por terceiros, incluindo representantes de vendas independentes, consultores, agentes e distribuidores. As ações desses colaboradores podem afetar adversamente os resultados da Companhia, caso estes ingressem em acordos pouco rentáveis ou até prejudiciais para a Companhia, ou se os conduzirem de maneira que venha a denegrir a imagem da Companhia no mercado.

Riscos relacionados à terceirização de determinadas atividades relacionadas aos negócios da Companhia podem afetar os seus resultados adversamente

A Companhia responde integralmente, perante aos seus clientes, por eventuais falhas na prestação de seus serviços, sejam eles realizados por empregados da própria Companhia, ou ainda, por funcionários de empresas terceirizadas, que nem sempre estão sob a supervisão total da Companhia. Adicionalmente, a descontinuidade da prestação de serviços por diversas empresas terceirizadas poderá afetar a qualidade e continuidade dos negócios da Companhia, pondo em risco sua capacidade de manter relações comerciais saudáveis com seus clientes no futuro. Caso qualquer uma dessas hipóteses ocorra, a Companhia poderá ter sua reputação e seus resultados impactados adversamente.

O êxito da Companhia depende de sua habilidade em atrair, treinar e reter profissionais capacitados

O sucesso dos negócios da Companhia também está relacionado à sua habilidade em atrair, treinar e reter profissionais capacitados. Nos mercados de atuação da Companhia, há grande demanda por profissionais experientes e qualificados, o que resulta na escassez de mão de obra especializada e devidamente qualificada. Ainda que a Companhia invista fortemente na qualificação de seus profissionais, não há como garantir que eles permaneçam vinculados à Companhia, gerando maiores custos para reposição dos profissionais.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A substituição de membros da alta administração da Companhia poderá afetar a condução dos seus negócios

Os negócios da Companhia são altamente dependentes de seus altos executivos. Na hipótese de algum membro da administração deixar seu cargo, a Companhia acredita que terá sucesso em contratar e reter sucessores qualificados, porém não há garantia absoluta de sucesso para esse procedimento. A Companhia depende fortemente da experiência comercial e técnica de sua administração e é pouco provável que essa dependência irá diminuir no curto prazo. Caso a Companhia não tenha êxito em atrair e contratar administradores qualificados, a eficiência de suas operações poderá ser afetada, o que poderá causar um impacto negativo substancial sobre os fluxos de caixa, lucros, resultados operacionais e sobre a situação financeira da Companhia no futuro.

A ocorrência de casos fortuitos e eventos de força maior podem impactar as atividades da Companhia

Os rendimentos da Companhia estão, igualmente, expostos a eventos de força maior, que consistem na ocorrência de acontecimentos imprevisíveis e involuntários. Os seus resultados estão sujeitos a situações atípicas, que, mesmo com sistemas e mecanismos de gerenciamento de riscos, poderão gerar perdas à Companhia e às suas atividades.

Não há garantias de que a Companhia conseguirá obter êxito em suas estratégias

A estratégia adotada pela Companhia está organizada em torno de alguns objetivos prioritários, os quais envolvem seu crescimento, adequação e modernização do parque fabril, a qual permitirá umaa gestão mais eficiente dos custos, atualização tecnológica e redução das despesas financeiras.

Não há garantias de que a Companhia conseguirá cumprir com esses objetivos, ou ainda, que o cenário para a realização dos mesmos será favorável. Caso a Companhia não consiga ou tenha dificuldades de cumprir com tais metas, as estratégias e os resultados da Companhia poderão ser negativamente impactados.

A reestruturação societária envolvendo a Companhia e a Polimetal aumentou seu endividamento.

A reestruturação societária envolvendo a Companhia e a Polimetal Participações S.A. ("Polimetal"), aprovada na AGE/AGESP da Companhia realizada em 27 de maio de 2011, previu, dentre suas etapas, o resgate parcial de ações de emissão da Companhia, a suporte da conta de reservas de lucros existentes, sem redução de capital, nos termos do artigo 44 da Lei das S.A. Em decorrência desse resgate de ações e, ainda, do pagamento do reembolso das ações dos acionistas dissidentes da aprovação da reestruturação societária, a Companhia registrou um aumento do seu endividamento financeiro.

Caso a administração da Companhia não consiga honrar os empréstimos contraídos, a operação e o resultado da Companhia poderão ser afetados adversamente.

Dependência dos Estados Unidos

A maior parte da produção da Companhia é direcionada ao atendimento do mercado civil norte americano. Em 2017, as vendas nos EUA representaram 69% da receita líquida total da Taurus. Se por algum motivo - seja ele técnico, regulatório, fiscal, operacional, mercadológico, etc. - a Companhia passar a não ter condições de acessar o mercado norte americano, ela não terá condições de gerar caixa suficiente para manter suas operações.

Risco de não atendimento de normas de compliance nacionais e internacionais, criando o risco de perdas

4.1 - Descrição dos fatores de risco

de negócios e operações.

Comercialização de armas é um ramo de negócio sujeito a uma vasta regulamentação de compliances, tanto no Brasil quanto no mundo. Caso a Companhia não atenda a alguma norma de compliance, ela pode ficar impedida de comercializar seus produtos causando forte impacto negativo em sua operação e em sua geração de caixa.

Litígios

A Companhia está sujeita a litígios decorrentes de suas operações. A divulgação dos processos judiciais em curso nos quais a Companhia é parte e os riscos a eles associados podem ser encontrados nas seções 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

(b) com relação ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem ser conflitantes com os interesses dos seus demais acionistas.

Em fevereiro de 2015, após a aprovação do CADE, a CBC – Companhia Brasileira de Cartuchos – passou a exercer seus direitos políticos como controladora da Forjas Taurus S.A., decorrente de um processo aumento de capital iniciado em 2014.

Os acionistas controladores da Companhia possuem poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros do seu Conselho de Administração e determinar o resultado de determinadas deliberações que exijam aprovação de acionistas, inclusive em operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, estatutárias, alienações de ativos, parcerias e condições e valores para pagamento de quaisquer dividendos futuros. Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos ou parcerias, buscar financiamentos ou realizar operações similares que podem ser conflitantes com os interesses de seus investidores.

Para mais informações sobre o controlador da Companhia, veja o item 15 deste Formulário de Referência.

(c) com relação aos seus acionistas

A relativa volatilidade e liquidez do mercado de capitais brasileiro poderá limitar substancialmente a capacidade dos investidores de negociar as ações da Companhia pelo preço desejado ou no tempo desejado

O mercado de valores mobiliários brasileiro é consideravelmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os mercados relevantes de valores mobiliários internacionais. Essas características de mercado podem limitar substancialmente a capacidade de os acionistas da Companhia obterem êxito na negociação de suas ações no valor e na data desejados, afetando adversamente os preços de negociação das ações de emissão da Companhia.

Adicionalmente, fatores alheios ao controle da Companhia, tais como recomendações de analistas de mercado ou alterações nas condições do mercado financeiro podem ter um efeito significativo na cotação das ações da Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Restrições à circulação de capitais para fora do Brasil podem prejudicar a capacidade dos titulares de ações da Companhia residentes no exterior em receber dividendos e distribuições relativas às receitas oriundas de sua alienação

O Governo Federal pode determinar restrições temporárias à conversão da moeda brasileira em moedas estrangeiras e à remessa para investidores estrangeiros dos resultados de seus investimentos no Brasil. A legislação brasileira permite ao Governo Federal impor tais restrições sempre que houver grave desequilíbrio na balança de pagamentos do Brasil ou razões para prever tal desequilíbrio.

O Governo Federal impôs restrições a remessas por aproximadamente seis meses em 1990, podendo tomar medidas semelhantes no futuro. Limitações semelhantes, se impostas, poderão prejudicar ou impedir a conversão de dividendos, as distribuições ou as receitas decorrentes da alienação das ações da Companhia de Reais para Dólares Norte-Americanos ou outras moedas e, consequentemente, a remessa destes para o exterior.

Os detentores de ações de emissão da Companhia poderão não receber quaisquer dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento aos acionistas de um dividendo mínimo obrigatório de 35%, apurado semestralmente, sobre o lucro líquido ajustado, calculado em conformidade com a Lei das S.A. A distribuição de dividendos depende, principalmente, da apuração de lucro líquido. Caso a Companhia apresente prejuízos acumulados, não serão distribuídos quaisquer dividendos.

A Companhia, no futuro, poderá captar novos recursos no mercado de valores mobiliários, o que poderá acarretar a diluição da participação de seus investidores

A Companhia, no futuro, poderá recorrer novamente ao mercado de capitais como forma de aumentar seu capital e financiar suas atividades. Nesse sentido, poderá haver a emissão de novas ações. Qualquer emissão adicional poderá resultar na diluição da participação de investidores no capital social da Companhia.

(d) com relação a suas controladas e coligadas

Os resultados da Companhia dependem dos resultados de suas subsidiárias e controladas, os quais podem não estar disponíveis

A Companhia controla diversas sociedades, sendo que a capacidade de cumprir com suas obrigações financeiras e de pagar dividendos aos seus acionistas depende do fluxo de caixa e dos lucros das suas subsidiárias e controladas, bem como da distribuição desses lucros. Não há garantia de que tais recursos serão disponibilizados à Companhia ou que estes serão suficientes para o cumprimento das obrigações financeiras e para o pagamento de dividendos aos titulares de valores mobiliários da Companhia. A não disponibilização desses recursos ou a insuficiência dos mesmos pode causar um efeito adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

Os interesses da Companhia e de outros sócios nas suas subsidiárias podem ser conflitantes

A Companhia e os outros sócios das sociedades em que a Companhia possui participações poderão entrar em conflito quanto à administração de tais sociedades, à distribuição de resultados, à assinatura de contratos entre partes relacionadas, ou ainda, em relação à realização de aquisições, alienações, parcerias, buscas por financiamentos ou operações similares, as quais poderão causar um efeito adverso relevante em tais sociedades e gerar um impacto negativo nos negócios da Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Companhia poderá não obter êxito no recebimento dos pagamentos referentes à alienação da Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.

Em setembro de 2011, a administração da Companhia elaborou plano de alienação da controlada Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. ("Taurus Máquinas"), tendo essa transação um compromisso firme de venda do investimento com perspectiva de concretização em até 12 meses contados desde então. Em decorrência da decisão de descontinuidade do investimento na Taurus Máquinas, os ativos e passivos relacionados a essa controlada foram classificados temporariamente nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia como "mantido para venda", em conformidade com os pronunciamentos técnicos IFRS 5 e CPC 31 – Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas.

A Forjas Taurus S.A. concluiu a venda da controlada Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda., sediada no Distrito Industrial de Gravataí (RS), para a Renill Participações Ltda., pertencente ao Grupo SüdMetal, conforme Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças assinado entre as partes em 21 de junho de 2012.

A empresa vendedora foi a Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda., com a anuência da Wotan Máquinas Ltda. e da Taurus Investimentos Imobiliários Ltda., por meio da constituição de uma empresa denominada SM Metalurgia Ltda. cujo capital subscrito no valor de R$ 115.349, representando o montante final da alienação, pela integralização dos seguintes bens, apurados com base no balanço encerrado em 31 de maio de 2012:

- Pela Wotan Máquinas Ltda., o conjunto de máquinas e equipamentos industriais e imóveis localizados no Distrito Industrial de Gravataí (RS);
- Pela Taurus Investimentos Imobiliários Ltda., um imóvel registrado no Distrito Industrial de Gravataí (RS);
- Pela Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda., (a) o conjunto de máquinas e equipamentos industriais, matrizes e ferramentas, instalações, móveis e utensílios, computadores e periféricos e veículos; e (b) estoques.

Com o pagamento de dívida, de capitalização e de dação em pagamento, da Wotan Máquinas Ltda. e da Taurus Investimentos Imobiliários Ltda., a Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. passou a deter a totalidade das quotas da SM Metalurgia Ltda., ficando o compromisso de venda e o compromisso de compra pela Renill Participações Ltda. de adquirir a totalidade das quotas pelo preço de R$ 115.350.

Entretanto, em 12 de setembro de 2013 a Companhia divulgou um Fato Relevante para anunciar que concluiu a revisão das condições do Contrato, relativo à alienação da controlada SML, por meio da assinatura de aditivo ao Contrato após a avaliação dos termos avençados originalmente. As Partes repactuaram o preço de venda e as condições de pagamento, ajustando o valor global do Contrato relativo à alienação da controlada SML para R$ 57,52 milhões, a ser pago da seguinte forma:

(a) 1ª parcela, no valor de R$ 1.960, devidamente corrigida pela TJLP e acrescida de juros de 1,8% ao ano, será paga pela RPL, por meio da SML, com o fornecimento de peças na prestação de serviços de garantia das máquinas fabricadas por TMFL, bem como o fornecimento de peças e componentes para qualquer empresa do Grupo Taurus;

(b) 2 parcelas no valor de R$ 2.055 cada, devidamente corrigidas pela TJLP e acrescidas de juros de 1,8% ao ano, uma com vencimento em 30/06/2014 e outra com vencimento em 30/12/2014; e

(c) saldo, em 14 parcelas semestrais, com vencimento a partir de 30/06/2015, devidamente corrigidas pela TJLP e acrescidas de juros de 1,8% ao ano, no valor de R$ 3.675 cada parcela.

A correção pela TJLP e juros de 1,8% ao ano incidirá desde a data da assinatura do Contrato de Promessa de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, realizada em junho de 2012.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Por fim, a Companhia provisionou, ainda em 2012, o valor residual do contrato repactuado. Tal provisão está registrada como provisão adicional para perda em 31 de dezembro de 2016 no valor de R$ 62.991 tendo em vista que: i) entende ter havido deterioração das condições de crédito; ii) ainda não concluiu a formalização plena das garantias da operação.

(e) com relação a seus fornecedores

Os projetos da Companhia podem ser interrompidos por falhas ou escassez de equipamentos, pessoal qualificado ou fornecedores

Existem riscos de interrupção dos projetos da Companhia devido a diversos fatores, incluindo, mas não se limitando a falhas ou avarias em equipamentos ou procedimentos, erros cometidos por operadores dos equipamentos, inadimplência de terceiros contratados, conflitos trabalhistas, interrupções ou quedas de produtividade, aumento nos preços dos materiais ou nos custos salariais, e/ou falta de sucesso em atrair um número suficiente de trabalhadores qualificados. Ainda, os negócios da Companhia poderão ser afetados de maneira significativa e adversa se alguns de seus fornecedores sofrerem interrupções significativas em suas operações. Apesar de a Companhia apresentar um elevado número de fornecedores nos seus negócios em geral, há relativa concentração de fornecedores no segmento de Defesa e Segurança, o que pode acarretar em dependência frente a alguns deles.

Em casos extremos, como aqueles caracterizados por crises econômicas do mercado como um todo, ou setoriais em relação às atividades meio e/ou fim do grupo de fornecedores em geral, a Companhia poderá passar por dificuldades quanto à qualidade e/ou à quantidade de suprimento dos materiais por eles disponibilizados.

Frente a essas situações excepcionais de dependência, a Companhia poderá não ser capaz de obter as matérias primas de que precisa em suas operações em quantidade suficiente, com a qualidade exigida por seus clientes e em condições razoáveis.

Dificuldades com fornecedores podem também causar perdas de receitas, custos extras de fabricação, atrasos e perdas de pedidos dos clientes, podendo afetar os negócios e o resultado operacional da Companhia de maneira adversa e significativa.

(f) com relação a seus clientes

As vendas da Companhia estão diretamente sujeitas ao seu desempenho comercial tanto no Brasil quanto no exterior

Os produtos comercializados pela Companhia são submetidos aos clientes que atuam em atividades que envolvem o uso de armas. Dessa forma, as vendas da Companhia estão diretamente sujeitas ao desempenho comercial de seus modelos de produtos e/ou plataformas de produção, ou serviços envolvidos, que podem variar conforme as circunstâncias políticas e macroeconômicas no Brasil e nos demais países em que a Companhia atua.

O desempenho comercial da Taurus também é afetado pelo segmento de atuação e performance econômica de seus clientes. Crises no mercado nacional ou global como um todo e, especificamente, no seu segmento de atuação ou em empresas deles integrantes, podem afetar clientes relevantes, e, consequentemente, gerar redução da demanda por seus produtos, afetando seu resultado e condição financeira.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Considerando que parte dos negócios da Companhia está ligado ao setor de segurança, a Taurus possui dependência dos investimentos deste setor, que possuem regulação específica, seja em âmbito nacional ou estrangeiro.

Eventuais litígios envolvendo a Companhia em decorrência de incidentes com produtos de Defesa e Segurança poderão afetar o caixa da Companhia, ou ainda, prejudicar sua reputação

Dada a periculosidade atinente à natureza de alguns dos produtos de Defesa e Segurança, a Companhia poderá eventualmente se ver envolvida em litígios decorrentes de incidentes envolvendo tais produtos. Ainda que os processos de fabricação dos produtos de Defesa e Segurança sigam rígidas normas e padrões de qualidade e segurança, caso reste comprovada a responsabilidade da Companhia em decorrência de falha ou mau funcionamento desses produtos, a Companhia poderá ter que arcar com o pagamento de elevadas indenizações e custos processuais, o que afetaria adversamente seu resultado e caixa.

Adicionalmente, ainda que a Companhia não seja responsabilizada por eventuais incidentes, a possível exposição midiática gerada por tais litígios poderia gerar a redução da demanda por seus produtos, o que afetaria adversamente seu resultado e condição financeira.

(g) com relação aos setores de atuação

A maior participação de empresas estrangeiras do setor bélico no mercado brasileiro resulta em subtração de fatia do mercado consumidor da Companhia

O mercado local dos setores nos quais a Companhia atua encontra-se relativamente protegido frente à entrada de empresas concorrentes de outros países, em função de barreiras legais e econômicas. Inobstante o desestímulo à atuação estrangeira, não há proibição a que ingressem no mercado, quando assim entenderem conveniente e oportuno.

Nesse sentido, havendo a entrada de novas empresas estrangeiras no mercado interno brasileiro, atuantes nos mesmos setores nos quais a Companhia atua, intensifica-se a pressão concorrencial, o que pode reduzir a parcela do mercado consumidor detido pela Companhia e provocar a redução de suas receitas.

Oscilações de demanda por produtos ligados ao mercado de produtos bélicos podem impactar adversamente a Companhia

Caso o mercado de produtos e materiais bélicos, especialmente o norte-americano, por qualquer motivo, venha a sofrer desaceleração ou queda em relação às suas taxas de crescimento, a demanda pelos produtos produzidos pela Companhia para esse setor poderá diminuir, o que possivelmente acarretaria na redução de suas receitas.

Da mesma forma, havendo aumento da curva de demanda, seguido de repentina e inesperada queda da mesma, a Companhia poderá realizar investimentos para adequar sua produção de modo a suprir as necessidades imediatas do mercado e, posteriormente, ter que arcar com a não realização do retorno esperado em relação aos investimentos realizados, o que poderia afetar negativamente os seus resultados.

Tendo em vista que o principal mercado consumidor de armas é o norte-americano, sempre que há risco de restrição ao uso de armas, risco político, risco de terrorismo, risco de catástrofes naturais ou, se de fato ocorrerem, verifica-se antecipação de compras, que podem não se sustentarem ao longo tempo, voltando

4.1 - Descrição dos fatores de risco

aos patamares normais de crescimento.

A intensificação da competição nos setores em que a Companhia atua pode prejudicar o desenvolvimento de suas atividades

No âmbito internacional, a Companhia tem como principais concorrentes as empresas Glock, Smith & Wesson, Sturm, Ruger e Colt. Como maior concorrente local da Companhia, figura a IMBEL - Indústria de Material Bélico do Brasil, tendo foco em armas pesadas.

A Companhia poderá ter sua participação no mercado diminuída em relação a novos concorrentes e aos já existentes caso não acompanhe as demandas do mercado ou as evoluções tecnológicas do setor. A competição resulta fundamentalmente na redução das margens de lucro nos segmentos de atuação.

Caso a Companhia não seja capaz de atender à demanda do mercado de forma competitiva, os resultados poderão ser adversamente afetados de forma relevante.

OPERAÇÃO DESCONTINUADA - O desempenho do setor de capacetes da Companhia é diretamente relacionado à taxa de crescimento da frota brasileira de motocicletas e ao aquecimento da economia

No mercado de capacetes para motociclistas, a Companhia tem atuação amplamente pulverizada no mercado, atendendo a grande parte do mercado brasileiro em todas as regiões do país e tornando-se líder neste segmento. As vendas neste ramo estão diretamente atreladas ao crescimento da frota brasileira de motocicletas, que por sua vez reflete a expansão do crédito, a diminuição das taxas de juros, o aumento de renda das classes C e D e a continuada estabilidade da moeda e da economia nacionais. Caso tais aspectos sejam abalados por quaisquer motivos, poderá haver a diminuição da demanda por capacetes para motociclistas no mercado brasileiro, o que poderá afetar adversamente seu resultado e o processo de desinvestimento deste ativo, o qual está atrelado à amortização da dívida da Companhia.

(h) com relação a regulação do setor de atuação

As atividades da Companhia ligadas ao segmento de Defesa e Segurança são rigorosamente dependentes de regulação estatal local e internacional

O setor de indústria e comércio de produtos e materiais bélicos em que a Companhia atua (produtos de Defesa e Segurança) é rigorosamente controlado pela Administração Pública, uma vez que atividades relacionadas a este setor constituem relevante interesse de segurança nacional.

Desse modo, eventuais alterações implementadas nesse sistema regulatório específico podem influenciar direta e negativamente as atividades da Companhia. Tais alterações podem ocorrer por meio de mudanças relacionadas aos procedimentos de concessão de autorizações para fabricação, importação, exportação, desembaraço alfandegário, comercialização e tráfego de materiais bélicos e correlatos. Além disso, a produção de armas de fogo e de coletes balísticos é fiscalizada pelo Exército Brasileiro por meio do DFPC – Departamento de Fiscalização de Produtos Controlados.

Alterações no ambiente administrativo podem acarretar no aumento dos custos das atividades da Companhia e/ou no desestímulo das vendas de produtos do referido setor, o que poderia prejudicar seu resultado operacional.

Alterações legislativas sobre o setor bélico podem comprometer a atuação da Companhia nesse ramo

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O tratamento legislativo conferido ao setor da indústria e do comércio de produtos e materiais bélicos (produtos de Defesa e Segurança) pode vir a sofrer profundas mudanças no sentido da restrição e/ou proibição das atividades a ele inerentes.

Ilustrativamente, tem-se o episódio do "Referendo do Desarmamento", ocorrido em 2005, no qual o Senado Federal submeteu à consulta pública a proibição, ou não, da comercialização de armas de fogo e munição em todo o território nacional. Na ocasião, a opinião pública optou pela continuidade da comercialização dos referidos produtos.

Uma vez que os negócios relacionados aos produtos de Defesa e Segurança constituem a principal atividade da Companhia, a hipótese de situação similar afetaria gravemente seu faturamento em relação ao comércio nacional, assim como demandaria a readaptação da produção da Companhia.

A Companhia e suas controladas, nos âmbitos nacional e internacional, cumprem com as normas dos órgãos de segurança, as leis governamentais e as normas de qualidade em todos os segmentos em que atuam

Os fatores de risco aqui pertinentes foram tratados no item (a), relativo aos fatores de risco aos quais a Companhia está exposta.

O Governo Federal tem historicamente exercido e continua a exercer significativa influência sobre a economia brasileira. As condições políticas e econômicas brasileiras poderão ter impacto direto nos negócios da Companhia, causando efeitos materiais adversos em seus resultados operacionais e condição financeira

As políticas econômicas do Governo Federal podem ter efeitos importantes em companhias brasileiras e nas condições de mercado, bem como nos preços dos valores mobiliários brasileiros. A Companhia poderá ter seus negócios, condições financeiras e resultados operacionais afetados adversamente por fatores como: desvalorização e outras flutuações na taxa de câmbio; inflação; políticas de controle cambial; instabilidade social; taxas de juros; liquidez do capital doméstico e dos mercados financeiros; políticas tributárias; políticas regulatórias para a indústria de armas; e outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou, ainda, em âmbito internacional, que possam afetar o país indiretamente.

As incertezas sobre as possibilidades de o Governo Federal implementar mudanças do gênero na política ou nas regulamentações que possam afetar quaisquer dos fatores mencionados acima ou outros fatores no futuro podem causar incertezas econômicas no Brasil e aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro.

Tais mudanças políticas e regulatórias não podem ser previstas pela Companhia e podem ter um efeito material adverso em seus resultados.

Normas ambientais podem exigir dispêndios maiores que aqueles atualmente empregados pela Companhia para seu cumprimento, ao passo que seu descumprimento pode resultar em responsabilizações cíveis, criminais e administrativas

A Companhia está sujeita à legislação ambiental editada por quaisquer dos três níveis de entes da Federação, assim como a seus regulamentos, autorizações e licenças que abrangem, dentre outras questões, a

4.1 - Descrição dos fatores de risco

destinação dos resíduos e das descargas de poluentes na água e no solo.

Qualquer descumprimento de tais normas ou falha na obtenção ou na renovação de atos de consentimento do poder público pode resultar na aplicação de responsabilizações cíveis, criminais e administrativas, tais como imposição de multas, reparação dos danos, cancelamento de licenças e revogação de autorizações, além da repercussão negativa para a imagem da Companhia.

A Companhia incorre em dispêndios operacionais e de capital para cumprir as exigências normativas e do poder público. Devido à possibilidade de regulamentos ou de outros eventos não previstos, especialmente considerando o cenário de as normas ambientais se tornarem mais rigorosas no Brasil, o montante e prazo necessários para futuros gastos para manutenção da conformidade com as mesmas pode aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins da Companhia, o que pode afetar seu resultado operacional e suas condições financeiras.

(i) com relação aos países estrangeiros onde a Companhia atua

Deterioração das condições econômicas e do mercado norte-americano

No dia 16 de Janeiro de 2013, como resultado de incidentes de grande repercussão pública, o Presidente Barack Obama, logo após a posse de seu segundo mandato, anunciou um plano de 23 medidas executivas visando à restrição de armas especiais para uso civil, com o objetivo de minimizar a probabilidade de atos violentos por parte da comunidade civil. As propostas contemplam a inclusão de toda e qualquer compra de arma de fogo no National Instant Criminal Background Check System (do FBI), o qual tem por objetivo checar se o possível comprador de armas de fogo possui antecedentes criminais, bem como introduzir a checagem de antecedentes de saúde psico-social. Entre outras propostas estavam: reinstalar o banimento dos chamados rifles de assalto vigente de 1994 até 2004, restaurar o limite de munições contidas em um carregador de arma curta, auxílio médico no tratamento de doenças mentais, entregar novas ferramentas para a força policial qualificar seu trabalho, encorajar os donos de armas de fogo a mantê-las em local seguro e aumentar a segurança nas escolas, as quais, hoje, são zonas livres de armas. Esta proposta, de âmbito nacional, foi levada à votação do Congresso que a vetou integralmente.

Soma-se a esta proposta em nível federal, a movimentação no nível estadual em adotar políticas menos armamentistas, como foi o caso do estado de New York, que lançou o New York Secure Ammunition and Firearms Enforcement Act, o qual teve por base as propostas da gestão Obama. Entretanto, a Companhia esclarece que está pronta para adequar-se aos possíveis impedimentos propostos, tendo quase que toda a sua linha de produtos exportada para este país dentro das normas propostas e que seu portfolio de produtos não está na lista de possível banimento.

A Companhia entende que eventos futuros que envolvam violência civil possam fomentar a discussão e afetar o resultado da Companhia. Faz-se necessário que a empresa esteja trabalhando para que, independentemente da regulação proposta, possa oferecer os produtos da mais alta qualidade para seus clientes e, enquanto isso, trabalhar junto das entidades de classe para defender os interesses da indústria.

A atuação da Companhia em países estrangeiros depende de seus regulamentos atinentes às atividades desenvolvidas pela Companhia, bem como de suas políticas de importação

A atividade preponderante da Companhia (produção e comercialização de armas curtas) está diretamente relacionada às imposições regulatórias dos países em que a Companhia atua, além das políticas de importação por eles adotadas. Eventuais alterações dos tratamentos normativos estrangeiros ou mesmo de

4.1 - Descrição dos fatores de risco

cunho supranacional podem provocar a constrição, limitação ou proibição das atividades de produção e comércio de armas curtas da Companhia, o que afetaria negativamente as estruturas produtivas e os resultados financeiros.

A instituição de barreiras protetivas por países no qual a Companhia atua pode limitar ou suprimir as exportações, afetando diretamente o faturamento no setor e, consequentemente, o resultado financeiro da Companhia.

Repatriação dos Lucros

Parte das operações da Companhia que geram receita estão localizadas no exterior. Atualmente, não há nenhuma restrição à repatriação de lucros nos países em que a Companhia atua no mercado internacional às entidades estrangeiras. Contudo, não há garantia de que não serão impostas restrições à repatriação de lucros a partir desses países no futuro. Caso isso ocorra, o resultado da Companhia poderá ser atingido de maneira adversa.

(j) a questões socioambientais

A Companhia está sujeita a extensa regulamentação ambiental e pode se expor a responsabilidades caso não cumpra tais regulamentações.

A Companhia está sujeita a uma grande variedade de leis, regulamentações e exigências de licenças federais, estaduais e municipais, em relação à proteção do meio ambiente, o que a deixa, consequentemente, exposta a reparações civis, sanções criminais e ordens de fechamento por descumprimento, dentre outras sanções administrativas. A Companhia já incorreu e continuará a incorrer em gastos para cumprir as leis ambientais. Frequentemente, tais leis, regulamentações e licenças exigem que a Companhia adquira e instale dispendiosos equipamentos para controle da poluição, ou que se façam modificações operacionais para mitigar os impactos reais ou potenciais no ambiente e/ou na saúde de seus funcionários. A Companhia não pode prever se seus gastos futuros para cumprir as leis ambientais serão significativos. Ademais, a Companhia é obrigada a eliminar a contaminação resultante de sua atividade operacional e pode ser obrigada a pagar multas, bem como, responder a quaisquer processos judiciais, o que pode impactar significativamente seus resultados.

O não cumprimento dessas leis e regulamentações (incluindo a não obtenção ou manutenção das licenças ambientais relevantes, bem como o não cumprimento das condicionantes técnicas impostas no processo de licenciamento ambiental) pode sujeitar a multas administrativas, interrupção compulsória de atividades e sanções criminais, além da obrigação de sanar os danos e pagar indenizações ambientais e a terceiros, sem qualquer teto. Ademais, a legislação ambiental brasileira adota um sistema de responsabilidade civil objetiva, individual e solidária, para danos ambientais, o que torna o causador da poluição responsável, independentemente de culpa ou dolo, e tornaria a Companhia, isolada e solidariamente, responsável pelas obrigações de seus produtores ou clientes.

À medida que as leis ambientais e sua aplicação se tornam cada vez mais rigorosas, as despesas da Companhia para cumprimento de tais exigências tendem a aumentar no futuro. Além disso, a possível implementação de novas regulamentações, alterações nas regulamentações existentes ou a adoção de outras medidas pode fazer com que o montante e a frequência dos dispêndios da Companhia em preservação ambiental variem significativamente em comparação às estimativas atuais ou aos custos históricos. Quaisquer despesas futuras não planejadas podem forçar a Companhia a reduzir ou interromper investimentos estratégicos, possivelmente afetando negativamente a Companhia em consequência.

Nos termos das leis ambientais brasileiras, a Companhia pode ser considerada objetivamente responsável

4.1 - Descrição dos fatores de risco

por todos os custos relacionados a qualquer contaminação em suas atuais ou antigas instalações, assim como em locais de descarte de resíduos de terceiros usados pela Companhia. A Companhia também pode ser considerada responsável pela contaminação do solo ou águas subterrâneas, ou outros tipos de dano ambiental na área de seu parque fabril ou em comunidades ao redor dele.

Os custos da Companhia para cumprir as leis ambientais e de saúde e segurança, atuais e futuras, bem como suas obrigações originárias de descartes de resíduos passados ou futuros, ou a exposição a substâncias perigosas, podem afetar negativamente o negócio ou desempenho financeiro da Companhia.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, afetem os resultados da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

O mercado de títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras é influenciado, em vários graus, pela economia global e pelas condições do mercado. A reação dos investidores ao desenvolvimento em outros países pode ter um impacto desfavorável no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras.

Crises econômicas ou a adoção de determinadas políticas econômicas em outros países podem reduzir a demanda do investidor por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras e pelos emitidos pela Companhia, o que poderia adversamente afetar o preço de mercado das ações da Companhia, além de comprometer adversamente a capacidade de financiamento da Companhia.

No passado, a deterioração das condições econômicas nos mercados emergentes resultou em significativa retirada de recursos do país e uma queda no montante de capital estrangeiro investido no Brasil. A crise financeira iniciada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 criou uma recessão global. Oscilações nos preços de ações de companhias abertas, ausência de disponibilidade de crédito, reduções nos gastos, desaceleração da economia global, compressão do mercado de crédito, aumento do preço de combustíveis, instabilidade de taxa de câmbio, pressão inflacionária e fracas condições econômicas em geral, direta ou indiretamente, podem afetar a economia e o mercado de capitais brasileiros de forma adversa.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada por condições de mercado e econômicas internacionais em geral, especialmente as condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na BM&FBOVESPA, por exemplo, são tradicionalmente sensíveis a flutuações nas taxas de juros e ao comportamento das principais bolsas norte-americanas. Assim, reduções das taxas de juros domésticos ou aumentos nas taxas de juros em outros países poderão reduzir a liquidez global e o interesse do investidor no mercado de capitais brasileiro, afetando negativamente o preço das ações e demais valores mobiliários de emissão da Companhia, assim como as possíveis restrições ao uso de armas que podem vir a acontecer nos mercados em que atuamos.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos e também cumpre com obrigações financeiras para gerenciar riscos de mercado. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

a. Risco de moeda (cambial)

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em Dólar norte americano (USD).

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido desvalorizações recorrentes ao longo de quatro décadas em relação ao Dólar Norte-Americano e outras moedas estrangeiras. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e políticas cambiais, incluindo variações súbitas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

De tempos em tempos, houve significativas flutuações na taxa de câmbio entre a moeda brasileira e o Dólar Norte-Americano e outras moedas. Não podemos assegurar quando o Real se valorizará ou desvalorizará perante o Dólar Norte-Americano ou a outras moedas no futuro.

A desvalorização do Real frente ao Dólar Norte-Americano e a outras moedas poderá (i) criar uma pressão inflacionária adicional no Brasil levando ao aumento da taxa de juros, o que poderia afetar negativamente a economia brasileira como um todo; (ii) dificultar o acesso da Companhia ao mercado financeiro internacional; e (iii) levar a uma intervenção do Governo Federal, considerando, inclusive, políticas de recessão econômica. Da mesma forma, a valorização do Real frente ao Dólar Norte-Americano e a outras moedas poderá (i) levar a uma deterioração na conta corrente brasileira e na balança de pagamentos; e (ii) obstruir o aumento das exportações.

A natureza das operações da Companhia (em especial, de sua relevante matriz exportadora) pode resultar em uma exposição às oscilações da moeda, preços das commodities e taxas de juros. A Companhia pode utilizar instrumentos financeiros e contratos de entrega física para proteger sua exposição a esses riscos.

Nesse sentido, caso a Companhia realize operações de hedge, estará exposta a ocasionais perdas na eventualidade do descumprimento desses instrumentos financeiros pelas contrapartes. Havendo o descumprimento de instrumentos financeiros pelas contrapartes, os resultados operacionais da Companhia poderão ser substancialmente afetados. Ademais, para a contratação de operações de hedge, geralmente é exigida a realização e manutenção de depósitos de margem, podendo resultar em perdas relevantes.

Por outro lado, caso a Companhia não realize operações de hedge, poderá ficar mais suscetível às flutuações de moedas, preços das commodities e taxas de juros do que seus concorrentes que realizam operações de hedge.

A desvalorização da moeda nacional em relação ao Dólar norte-americano impacta diretamente no endividamento da Companhia, visto que certa de 86% dele está vinculado ao dólar norte americano. Assim a depreciação do Real aumenta as despesas financeiras da Companhia, reduzindo seu lucro. Por outro lado, uma apreciação do real reduz as exportações da Taurus, visto que cerca de 70% de sua receita provém de mercados externos, principalmente dos EUA. Assim, câmbio é uma variável que não é de controle da Companhia e pode afetar de forma significativa os negócios da Companhia.

O cenário-base provável para 2018, foi definido através de premissas disponíveis no mercado (fonte: Focus Banco Central do Brasil) e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas do cenário previsto para 2018 e as vigentes em 2017.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre variações cambiais consideradas no cenário provável.

Moedas e índices	Taxa 2018	Cenário provável	Cenário possível Δ 25%	Cenário remoto Δ 50%
Dólar norte americano Baixa	**3,3080**	3,3400	2,5050	1,6700
Dólar norte americano Alta	**3,3080**	3,3400	4,1750	5,0100

Sensibilização da variação da moeda estrangeira:

					Consolidado
		Saldo em 2017	Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Ativo - Baixa do dólar					
Contas a receber	Dólar - USD	**34.995**	339	(8.495)	(17.328)
Passivo - Alta do dólar					
Empréstimos e financiamentos	Dólar - USD	**(181.635)**	(1.757)	(47.605)	(93.453)
Fornecedores	Dólar - USD	**(11.967)**	(116)	(3.137)	(6.157)
Adiantamentos de câmbio	Dólar - USD	**(7.313)**	(71)	(1.917)	(3.763)
Adiantamento de clientes	Dólar - USD	**(29.142)**	(282)	(7.638)	(14.994)
Outros	Dólar - USD	**2.545**	25	667	1.310

					Controladora
		Saldo em 2017	Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Ativo - Baixa do dólar					
Contas a receber	Dólar - USD	**15.352**	149	(3.727)	(7.602)
Passivo - Alta do dólar					
Empréstimos e financiamentos	Dólar - USD	**(149.065)**	(1.442)	(39.069)	(76.695)
Fornecedores	Dólar - USD	**(3.547)**	(34)	(930)	(1.825)
Adiantamentos de câmbio	Dólar - USD	**(7.313)**	(71)	(1.917)	(3.763)
Adiantamento de clientes	Dólar - USD	**(29.052)**	(281)	(7.614)	(14.948)
Outros	Dólar - USD	**2.216**	21	581	1.140

b. Risco de Taxa de Juros

As taxas de juros elevadas podem afetar negativamente o lucro da Companhia, aumentando o custo associado ao financiamento de suas atividades. A alta das taxas de juros poderá impactar no custo de captação de empréstimos pela Companhia como também no custo do endividamento, vindo a causar aumento de suas despesas financeiras. Este aumento, por sua vez, poderá afetar adversamente a capacidade de pagamento de obrigações assumidas pela Companhia, na medida em que reduzirá sua disponibilidade de caixa.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Os saldos de instrumentos expostos a variação de taxa de juros são abaixo sumariados. Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros.

Em 31 de dezembro de 2017 a administração considerou um cenário provável em 2018 para a taxa CDI de 8,75% e TJLP de 7,00%. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Os cenários abaixo foram estimados para o período de um ano:

Moeda	2017	Cenário provável	Cenário possível Δ 25%	Cenário remoto Δ 50%
CDI - baixa	6,89%	10,14%	7,61%	5,07%
CDI - alta	6,89%	10,14%	12,68%	15,21%
TJLP	7,00%	7,00%	8,75%	10,50%
SELIC	6,90%	8,75%	10,94%	13,13%
LIBOR 30 dias	1,57%	1,57%	1,96%	2,35%
LIBOR 3 meses	1,69%	1,69%	2,12%	2,54%
LIBOR 6 meses	1,84%	1,84%	2,30%	2,76%

				Consolidado Ganho (Perda)	
	Indexador	Saldo 2017	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Passivo					
Aplicações financeiras	CDI - baixa	3.170	103	23	(58)
Empréstimos	CDI - alta	(129.980)	(4.224)	(7.519)	(10.814)
Empréstimos	TJLP	(5.846)	-	(102)	(205)
LIBOR 30 dias	LIBOR 30 DIAS	(89.127)	-	(350)	(699)
LIBOR 3 meses	LIBOR 3 Meses	(439.582)	-	(1.861)	(3.722)
Impostos parcelados	SELIC	(8.296)	(153)	(335)	(516)

				Controladora Ganho (Perda)	
	Indexador	Saldo 2017	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Passivo					
Aplicações financeiras	CDI - baixa	2.874	93	21	(52)
Mútuos	CDI - baixa	(33.081)	(1.075)	(237)	602
Empréstimos	CDI - alta	(129.980)	(4.224)	(7.519)	(10.814)
Empréstimos	TJLP	(5.672)	-	(99)	(199)
LIBOR 3 meses	LIBOR 3 Meses	(439.582)	-	(1.861)	(3.722)
Impostos parcelados	SELIC	(6.653)	(123)	(269)	(414)

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Forjas Taurus S.A e suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituíram no consolidado, provisão para perdas com processos judiciais no montante de R$ 102.531 em 2017 (R$ 51.831 em 2016) considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso avaliadas como risco provável como segue abaixo:

(valores em milhares de R$)

	Consolidado			
			2017	2016
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Líquido
Trabalhistas	**64.661**	**15.431**	**49.230**	**24.999**
Cíveis	**9.863**	**-**	**9.863**	9.432
Tributárias	**28.007**	**1.058**	**26.949**	5.992
	102.531	**16.489**	**86.042**	40.424

A Companhia e suas controladas possuem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível ou remoto. Em 2017, o montante consolidado foi de aproximadamente R$ 109.542 na controladora e R$ 150.448 no consolidado (R$ 60.247 e R$ 116.745, respectivamente, em 2016) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Em 2017 um dos principais processos envolvendo a Taurus está relacionado com a demanda movida por Hunter Douglas N.V. (sociedade organizada segundo as leis de Curaçao, com sede principal em Rotterdam, Holanda) contra a empresa Wotan Máquinas Ltda. relativo à cobrança originada de contrato de mútuo para financiamento às exportações firmado entre ambas em 2001. A controlada Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. figurou no polo passivo da demanda em razão de superveniente locação do parque industrial realizado com a Wotan Máquinas Ltda. no ano de 2004.

No entanto, em 26 de junho de 2015, mediante a assinatura de um Contrato Definitivo de Compra e Venda de Cessão de Crédito, a T. Investments Co. Inc., sociedade pertencente ao Grupo Taurus, com sede na cidade do Panamá, adquiriu o crédito da Hunter Douglas N.V. perante a Wotan Máquinas Ltda. e outros direitos pelo valor de USD10.250 mil. A concretização deste compromisso, resultou na aquisição da Companhia: i) crédito da Hunter Douglas N.V. perante a Wotan Máquinas Ltda.; ii) todos os direitos vinculados ou acessórios ao crédito, em especial às hipotecas e; iii) todos os direitos decorrentes do processo, diretamente vinculados ao crédito ou não.

Em 29 de abril de 2016, as partes celebraram no referido processo acordo para encerramento da lide, o qual foi homologado no dia 30 de junho de 2016. No acordo, a Wotan Máquinas Ltda. concordou em transferir os imóveis registrados nas matrículas 63.714 e 11.400 do registro de imóveis da comarca da Gravataí (RS), para T INVESTMENTS, como quitação da

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

obrigação. Os imóveis foram avaliados em R$ 14.000 (imóvel 11.400) e R$ 15.800 (imóvel 63.714) totalizando R$ 29.800.

A transferência não foi operacionalizada no prazo ajustado no acordo, uma vez que a WOTAN MÁQUINAS LTDA. não cumpriu condições precedentes para viabilizar a transferência, permanecendo a T INVESTMENTS como cessionária da hipoteca conforme averbações constantes nas matrículas informadas. A T INVESTMENTS CO. INC deverá promover a execução do acordo homologado para obter judicialmente a transferência dos imóveis.

Além do processo acima referido, um dos principais processos em que a Taurus é parte está relacionado à celebração de um acordo para pôr fim à ação judicial proposta no U.S. Court for the Southern District of Florida contra a Taurus e suas controladas nos Estados Unidos, Taurus Holdings, Inc. e Taurus International Manufacturing, Inc. (em conjunto, "Companhias"). Referido acordo resultou de ação judicial individual, Chris Carter v. Forjas Taurus, S.A. et. al., relativa a supostos defeitos apresentados em determinados modelos de pistolas de fabricação das Companhias, classificada como risco possível de perda pelos seus assessores jurídicos. Contudo, possíveis desdobramentos desta ação levaram a decisão, em abril de 2015, de celebrar tal acordo, que teve como objetivo minimizar potenciais riscos futuros para a Companhia, relacionados a uma possível mudança de patamar da ação e considerando as características específicas do ambiente jurídico norte-americano, mesmo havendo baixo histórico de defeitos reportados por clientes da Companhia.

Em 18 de julho de 2016, foi concedida a aprovação final (final approval) pelo Juízo do U.S. District Court for the Southern District of Florida. Nesta decisão também foi reconhecido o valor USD 9.000 mil a título de honorários advocatícios que deveriam ser pagos em 03 (três) parcelas anuais, previstas para: i) 15 de janeiro de 2017; ii) 15 de janeiro de 2018 e; iii) 15 de janeiro de 2019.

Entretanto, as partes negociaram e em 26 de agosto de 2016 protocolaram pedido conjunto de alteração dos termos do acordo, no que concerne exclusivamente ao pagamento dos honorários advocatícios. Na proposta apresentada ao juízo, a quantia ficou reduzida de USD 9.000 mil para USD 8.300 mil, com pagamento único.

Em 18 de outubro de 2016, o juízo do U.S. District Court for the Southern District of Florida homologou o pedido de alteração mencionado no parágrafo acima e tal quantia foi depositada em juízo pela Taurus, através de uma conta de garantia, aguardando o julgamento dos recursos que estavam em andamento.

No dia 29 de junho de 2017, a corte de apelações local (Eleventh Circuit Court of Appeals) confirmou a aprovação do acordo principal. Transcorrido o prazo para recurso, a decisão passou a ser definitiva e o valor referente aos honorários advocatícios foram liberados. O acordo está em fase de execução.

Por oportuno, ratifica-se que todos os demais pagamentos referentes ao acordo, no valor total de USD 12.438 mil, foram realizados em 2015.

O acordo aprovado é resultado de uma intensa negociação e, com base na opinião de seus assessores legais norte-americanos, a administração da Taurus entende que a sua celebração foi a medida mais eficaz para pôr fim à demanda judicial em referência e seus

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

possíveis desdobramentos, assim como aquela que envolvia o menor impacto financeiro à Companhia, evitando os riscos e possíveis efeitos adversos adicionais a que ela estaria exposta em caso de continuação do litígio.

Além dos processos judiciais mencionados acima, no ano de 2016 a Taurus foi citada para apresentar defesa em dois (02) processos administrativos promovidos pela Polícia Militar do Estado de São Paulo (Processo Sancionatório n.º CSMAM-002/30/16 e Processo Sancionatório n.º 003/30/2016 em aditamento ao Processo n.º CSMAM 01/30/14) onde está sob discussão a possibilidade ou não de descumprimento parcial ou total de contratos para aquisição e fornecimento de 98.465 (noventa e oito mil, quatrocentas e sessenta e cinco) armas de fogo, tipo pistola, modelos 24/7 e 640, entre os anos de 2007 a 2011, no primeiro processo e, também contratos para aquisição e fornecimento de 5.931 (cinco mil, novecentas e trinta e uma) armas de fogo, tipo submetralhadora, modelo SMT 40 no ano de 2011 no segundo processo e seu aditamento, no valor total de R$ 22.681.184,00 (vinte e dois milhões, seiscentos e oitenta e um mil, cento e oitenta e quatro reais).

Em relação ao processo Sancionatório n.º CSMAM-002/30/16, a Companhia considera possível alguma perda monetária, mas como se trata de processo administrativo e está em fase inicial, não temos como estimar valores nesse momento, sendo que as sanções que a mesma está sujeita estão previstas no artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/93, combinada com o artigo 81 da Lei Estadual (SP) n.º 6.544/89.

Já em relação ao Processo Sancionatório n.º CSMAM 01/30/14, o mesmo foi encerrado com a decisão que suspendeu o direito da Companhia de contratar com a administração pública do Estado de São Paulo pelo período de 02 (dois) anos, a contar de outubro de 2016, sem a aplicação de qualquer pena pecuniária.

Além disso, no dia 19 de dezembro de 2017, a Companhia recebeu citação de processo judicial no qual o Estado de São Paulo requer a rescisão dos contratos de fornecimento de submetralhadoras firmados em 2011 com a Polícia Militar do Estado de São Paulo e a devolução do valor pago na época, de R$ 21,7 milhões, acrescidos de atualização monetária e outros consectários legais.

Em uma análise preliminar realizada pelos assessores jurídicos da Companhia, este processo foi qualificado como de perda possível. A Companhia provisionou em 31 de dezembro de 2017 parte do valor da ação, correspondente à sua melhor estimativa quanto ao provável desembolso de recursos para resolver esta demanda.

No ano de 2017, a Companhia tomou conhecimento do ajuizamento pela Procuradoria Regional de Sergipe do Ministério Público Federal de uma Ação Civil Pública contra a Taurus e também contra a União Federal (Exército Brasileiro), perante o Juízo da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Sergipe. Os pedidos estão relacionados a supostos defeitos em alguns modelos de armas produzidas pela Taurus.

Nesta Ação Civil Pública, o Ministério Público Federal pleiteia liminarmente que i) a Taurus seja impedida de comercializar no Brasil alguns modelos de armas de fogo; ii) a Taurus convoque recall nacional para substituição e/ou indenização de acordo com o valor de mercado destes modelos de armas de fogo e iii) a União seja proibida de aplicar a restrição de importação de modelos que possua similar nacional, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 10.000,00.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Ao final, o Ministério Público Federal pleiteia i) a condenação da União em obrigação de fazer consistente em modificar o R-105 ou editar novo regulamento substitutivo que não crie regime de monopólio na venda de armamentos no Brasil, em prejuízo à livre concorrência; ii) condenação da Taurus à obrigação de fazer consistente em convocar um recall nacional no prazo de 20 dias, para reparo, substituição e/ou indenização segundo o valor de mercado desses mesmos modelos de arma; (iii) condenação da União e da Taurus ao pagamento de danos morais coletivos em valor a ser definido pelo juízo, não inferior a R$ 40 milhões.

Em sede de tutela de antecipada, o Juízo da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Sergipe determinou a obrigação de fazer à Taurus consistente na apresentação de detalhado plano de recall das espécies defeituosas de armas dentro de 90 dias. Os pedidos liminares de suspensão da comercialização dos modelos supostamente defeituosos e de proibição da restrição da importação de armamentos por parte da União, foram indeferidos pelo Juízo.

No julgamento do agravo de instrumento interposto pela Taurus, o Tribunal Federal da 5ª Região suspendeu a eficácia da decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Sergipe, na parte em que determina a apresentação, pela Taurus, de plano de recall no prazo de 90 (noventa) dias.

A Companhia lamenta não ter tido a oportunidade de apresentar esclarecimentos no âmbito do inquérito civil que antecedeu a propositura da ação. Em todo caso, adotará todas as medidas necessárias para exercer seu direito de defesa perante o juízo competente, com o objetivo de demonstrar que as pretensões veiculadas na ação carecem de fundamento. De acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Taurus, a presente ação é classificada como risco de perda possível.

Ainda em 2017, a Companhia foi citada para responder a ação judicial movida pelo Estado de Goiás em razão de suposto descumprimento contratual decorrente da venda, pela Taurus, de 2.500 armas de sua fabricação, modelo pistola PT 24/7 PRO D, no valor total de R$ 4.873.249,21 (quatro milhões, oitocentos e setenta e três mil, duzentos e quarenta e nove reais e vinte e um centavos), armas estas alegadamente defeituosas e que tais defeitos não teriam sido sanados pela Taurus.

Após a apresentação da contestação pela Taurus, o Juízo de Primeira instância deferiu parcialmente o pedido de tutela antecipada requerido pelo Estado de Goiás e determinou a substituição integral das armas fornecidas e supostamente defeituosas. Contra esta decisão, a Taurus interpôs agravo de instrumento, buscando a concessão de efeito suspensivo, o qual foi indeferido em decisão monocrática pelo Relator. A decisão não é definitiva e o recurso interposto pela Taurus está pendente de julgamento.

Em 29 de maio de 2018, as partes encaminharam acordo judicial para homologação do juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública de Goiânia.

A seguir, demonstramos os principais processos não sigilosos relevantes em formato de tabela.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3 – Processos não sigilosos relevantes

Processos tributários *– Relevantes, tendo em vista o valor envolvido e com chance de perda em 31 de maio de 2018.*

Execução Fiscal n. 5076012-70.2014.4.04.7100	
a. juízo	14ª Vara Federal de Porto Alegre
b. instância	2ª
c. data da instauração	12/10/2014
d. partes do processo	Autor: Forjas Taurus S.A, Taurus Máquinas-Ferramenta e Taurus Blindagens
	Réus: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás e União Federal
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R$ 9.041.059,03
f. principais fatos	Cumprimento de Sentença. Processo originário 0006055-92.1999.404.7100 – Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica.
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 5.123.705,09

Processo Judicial n. 00046960320128260053	
a. juízo	3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo
b. instância	2ª
c. data da instauração	26/12/2011
d. partes do processo	Autor: Taurus Blindagens Ltda.
	Réu: Estado de São Paulo
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R$ 7.008.017,94
f. principais fatos	Anulação de crédito tributário – multa de ofício
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 7.008.017,94

Execução Fiscal n. 0026050-46.2016.8.21.0033	
a. juízo	4ª Vara Cível de São Leopoldo
b. instância	1ª
c. data da instauração	06/10/2016
d. partes do processo	Autor: Município de São Leopoldo
	Réu: Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R$ 13.697.857,03
f. principais fatos	Cobrança de ISS
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 13.697.857,03

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processos Cíveis e Comerciais *- Relevantes, tendo em vista o valor envolvido e com chance de perda em 31 de maio de 2018.*

Processo Judicial n. 001/1.14.0286474-5	
a. juízo	3ª Vara Cível de São Paulo
b. instância	1ª
c. data da instauração	21/10/2014
d. partes do processo	Autor: Sphere System Ltda.
	Réu: Forjas Taurus S.A.
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R$ 7.576.678,68
f. principais fatos	Indenizatória
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 7.576.678,68

Processos trabalhistas *- Relevantes, tendo em vista o valor envolvido e com chance de perda em 31 de maio de 2018.*

Reclamatória Trabalhista n. 0020984-78.2015.5.04.0022	
a. juízo	22ª Vara do Trabalho de Porto Alegre (RS)
b. instância	1ª
c. data da instauração	02/09/2015
d. partes do processo	Autor: M.A. C.
	Réu: F. T. S.A.
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R$ 8.700.000,00
f. principais fatos	Horas extras, adicional de sobreaviso, nulidade do regime compensatório, adicional de insalubridade e periculosidade, indenização e danos morais.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 3.000.000,00

Reclamatória Trabalhista n. 0000720-88.2014.5.04.0373	
a. juízo	3ª Vara do Trabalho de Sapiranga (RS)
b. instância	1ª
c. data da instauração	26/05/2014
d. partes do processo	Autor: V.Z.R.
	Réu: T.M.F. e outros
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R$ 6.068.244,65
f. principais fatos	Pedido de redirecionamento da execução.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 6.068.244,65

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Reclamatória Trabalhista n. 0000276-58.2014.5.04.0372	
a. juízo	2ª Vara do Trabalho de Sapiranga (RS)
b. instância	1ª
c. data da instauração	26/05/2014
d. partes do processo	Autor: A.L.S. e Outros
	Réu: T. Investments e outros
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R$ 11.504.697,57
f. principais fatos	Pedido de redirecionamento da execução.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 11.504.697,57

Processos Administrativos *- Relevantes, tendo em vista o valor envolvido e com chance de perda em 31 de maio de 2018.*

Processo Judicial n. 2006.34.00.007567-7 (0007480-39.2006.4.01.3400)	
a. juízo	13ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal
b. instância	1ª
c. data da instauração	07/03/2006
d. partes do processo	Autor: Forjas Taurus S.A.
	Réu: União Federal e Glock America S.A.
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R$ 5.118.750,00
f. principais fatos	Anulação da Licitação e Indenização
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 5.118.750,00

Auto de Infração n. 11065-720.453/2016-93	
a. juízo	Delegacia Regional de Julgamento em Ribeirão Preto (SP)
b. instância	1ª
c. data da instauração	15/03/2016
d. partes do processo	Autor: Receita Federal do Brasil
	Réu: Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R$ 3.737.893,21
f. principais fatos	Glosa de créditos de prejuízo fiscal e base negativa
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 3.737.893,21

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo Judicial n. 1027591-62.2017.8.26.0053	
a. juízo	10ª Vara da Fazenda Pública do Estado de São Paulo
b. instância	1ª
c. data da instauração	22/06/2017
d. partes do processo	Autor: Estado de São Paulo
	Réu: Forjas Taurus S.A.
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R$ 21.681.184,00
f. principais fatos	Indenização
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 9.839.706.93

Processo Judicial n. 0803509-42.2017.4.05.8500	
a. juízo	2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Sergipe
b. instância	1ª
c. data da instauração	22/08/2017
d. partes do processo	Autor: Ministério Público Federal
	Réu: União Federal e Forjas Taurus S.A.
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R$ 45.000.000,00
f. principais fatos	Condenatória
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 45.000.000,00

Processo Judicial n. 5267526-37.2017.8.09.0051	
a. juízo	2ª Vara da Fazenda Pública de Goiânia
b. instância	1ª
c. data da instauração	20/12/2016
d. partes do processo	Autor: Estado de Goiás
	Réu: Forjas Taurus S.A.
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R$ 4.873.249,21
f. principais fatos	Descumprimento Contratual
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 389.536,00

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processos Ambientais *- Relevantes, tendo em vista o valor envolvido e com chance de perda em 31 de maio de 2018.*

Ação Civil Pública n.º 0000241-05.2001.8.16.0038	
a. juízo	Vara da Fazenda Pública da Comarca de Rio Grande (PR)
b. instância	1ª
c. data da instauração	22/05/2001
d. partes do processo	Autor: Taurus Blindagens Ltda. e Outros
	Réu: Ministério Público do Estado do Paraná
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	Não é possível avaliar o montante total envolvido.
f. principais fatos	Questionamento acerca da legalidade quanto à implantação das empresas Taurus Plast Produtos Plásticos Ltda, Taurus Blindagens Ltda em área de preservação permanente
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 200.000,00

Processo Administrativo 004761-05.67/14-0 – Auto de Infração 1109/2014	
a. juízo	Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roesseler (FEPAM) – Impugnação
b. instância	1ª
c. data da instauração	11/06/2014
d. partes do processo	Autor: Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roesseler
	Réu: Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R$ 37.830,00
f. principais fatos	Disposição inadequada de resíduos e produtos químicos.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	R$ 37.830,00

Processos Criminais *- Relevantes, tendo em vista o valor envolvido e com chance de perda em 31 de maio de 2018.*

Processo Judicial n. 001/2.13.0009220-1	
a. juízo	9ª Vara Criminal da Comarca de Porto Alegre (RS)
b. instância	1ª
c. data da instauração	14/02/2013
d. partes do processo	Autor: Justiça Pública
	Réu: Forjas Taurus e outros
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	Impossível estimar neste momento.
f. principais fatos	Crime ambiental
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Não é possível estimar o valor de perda neste momento.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3.1 – Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

Para os processos relevantes informados no item 4.3, o valor provisionado é de R$ 9.839 milhões de reais.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores que sejam individualmente relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas.

4.3.1 – Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Não aplicável

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Processos Sigilosos *– Relevantes, tendo em vista o valor envolvido e com chance de perda em 31 de maio de 2018.*

Procedimento Arbitral n.º ---	
a. juízo	---
b. instância	---
c. data da instauração	---
d. partes do processo	Autor: Forjas Taurus S.A.
	Réu:
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	Não disponível
f. principais fatos	---
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Não disponível

Processo Judicial n.º ---	
a. juízo	---
b. instância	---
c. data da instauração	---
d. partes do processo	Autor:
	Réu:
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	US$ 1.813.000,00
f. principais fatos	---
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Não disponível

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Na data deste formulário de referência, não há nenhum procedimento judicial, administrativo ou arbitral repetitivo ou conexo, baseado em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte.

4.6.1 – Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6

Não aplicável

4.7 - Outras contingências relevantes

Na data deste formulário de referência, não existem outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

a. restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos.
Não se aplica à Companhia, pois a Taurus não é emissor estrangeiro.

b. restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários.
Não se aplica à Companhia, pois a Taurus não é emissor estrangeiro.

c. hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação
Não se aplica à Companhia, pois a Taurus não é emissor estrangeiro.

d. hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável
Não se aplica à Companhia, pois a Taurus não é emissor estrangeiro.

e. outras questões do interesse dos investidores
Não se aplica à Companhia, pois a Taurus não é emissor estrangeiro.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

Em razão da renovação da Administração da Companhia e do processo de recuperação financeira que vem ocorrendo, a Política de Gerenciamento de Riscos está sendo revista. Dessa forma, na data de publicação deste formulário não há política de Gerenciamento de Risco formalizada.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

não aplicável

I. os riscos para os quais se busca proteção

não aplicável

II. os instrumentos utilizados para proteção

não aplicável

III. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

não aplicável

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

não aplicável

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:

Em razão da renovação da Administração da Companhia e do processo de recuperação financeira que vem ocorrendo, a Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado está sendo revista. Dessa forma, na data de publicação deste formulário não há política de Gerenciamento de Risco de Mercado formalizada.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

não aplicável

I. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

não aplicável

II. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

não aplicável

III. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

não aplicável

IV. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

não aplicável

V. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

não aplicável

VI. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

não aplicável

c) a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada:

não aplicável

5.3 - Descrição dos controles internos

5.3 - Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

A Companhia trabalha constantemente no aperfeiçoamento de seus controles internos, tendo como principal ferramenta o sistema ERP SAP, o qual requer um elevado nível de parametrizações para os perfis de acesso, segregações de função, alçadas de aprovação, etc. Para elaboração das demonstrações financeiras a Companhia utiliza como pratica a revisão de lançamentos contábeis, o qual contempla análise e conciliação das contas dos grupos de receitas, estoques, despesas, custo, etc., tendo como base, premissas de monitoramento e cruzamento das informações. No final deste processo as demonstrações financeiras são apreciadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

No que tange as imperfeições dos controles, estas são tratadas primeiramente em nível operacional; num segundo momento, áreas de apoio podem ser envolvidas, como Controladoria, visando aprimorar os controles estabelecidos, ou ainda propor que novos sejam criados, e assim fortalecer a estrutura de controle. Numa terceira instância, pode haver o reporte ao Comitê de Auditoria e Risco e ao Conselho de Administração, juntamente com os planos de ação, responsáveis e prazos estabelecidos para correção dos pontos.

Assim, a Companhia conclui que os controles internos praticados são satisfatórios e garantem a confiabilidade nos relatórios que suportam suas demonstrações financeiras.

b) As estruturas organizacionais envolvidas.

Em um primeiro momento, os controles internos estão a cargo dos gerentes operacionais que administram os processos em suas áreas e instituem controles visando mitigar riscos. Cabe à eles supervisionar os riscos e implementar ações corretivas para resolver deficiências nos processos e controles.

Em uma segunda instância, a área de Controladoria monitora os controles executados pelos gerentes operacionais. Esta área consolida os dados e avalia a performance e indicadores que auxiliam na gestão. Estes dados são reportados ao Comitê de Auditoria e Risco que, por sua vez, se reporta ao Conselho de Administração da Companhia.

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.

Eventuais deficiências são monitoradas pelo setor de controladoria e reportadas ao Comitê de Auditoria e Risco, o qual é composto por 3 membros do Conselho de Administração da Companhia, sendo 2 independentes.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

5.3 - Descrição dos controles internos

Seguem abaixo os itens apontados no relatório de recomendações dos auditores independentes (KPMG) sobre os controles internos da Companhia referente ao exercício encerrado em 31.12.2017:

Seção I – Deficiências significativas nos controles internos

a) Cadastro de imobilizados

Situação observada
A Companhia não possui processo de autorização para alteração no cadastro de itens de imobilizado, podendo as alterações serem feitas sem aprovações por alçadas.

Recomendação
Recomendamos que para qualquer modificação e/ou inclusão de itens no imobilizado ocorra a revisão formal pelo gestor da área, com a finalidade de mitigar o risco de erros.

Possíveis efeitos

- Elevação no risco de distorção nas demonstrações financeiras e nos riscos de fraudes;
- Análises gerenciais incorretas.

b) Conciliação do imobilizado em andamento e em operação

Situação observada
O sistema SAP está parametrizado para que os itens de imobilizado ingressem preliminarmente no imobilizado em andamento e posteriormente a sua classificação para imobilizado em operação.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2017, identificamos alguns projetos que foram concluídos no decorrer de 2017, porém ainda estavam classificados na conta de imobilizado em andamento.

Adicionalmente, identificamos que a Companhia não possui controles para mitigar o risco de projetos já concluídos ainda estarem sendo classificados incorretamente como imobilizado em andamento.

Além disso, os bens passam a ser depreciados somente após serem classificados para imobilizado em operação, sendo assim, ainda existe o problema dos itens não estarem sendo depreciados.

Recomendação
Elaborar controle e atribuir responsabilidade ao profissional responsável pelo imobilizado para o acompanhamento periódico (diário, semanal, etc.) dos itens em andamento. Esse processo deve ser revisado formalmente pelo gestor da área.

5.3 - Descrição dos controles internos

Possíveis efeitos

- Maior risco de distorção nas demonstrações financeiras;
- Dificuldade em fundamentar a dedutibilidade fiscal da depreciação;
- Análises gerenciais incorretas.

c) Revisões de vidas úteis

Situação observada
Observamos que não existe um processo formal de revisões das vidas úteis dos ativos imobilizados e a conclusão sobre eventuais mudanças nas vidas-úteis é baseada no conhecimento da Administração sobre mudanças no uso dos ativos.

Recomendação
Recomendamos a formalização de revisão anual por meio de documentos preparados por profissionais especializados, internos ou externos.

Possíveis efeitos

- Aumento no risco de distorção nas demonstrações financeiras;
- Dificuldade em fundamentar a dedutibilidade fiscal da depreciação;
- Análises gerenciais incorretas.

d) Conciliações contábeis

Situação observada
Não identificamos procedimentos formais de conciliação de contas, investigação de possíveis discrepâncias, bem como revisão formal dessas conciliações por profissional independente a quem preparou.

Observamos que em saldos de contas a pagar a fornecedores, por exemplo, os relatórios que nos foram enviados continham inconsistências, pois, não se tratavam de itens com essa natureza.

Recomendação
Recomendamos que a Companhia adote políticas rígidas para conciliações de contas, através da investigação dos saldos contidos nos relatórios auxiliares, e posteriormente a conciliação com a contabilidade. Ressaltamos que após a conciliação, deve haver a revisão por profissional independente, devidamente habilitado para esse processo. Tanto a conciliação, quanto a revisão por pessoa independente, devem ser devidamente formalizados.

5.3 - Descrição dos controles internos

Possíveis efeitos

- A ausência de conciliações pode acarretar problemas em todas as áreas da Companhia, bem como, em distorções em demonstrações contábeis e na análise incorreta de indicadores.

e) Controles sobre a existência física de estoques e estoques com lenta movimentação

Situação observada
Identificamos que o processo de controle físico e de movimentações de estoques apresenta diversas inconsistências e falhas nos controles que resultam em significativos ajustes de inventários físicos. Dentre as principais ocorrências observadas destacam-se problemas nas estruturas de produtos, falta de controles consistentes sobre a geração de sucata no processo, falta de apontamentos de consumo e apontamentos em duplicidade, entre outros. Identificamos ainda itens de estoques com lenta movimentação na data-base de 31 de dezembro de 2017. A Companhia efetuou ajustes e reconheceu provisões a partir de análises efetuadas pela Administração na data-base.

Recomendação
Recomendamos que a Administração revise integralmente o processo de controle de estoques, corrija as deficiências identificadas e implemente novos controles, utilizando de forma mais efetiva e abrangente as funcionalidades do seu ERP. Além disso, recomendamos que a Administração avalie mensalmente a evolução dos itens de estoques obsoletos e aqueles que ainda não estão classificados como tal, mas possuem baixa movimentação e reconheça tempestivamente provisões para itens identificados como de difícil realização.

Possíveis efeitos

As deficiências no controle físicos dos estoques e suas movimentações elevam os riscos de distorções relevantes nas demonstrações financeiras e os riscos de fraudes na guarda de ativos.

Além disso, os estoques devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor, nos termos das práticas contábeis adotadas no Brasil. Entende-se por valor realizável líquido como o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda.

A falta de atendimento ao disposto acima, acarreta em registro e apresentação incorretos nas demonstrações financeiras.

f) Inexistência da aprovação para lançamentos manuais

Situação observada
Não identificamos rotina de aprovações formais para os lançamentos manuais efetuados no sistema contábil.

5.3 - Descrição dos controles internos

Recomendação
Implementar política definindo alçadas de aprovação por cargo e/ou valor para os lançamentos manuais realizados no sistema contábil.

Possíveis efeitos
A inexistência de retinas de aprovação por alçadas adequadas implica na possibilidade de lançamentos errôneos ou indevidos, abrindo oportunidades para lançamentos indevidos por erro ou fraude.

g) Reconhecimento de receita nos termos do CPC 30 (R1) - Receitas

Situação observada
Identificamos que em 2017 a Administração passou a efetuar análise de reconhecimento das receitas de vendas de produtos nos termos do "CPC 30 (R1) - Receitas", que estabelece que a receita deve ser reconhecida somente quando "a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens".

Entretanto, ainda identificamos determinados montantes reconhecidos como receitas sem que tenha ocorrido a efetiva transferência dos riscos e benefícios. Os ajustes foram realizados pela Administração para fins de demonstrações financeiras.

Recomendação
Recomendamos a revisão do controle implementado para identificação e correção de possíveis falhas.

Possíveis efeitos
A falta de aderência aos critérios do CPC 30(R1) acarreta no reconhecimento e contabilização indevidos de receitas e custos decorrentes do reconhecimento dessas receitas, bem como, na apresentação incorreta das receitas nas demonstrações financeiras.

h) Integração da folha de pagamento entre "Vetorh" e "SAP"

Situação observada
A integração da folha de pagamento entre os sistemas "Vetorh" e "SAP" ocorre de forma manual. O envio do arquivo gerado no sistema Vetorh é realizado por meio de e-mail pelos colaboradores do departamento de Recursos Humanos para os colaboradores da contabilidade. Portanto, há possibilidade de alteração nos dados durante o processo de importação para o sistema SAP.

Recomendação
Avaliar a possiblidade de implementar uma integração automática do arquivo da folha de pagamento do sistema Vetorh para o sistema SAP.

Possíveis efeitos
A ausência de uma integração automatizada da folha de pagamento entre o sistema de pessoal (Vetorh) e o sistema contábil (SAP) pode permitir alterações indevidas no arquivo da folha durante o processo de contabilização.

5.3 - Descrição dos controles internos

i) Elaboração das demonstrações financeiras

Situação observada
Atualmente o processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas é feito de forma manual, sem que haja um processo claro e sistemático de preparação das informações e divulgações requeridas para atendimento às práticas contábeis. A falta de tal processo acarreta a necessidade de uma série de procedimentos manuais no encerramento de cada exercício, causando dificuldades na preparação e rastreabilidade das informações.

Recomendação
Primeiramente, recomendamos que a Companhia elabore uma lista de checagem, contemplando todas as rotinas que devem ser realizadas para o fechamento contábil de elaboração das demonstrações financeiras.

Após o fechamento contábil dos números e durante a elaboração daquelas demonstrações e suas notas explicativas, sugerimos que a Administração implemente um processo e controles auxiliares que contenham a composição de todas as notas explicativas, de forma que fique claro, quais as contas e outros aspectos qualitativos estão sendo considerados nas composições de cada uma das notas explicativas.

Além disso, é necessária a elaboração de um mapa de consolidação com a composição analítica de todas as contas e todas as empresas, demonstrando de forma clara a composição de cada um dos saldos, bem como, os valores comparativos.

Finalmente, na medida do possível, recomendamos que a administração automatize tais rotinas e reduza ao máximo possível a intervenção manual no processo de fechamento.

Possíveis efeitos
Atualmente o fechamento contábil e processo de elaboração de demonstrações financeiras e suas notas explicativas é moroso e suscetível a erros, comprometendo prazos e elevando os riscos de distorções nas demonstrações financeiras.

j) Aprovações e registros em mudanças no “SAP” e “Vetorh”

Situação observada
Não há formalização das aprovações e homologações nas mudanças realizadas nos sistemas “SAP” e “Vetorh”.

Recomendação
Toda e quaisquer mudanças devem possuir aprovação formal do gestor da área de negócios, para que sejam desenvolvidas e/ou implementadas em produção. Essas mudanças sistêmicas devem possuir um plano formal de testes, com descritivo do que foi testado, evidências do teste e validação formal de quem realizou os testes. A documentação de testes / homologação deve ser armazenada junto com os demais documentos de mudanças, de forma que possa ser consultada quando necessário.

5.3 - Descrição dos controles internos

Possíveis efeitos
A ausência de registros formais de aprovação e homologação em mudanças pode acarretar no risco de implementação de modificações incorretas que podem afetar a integridade dos dados, uma vez que as mudanças podem não ter sido devidamente testadas pela área usuária, portanto não atendendo às necessidades da Companhia.

k) Política formal e programa de "Compliance"

Situação observada
A Companhia não possui uma política interna formal e um programa para a promoção de Compliance com leis e regulamentos e regular os relacionamentos com clientes, fornecedores e órgãos governamentais.

Recomendação
Recomendamos que a Companhia desenvolva e implemente política interna e programa que definam e comuniquem claramente a todos os níveis internos suas regras e comportamentos para o atendimento a leis e regulamentos, bem como suas relações com clientes, fornecedores e órgãos governamentais. Recomendamos que a Administração avalie ainda a implementação de ferramentas como código de ética e canal de denúncias, entre outros.

Possíveis efeitos
A implementação de política formal, com ampla comunicação interna e com uso de ferramentas de Compliance, mitigam os riscos de descumprimentos de leis e regulamentos, bem como de condutas inapropriadas que podem acarretar prejuízos e danos reputacionais.

Seção II – Outras recomendações

a) Custos incorridos na importação de matéria-prima

Situação observada
Verificamos o custo da última importação do item de estoque de código 65005273 considerou custos com honorários de despachante e taxas de descarga, enquanto para o item de estoque de código 20018653, estas despesas de importação não fizeram parte do custeio do item, sendo considerados diretamente como despesas no resultado.

Recomendação
Efetuar a padronização no processo de lançamento de despesas.

Possíveis efeitos

- Contabilização incorreta e distorção na apresentação das demonstrações financeiras;
- Distorções em análises gerenciais realizada pela Companhia e pelos *stakeholders;*

5.3 - Descrição dos controles internos

b) Compensações de adiantamentos de clientes

Situação observada
A Companhia efetua usualmente transações com adiantamento de clientes. Com isso, torna-se necessária a realização de um procedimento de revisão dos saldos em aberto e a compensação com os saldos de contas a receber de clientes na data em que o faturamento é emitido e as mercadorias entregues.

Verificamos que não existe um controle formalizado para este procedimento, bem como, revisão e aprovação deste processo. Ainda, nos procedimentos de conciliação de saldos de contas a receber, identificamos faturas em aberto atreladas a adiantamentos que não haviam sido compensados. Cabe ressaltar que para as situações que identificamos, os ajustes foram efetuados ou foram imateriais.

Recomendação
Elaborar um controle mensal de compensações de adiantamentos de clientes com os saldos de contas a receber de clientes. Adicionalmente, evidenciar a revisão desse processo pelo gestor financeiro, bem como, elaborar o devido arquivamento dessa conciliação e a devida aprovação pelo setor de contabilidade da Companhia.

Possíveis efeitos

- Cobrança indevida de clientes com títulos em aberto no financeiro cujos adiantamentos já foram efetuados, gerando desgastes na relação com seus clientes;
- Distorções em análises gerenciais realizada pela Companhia e pelos *stakeholders;*
- Apresentação incorreta das demonstrações financeiras da Companhia.

c) Controle de entregas aos clientes

Situação observada
A Companhia não possui controle adequado no que diz respeito às entregas de mercadorias no mercado interno, uma vez que o sistema de rastreamento de entregas só possui dados das vendas que passam pelo setor de logística, sendo predominantemente armas. Quaisquer vendas que não transitem pela logística, por exemplo aços ou peças vendidas a fornecedores, a Companhia não possui a capacidade de rastreamento destas entregas.

Por tratar-se de fabricante de material bélico, é importante que a Companhia tenha total controle do processo de entrega, desde a saída de suas dependências, e até o recebimento pelo cliente final. Um problema nas entregas, sem o devido controle e identificação rápida, pode acarretar em desconforto com autoridades locais e internacionais, bem como no relacionamento com clientes.

Recomendação
Adotar procedimento de mapeamento do processo desde a saída a fábrica até a entrega final ao cliente. Para melhor formalização, elaborar procedimento de aceitação formal do cliente e arquivamento do aceite, a partir do momento em que a entrega for confirmada.

5.3 - Descrição dos controles internos

Adicionalmente, recomendamos que os demais setores da Companhia utilizem a ferramenta do sistema atualmente já utilizado pelo setor da logística relacionada à entrega de armas, que efetua o registro de todas as entregas por parte das transportadoras.

Possíveis efeitos

- Possíveis problemas com autoridades locais ou internacionais;
- Desgaste com clientes;
- Perdas financeiras para a Companhia;
- Ajustes contábeis não refletidos nas demonstrações financeiras.

d) Compensações de devoluções

Situação observada
Quando existe uma devolução de venda, o setor financeiro efetua uma rotina no SAP que realiza as compensações de devoluções com os faturamentos. Entretanto, observamos que o sistema apenas compensa os títulos com mesmo valor. Quando existe uma devolução parcial, essa compensação não é efetuada.

Em função disso, o "Contas a pagar" da Companhia possui títulos a receber que deveriam ser compensados por devoluções, sendo que a única forma de efetuar a conciliação é verificar cada um dos valores devolvidos de forma manual, podendo gerar erros ou até mesmo não ser efetuado, conforme observamos em algumas situações no decorrer de nossa auditoria.

Recomendação
Recomendamos que a Companhia efetue parametrizações no sistema e no registro das referências de notas fiscais com o objetivo de que, quando uma nota for devolvida, o sistema de forma automaticamente indique que existe devolução para aquele cliente/fornecedor e de opções para as compensações dos saldos de contas a receber de clientes a contas a pagar a fornecedores.

Ex: Caso a nota devolvida já tenha sido recebida/paga, o sistema poderia conter aviso de que existe devolução para o cliente/fornecedor específico e sobre a possibilidade de abatimento.

Possíveis efeitos

- Perdas financeiras para a Companhia em função de pagamentos indevidos;
- Insatisfação de clientes/fornecedores por cobranças indevidas em função de não baixar as devoluções;
- Distorções em demonstrações contábeis;
- Análises de indicadores gerencias distorcidos.

5.3 - Descrição dos controles internos

e) Custo padrão *versus* custo real

Situação observada
Identificamos que alguns itens foram cadastrados com custo padrão simbólico no sistema SAP.

Adicionalmente, identificamos que a Companhia não possui um controle para verificação das variações entre o custo padrão *versus* real, visando mitigar o risco de distorções significativas de custo entre o realizado e o esperado.

Recomendação
Sugerimos que a Companhia atualize no SAP o custo padrão dos estoques considerando o último custo real apurado.

Após essa melhoria, sugerimos que ao fim de cada mês, seja gerado um relatório de comparação do custo real do mês, com o custo padrão anterior, para verificar se não há nenhuma discrepância que possa ser indicativo de erro no processo de custeio.

A ausência dessa atualização não permite análise e controle do custo mensal, pois, não há um valor base como parâmetro de comparação do custeio dos itens de estoque. Adicionalmente, em situações que haja algum lançamento após o fechamento mensal do custo e o sistema efetue as movimentações pelo custo padrão, a diferença que não afeta a valorização dos estoques e impacta o custo será menos significativa.

Possíveis efeitos

- Falta de análise de custos dos itens produzidos, para averiguar possíveis discrepâncias;
- Análises gerenciais incorretas.

f) Compensações de cheques e/ou cobrança de cheques vencidos

Situação observada
Verificamos que a Administração vem encaminhando para “escritório de cobrança” cheques recebidos de clientes e devolvidos. Porém, identificamos que não existe controle sobre os cheques prescritos, nos termos da Lei 7.357/85.

Em 31 de dezembro de 2017, identificamos um montante de R$ 592.272 referente a cheques que não estão passíveis de compensação.

Ademais, não identificamos as formalizações das conciliações, bem como sua revisão e aprovação do controle.

Recomendação
Recomendamos que seja elaborado um controle para conciliação e revisão periódica dos cheques recebidos pela Companhia, visando mitigar perdas financeiras.

5.3 - Descrição dos controles internos

Possíveis efeitos

- Distorção na divulgação das demonstrações financeiras;
- Análises gerenciais incorretas, tais como fluxo de caixa;
- Perdas financeiras para a Companhia.

g) Controle de vendas com cartões de créditos

Situação observada
Diariamente a operadora de cartões encaminha um arquivo com os valores recebidos a favor da Companhia, porém o referido relatório não informa o cliente. Assim, a Companhia efetua o lançamento de todos os créditos em uma conta contábil genérica de clientes de cartão de crédito e ao final do mês, a área financeira verifica todas as vendas que ocorreram no cartão de crédito e compensa com todos os créditos informados pela operadora de cartões, zerando a conta genérica.

Recomendação
Sugerimos que a Companhia elabore controle que permita verificar a origem do crédito e que possa efetuar a baixa dos títulos individualmente, não correndo o risco de efetuar baixas incorretas, ou, não efetuar a baixa de algum título já liquidado.

Além disso, este procedimento deve ser revisado formalmente e aprovado pelo gestor financeiro.

Possíveis efeitos

- Perdas financeiras para a Companhia;
- Desgaste com clientes;
- Análises gerenciais incorretas;
- Distorção nas demonstrações financeiras.

h) Auditoria interna

Situação observada
A Administração, ainda no decorrer do exercício de 2016 desativou o setor de auditoria interna.

Recomendação
Entendemos ser muito importante o departamento de auditoria interna, que deve trabalhar no mapeamento de processos e sugerir melhorias onde os controles não são efetivos, auxiliando a alta administração a ter uma visão melhor sobre os processos e ter subsídios confiáveis para a tomada de decisões.

5.3 - Descrição dos controles internos

Possíveis efeitos

- Ausência de análises gerenciais;
- Processos com ineficiência;
- Erros nas demonstrações financeiras em decorrência de problemas de controles internos.

i) Melhoria na conciliação de depósitos judiciais (Grupo)

Situação observada
A composição dos depósitos judiciais das Empresas do Grupo não é conciliada regularmente com os processos judiciais e com os respectivos extratos bancários.

Recomendação
Definir rotina de conciliação mensal dos depósitos judicias, cruzando essas informações com as respectivas ações que deram origem a esses depósitos (esse cruzamento deve ser com base na composição dos depósitos *vs* a planilha de controle de processos do departamento jurídico).

Além disso, solicitar mensalmente os extratos bancários desses depósitos e a atualização dos saldos contábeis. É importante que essas conciliações sejam revisadas por profissional responsável e sejam evidenciadas formalmente por meio de aposição de carimbo sob assinatura.

Possíveis efeitos
A falta de conciliação possibilita o registro e apresentação incorreta das demonstrações financeiras.

j) Aprimoramento de práticas de governança corporativa

Situação observada
No decorrer de 2017 observamos o comprometimento do Grupo em incorporar práticas de mercado adequadas para apresentação de suas informações financeiras, como também a incorporação de rotinas de gestão próprias de um ambiente voltado às boas práticas de governança corporativa.

Recomendação
Sugerimos o desenvolvimento e implantação de manuais de políticas e procedimentos operacionais, atentando para controles mitigadores de riscos em processos operacionais.

Possíveis efeitos
A implementação de processos organizacionais e rotinas de gestão voltadas para as melhorias no ambiente de controles internos das empresas proporciona uma redução no risco de falhas operacionais, assim como colaboram com a profissionalização da gestão.

5.3 - Descrição dos controles internos

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

A Diretoria está ciente e concorda com os pontos de controle interno levantados pelo auditor independente. Estes pontos já tiveram seus planos de ação traçados junto aos responsáveis dos respectivos departamentos e serão devidamente monitorados pela Controladoria e Diretoria da Companhia.

CÓDIGO
DE ÉTICA

Mensagem da Alta Direção

Você está recebendo o Código de Ética da TAURUS que aborda os valores que orientam a Companhia, como conduta pessoal e profissional dos colaboradores.

Inspirado nos nossos valores e crenças, este Código de Ética tem o intuito de apoiar o constante crescimento e busca pela excelência e integridade.

Esperamos que você leia, compreenda e utilize este guia como uma referência para as suas ações do dia a dia.

Conselho de Administração

O que é o Código de Ética?

É um documento que reúne as principais orientações éticas para condução dos nossos negócios, ou seja, descreve as principais orientações em relação ao comportamento ético que esperamos de nossos administradores e colaboradores. Acreditamos que esses princípios e valores são essenciais para orientar decisões e atitudes em nossas atividades.

A quem se aplica o Código de Ética?

A todos os administradores e colaboradores da TAURUS, nas relações com clientes, acionistas, fornecedores, prestadores de serviços, concorrentes, órgãos públicos, sociedade e o público em geral.

É responsabilidade dos administradores e colaboradores conhecer e aplicar integralmente este Código de Ética, fortalecendo os princípios e valores estabelecidos neste documento.

Nossos Valores

A TAURUS tem convicção de que, para atingirmos os objetivos da Companhia, todos devemos agir de forma correta e transparente.

Nosso Código de Ética está baseado nos nossos Valores:

- Idoneidade;
- Responsabilidade com a vida e Meio Ambiente;
- Respeito e Cidadania.

Nossos compromissos com os funcionários

Na relação com funcionários, a Companhia compromete-se a:

a) Oferecer um ambiente de trabalho onde todos os funcionários são tratados de maneira justa, sem discriminação, respeitando a diversidade e a privacidade de cada um.

b) Fornecer condições de trabalho seguras e saudáveis, apoiando os funcionários a manterem boa qualidade de vida, desenvolvimento profissional e pessoal, promovendo o trabalho em equipe como um dos fatores determinantes para o sucesso da Companhia.

c) Atender os requisitos básicos de admissões e promoções de funcionários conforme o desempenho demonstrado e o procedimento de recrutamento e seleção.

d) Não haver na admissão, promoção e demissão qualquer discriminação de credo religioso, raça, sexo, idade, estado civil, orientação sexual e deficiência de qualquer natureza.

e) Estimular atitudes positivas nas relações cotidianas entre funcionários, visando à melhoria no clima organizacional.

Compromissos dos nossos administradores e colaboradores

Os administradores e colaboradores da Companhia comprometem-se a:

a) Exercer suas funções e se relacionar de forma honesta, ética, justa, digna, cortês, com atenção às pessoas, colegas de trabalho ou público externo, respeitando todas as formas de diferenças individuais.

b) Proteger os bens e recursos da Companhia, fazendo uso apropriado para propósitos do negócio.

c) Não estimular ambiente de intimidação e constrangimento, com insinuações ou atitudes que atinjam a dignidade ou a integridade psíquica ou física das pessoas, colegas de trabalho ou público externo.

d) Não culpar a liderança, o subordinado ou os pares pelos próprios erros, assumindo as consequências de seus atos.

e) Não utilizar ideias ou projetos de terceiros assumindo as consequências positivas do trabalho como se fossem de própria autoria.

f) Desempenhar as suas atividades de acordo com este Código de Ética e seguir as políticas e normas da Companhia, estimulando e orientando os seus colegas nesse sentido.

Nossos compromissos com nossos clientes

Na relação com clientes, a Companhia compromete-se a:

a) Comercializar produtos e serviços com honestidade e transparência, respeitando os interesses dos clientes.

b) Ofertar nossos produtos de maneira absolutamente verdadeira.

c) Satisfazer e antecipar as necessidades dos clientes, em termos de qualidade, inovação tecnológica, agilidade, confiabilidade e bom atendimento.

d) Respeitar as leis e os regulamentos vigentes relativos ao fornecimento de produtos.

e) Proteger as informações relativas à privacidade dos dados dos clientes.

f) Construir relacionamentos duradouros e significativos agregando valor na relação.

Nossos compromissos com os acionistas

Na relação com acionistas, a Companhia compromete-se a:

a) Observar boas práticas de Governança Corporativa assegurando objetividade, imparcialidade e ética nas relações entre administradores, acionistas e investidores.

b) Prestar contas aos acionistas, investidores e ao mercado financeiro com comunicação transparente, precisa e oportuna, em conformidade com a legislação vigente aplicável ao Mercado de Capitais nacional.

c) Desenvolver ações que promovam um retorno adequado para seus acionistas e investidores, em termos de dividendos, crescimento do valor das ações e continuidade dos negócios.

d) Tomar as ações cabíveis contra administradores e colaboradores que utilizem informações privilegiadas para obtenção de benefícios próprios.

Nossos compromissos com nossos fornecedores e prestadores de serviços

Nas relações com fornecedores e prestadores de serviços, a Companhia compromete-se a:

a) Adotar processos de compra e contratações imparciais e transparentes.

b) Adquirir materiais e contratar serviços, zelando pela qualidade e viabilidade econômica.

c) Buscar parcerias estáveis com transparência e benefícios mútuos.

d) Contratar empresas que atendam às legislações vigentes e o combate à fraude e corrupção.

e) Não contratar empresas que utilizem trabalho infantil e/ou análogo ao escravo.

Nossos compromissos com governos e sociedade

Nas relações com governos e sociedade, a Companhia compromete-se a:

a) Exercer suas atividades visando o desenvolvimento sustentável, primando pela utilização de tecnologias que diminuam os impactos das suas atividades, buscando eficiência na utilização dos recursos naturais.

b) Manter relações transparentes e éticas com administradores e funcionários do setor público, agindo com honestidade e integridade, afastando-se sempre que a conduta parecer imprópria, com o intuito de combater a corrupção, o favorecimento e a obtenção de vantagens ilegais, informando a ocorrência desses fatos para averiguação.

c) Não recorrer a qualquer ato de corrupção ativa ou passiva para conduzir os negócios da Companhia.

d) Zelar pelo cumprimento das políticas, normas e controles de prevenção e combate à fraude, corrupção e atos ilícitos de qualquer natureza, em estrito cumprimento das leis aplicáveis e consoante às melhores práticas nacionais e internacionais.

Nossos compromissos com concorrentes

Na relação com concorrentes, a Companhia compromete-se a:

a) Manter um comportamento de civilidade, evitando quaisquer ações ou práticas que possam caracterizar concorrência desleal.

b) Não participar de condutas anticompetitivas, como combinação de preços e divisão de clientes e mercados.

c) Não cometer atos que denigram a imagem dos concorrentes, a sua competência ou a qualidade de seus produtos e serviços.

Nossos compromissos com a comunidade

Na relação com comunidades, a Companhia compromete-se a:

a) Incentivar a participação voluntária de todos os seus colaboradores em projetos sociais e culturais e nas atividades que promovam o exercício da cidadania.

b) Induzir a prosperidade das comunidades onde atua, gerando trabalho e renda, e assegurando adequado retorno dos investimentos dos acionistas (valor compartilhado).

c) Contemplar como público-alvo dos projetos sociais moradores das comunidades do entorno, conforme programas que estejam relacionados aos negócios da Companhia.

Nossos compromissos com o meio ambiente

Na relação com o meio ambiente, a Companhia compromete-se a:

a) Cumprir as exigências legais, bem como promover o desenvolvimento sustentável.

b) Utilizar de forma consciente os recursos naturais mantendo o compromisso com a preservação do meio ambiente e com a qualidade de vida de seus colaboradores.

Como evitar conflito de interesses?

Um potencial conflito de interesses surge quando nos envolvemos, direta ou indiretamente, em situações que podem influenciar ou pareçam influenciar nossas decisões profissionais. É importante evitar situações que caracterizem este ato.

São vedadas aos administradores e colaboradores as seguintes situações que caracterizam conflitos de interesses:

a) Participar de qualquer atividade que possa pôr em risco a sua integridade moral e/ou física, que conflite com o cargo exercido, que venha a prejudicar os resultados do seu trabalho e os resultados da Companhia.

b) Realizar atividades paralelas que comprometam seu horário de trabalho ou desempenho na Companhia.

c) Aproveitar recursos da Companhia em benefício próprio ou de outros.

d) Usar o prestígio do cargo e de informações privilegiadas da Companhia em benefício próprio ou de outros.

e) Contratar fornecedores que tenham como sócios pessoas com vínculo familiar de até 2º grau com o responsável pela tomada da decisão na Companhia.

f) Demais situações que possam acarretar conflitos de interesses não especificadas neste Código de Ética devem ser informadas para o Canal de Ética para buscar orientações e esclarecimentos.

Confidencialidade e uso da nossa informação

Em hipótese alguma a TAURUS disponibilizará ou utilizará as informações de forma não previamente autorizada. A Companhia está comprometida com a privacidade e confidencialidade das informações pessoais coletadas de seus investidores, clientes, fornecedores, colaboradores e quaisquer outros públicos com que eventualmente venha a se relacionar.

É vedado aos administradores e colaboradores da TAURUS, sem autorização da Companhia:

a) Utilizar ou repassar a terceiros informações ou documentos confidenciais da Companhia, de seus colaboradores, fornecedores ou clientes.

b) Utilizar em benefício próprio ou repassar a terceiros, segredos de indústria, processos, produtos, propriedade intelectual, informações confidenciais e direitos autorais.

c) Divulgar ou utilizar inadequadamente informações privilegiadas e/ou relevantes da Companhia com o objetivo de obter vantagem pessoal ou em benefício de terceiro.

d) Expor documentos que, por sua natureza, contenham assuntos de grande interesse e confidencialidade para a Companhia, aos quais se teve acesso em decorrência do cargo ou função que exerce.

e) Apresentar dados, casos da Companhia em palestras, seminários ou publicações sem a autorização formal da gerência do departamento.

Nosso patrimônio e recursos

O patrimônio da TAURUS é constituído pelos recursos com os quais ela conduz seus negócios. Em decorrência das atividades exercidas, a Companhia disponibiliza aos seus administradores e colaboradores equipamentos para viabilizar o exercício de suas funções, ficando expressamente vedada a utilização desses equipamentos, recursos e meios eletrônicos para fins não autorizados.

Nossa negociação de ações

É de responsabilidade de todos (membros titulares e suplentes dos Conselhos de Administração e Fiscal da Companhia, auditores externos, prestadores de serviços, acionistas, diretores e gerentes) proteger e guardar sigilo sobre informação relevante ainda não divulgada pela TAURUS ao mercado, bem como não divulgá-la ou utilizá-la em benefício próprio ou de outros, observado o Manual de Conduta sobre Uso, Divulgação e Manutenção de Sigilo acerca de Informações da Companhia e as normas e sanções editadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Nossos registros contábeis

As transações da Companhia devem ser registradas integralmente e tempestivamente nos livros contábeis. Os registros contábeis devem ser precisos, completos, verdadeiros e suportados por documentação idônea, de acordo com normas internas da Companhia, legislações pertinentes e princípios de contabilidade, de forma a permitir a preparação de demonstrações financeiras fidedignas.

Todos os gestores devem colaborar, por meio de suas atividades, com a qualidade das informações.

Brindes, presentes e outras cortesias

Nenhum administrador ou colaborador pode solicitar ou receber doações, patrocínios ou qualquer outro tipo de presente de fornecedores, concorrentes ou agentes públicos que possam ser caracterizados como meios de concessão de vantagem pessoal, comercial, corrupção ou de beneficiamento que possam comprometer sua isenção no exercício da sua função na Companhia. As exceções são os brindes, identificados como de distribuição gratuita (sem valor comercial por exibirem marca ou propaganda, caracterizados como institucionais), que podem ser concedidos e aceitos.

Doações e patrocínios

A TAURUS apoia e incentiva projetos que envolvam pessoas físicas de mérito comprovado e pessoas jurídicas idôneas que estejam comprometidas com a responsabilidade social. Esses projetos devem estar alinhados aos interesses e diretrizes institucionais e mercadológicos que valorizem a imagem da Companhia, sempre com autorização da Diretoria.

Empregados parentes

É vedado aos administradores e funcionários da Companhia ter como subordinado direto e/ou na atividade correlata do processo parente em até 2º grau.

É permitido o trabalho de parentes consanguíneos na Companhia, respeitada a vedação acima, desde que tenham sido devidamente avaliados pelo departamento de Gestão de Pessoas em condições iguais a de outros candidatos.

Sanções e penalidades

As condutas que estiverem em desacordo com este Código de Ética estarão sujeitas a medidas disciplinares, conforme contrato de trabalho e legislação trabalhista, civil ou criminal.

Quem procurar em caso de dúvidas sobre o Código de Ética?

O Código de Ética deve ser consultado sempre que você tiver dúvidas de como agir em uma situação do trabalho ou mesmo fora dele.

Se você ficar em dúvida sobre o que fazer, faça as seguintes perguntas para si mesmo:

- É legal?
- Está em conformidade com nossas políticas?

• Reflete os valores e os princípios éticos da TAURUS?

Se a resposta a alguma dessas perguntas for NÃO, não faça. Caso persista a dúvida, consulte seu líder imediato ou utilize o nosso Canal de Ética.

O que é o Canal de Ética?

Canal de Ética é o meio pelo qual você pode fazer manifestos ou tirar dúvidas sobre o entendimento do Código de Ética. É importante que a TAURUS conheça os questionamentos e possíveis violações relacionadas a este Código, para que possa orientar e corrigir desvios.

O contato pode ser feito de forma anônima e o sigilo do caso será garantido, bem como não será tolerada nenhuma retaliação contra quem fizer um questionamento ou, de boa-fé, denunciar algum comportamento possivelmente inadequado.

O Canal de Ética da TAURUS funciona 24 horas por dia, sete dias por semana, para receber informações ou receber manifestos.

0800 601 8668

www.contatoseguro.com.br

Aprovação e vigência do Código

Este Código foi aprovado pelo Conselho de Administração em sua reunião em 04 de julho de 2011 e revisado em 26 de julho de 2016. Está vigente e disponível no site da Companhia, www.taurus.com.br.

ANEXO

Graus de Parentesco

Linha Colateral Feminina		Linha Reta	Linha Colateral Masculina	
		Triavô(ó) 4º Grau		
		Bisavô(ó) 3º Grau		
		Avô(ó) 2º Grau		
Tia 3º Grau		Pai / Mãe / Sogro(a) 1º Grau		Tio 3º Grau
Prima 4º Grau	Irmã / Cunhado 2º Grau	Eu (Colaborador) Cônjuge	Irmão / Cunhada 2º Grau	Primo 4º Grau
Filho da Prima 5º Grau	Sobrinha 2º Grau	Filho(a) / Enteado 1º Grau	Sobrinho 2º Grau	Filho do Primo 5º Grau
Neto da Prima 6º Grau	Neto da Irmã 3º Grau	Neto(a) 2º Grau	Neto do Irmão 3º Grau	Neto do Primo 6º Grau
Bisneto da Prima 7º Grau	Bisneto da Irmã 4º Grau	Bisneto(a) 3º Grau	Bisneto do Irmão 4º Grau	Bisneto do Primo 7º Grau
Trineto da Prima 8º Grau	Trineto da Irmã 6º Grau	Trineto(a) 4º Grau	Trineto do Irmão 6º Grau	Trineto do Primo 8º Grau

5.5 - Alterações significativas

Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

Não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Taurus está exposta ou na política de gerenciamento de riscos em relação ao exercício anterior.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	17/11/1939
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Limitada
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	02/03/1982

6.3 - Breve histórico

No final dos anos 30, o ambiente político e econômico estava repleto de incertezas, já que a conjuntura europeia apontava para iminentes conflitos que acabariam por afetar toda a geopolítica mundial. Apesar de esses temores chegarem ao Brasil, o ambiente econômico nacional se mostrava propício ao empreendedorismo. O país havia sido uma das primeiras nações a superar as dificuldades da Crise de 29, e o governo de Getúlio Vargas procurava investir forte no desenvolvimento industrial brasileiro.

Apostando na sua força de trabalho e de superação, o Rio Grande do Sul vivia uma época auspiciosa e buscava aumentar a sua inserção na economia nacional, consolidando a sua condição de grande fornecedor do mercado interno brasileiro, o que iria se confirmar nos anos de guerra.

É em tal contexto, em uma região marcada por diversos conflitos em nome da posse da terra, pela multimiscigenação e por um ambiente econômico e social bastante diverso do restante do país, que surge, em 1939, a Forjas Taurus.

Ao longo de sua trajetória de sucesso, a empresa vai priorizar investimentos nas potencialidades da região, apostar na força de trabalho gaúcha e colaborar para o crescimento do Estado no cenário econômico brasileiro e mundial.

Anos 30

A Forjas Taurus Ltda. nasce quando os amigos João Kluwe Júnior, Ademar Orlando Zanchi, Oscar Henrique Purper, Eugênio Ervin Hausen, Herbert Müller e João Guilherme Wallig decidem criar a própria empresa. Encomendaram o maquinário da Alemanha. No entanto, com o início da Segunda Guerra, as compras foram suspensas. Como não existiam fornecedores no Brasil, os empresários decidiram fabricar suas próprias máquinas, a princípio destinadas apenas ao consumo interno, e mais tarde, comercializadas para outras empresas.

Na esteira da Guerra, o fornecimento de petróleo foi comprometido, forçando a empresa a construir fornos de gaseificação. Com a escassez do aço, a Taurus passou a confeccionar produtos com sucata. Um batismo de fogo, mas que demonstrou, desde o princípio, o empenho e a criatividade inerentes à marca.

Anos 40

Com o fim da Segunda Guerra, a importação de máquinas ficou mais fácil e mais barata. Isto dificultou a comercialização dos produtos nacionais. Diante do novo cenário, a empresa volta ao objetivo original, redireciona investimentos e começa a fabricar revólveres e ferramentas manuais. Em 27 de junho de 1949, a Forja Taurus transformou-se em uma Sociedade Anônima, dando início a um novo ciclo de crescimento.

Anos 50

A fabricação e a venda de armas se intensificam e, em pouco tempo, a produção e a demanda crescem. O parque industrial da empresa é ampliado e inicia-se a construção de uma nova fábrica.

Anos 60

Concluída a ampliação do parque industrial, foi construída uma nova fábrica, na zona norte de Porto Alegre. Entretanto, a década de 60 foi marcada por grandes tensões políticas no país, que resultaram numa regulamentação extremamente rígida para a comercialização de armas. Ainda sem estrutura para concorrer no mercado externo, a Forja Taurus passou seu controle acionário para uma empresa estrangeira, no início dos anos 70.

6.3 - Breve histórico

Anos 70

No início da década, a Forja Taurus incorporou os equipamentos da tradicional marca de ferramentas inglesa Ifesteel. Surgia, então, a Taurus Ferramentas Ltda., em São Leopoldo. Em 1977, as ações da Taurus voltaram ao controle de uma empresa nacional, a Polimetal – Indústria e Comércio de Produtos Metálicos Ltda.

Anos 80

Em julho de 1980, foi adquirida a totalidade das ações da subsidiária brasileira da Indústria e Comércio Beretta S.A., de capital italiano, sediada em São Paulo, especializada na fabricação de pistolas e metralhadoras. Com isso, a Taurus passou a imprimir a sua marca em pistolas semiautomáticas, aumentando ainda mais sua capacidade de produção e linha de produtos.

Em 1981, nascia a Taurus International Manufacturing Inc. (TIMI), em Miami, Flórida, EUA, criada para impulsionar o crescimento no mercado americano. Dois anos depois, surgia a Taurus Blindagem Ltda., empresa do grupo responsável pela produção de escudos e coletes à prova de balas.

Em agosto de 1986, a Taurus iniciou, por meio da Taurus Blindagens, a produção de capacetes da fábrica Induma – Metais e Plásticos Ltda. Em pouco tempo, tornou-se pioneira no Brasil na utilização de Kevlar, uma fibra sintética cinco vezes mais resistente que o aço. Estava consolidada a liderança no mercado de capacetes para motocicletas e ciclistas, coletes à prova de balas e escudos antitumulto.

Anos 90

Em 1990, a Taurus Blindagens foi transferida para Guarulhos, São Paulo. Um ano depois, foi adquirida a Mecanótica Indústria e Comércio de Equipamentos e Produtos Óticos, detentora da famosa marca de óculos e capacetes para motociclismo Champion. O ano de 1991 marcou também o início da fabricação e comercialização das pistolas PT-22 e PT-25 pela Taurus International Manufacturing Inc.

Em 1994, o Inmetro aprovou o selo ISO 9000 série 9001 para a Taurus. Posteriormente, o Underwrites Laboratories (UL) ratificou a certificação, com o reconhecimento nos Estados Unidos. A certificação ISO 9000 do Instituto Brasileiro de Qualidade Nuclear (IBQN) veio em 1995, junto com a certificação do RWTÜV – Rheinisch Westfôlischer Technischer Überwachungs-Verein e V., de Essen, Alemanha. Em novembro de 1999, a Taurus completou 60 anos de existência. Em sua trajetória, a empresa tornou-se uma das três maiores fabricantes mundiais de armas curtas, com clientes em mais de 70 países, nos cinco continentes.

Anos 2000

Em 2000, a Taurus International foi escolhida pelos membros da Academia de Indústria de Esportes de Tiro americana como a “Fábrica do Ano”, e suas pistolas e revólveres Titanium Millennium e Total Titanium como “Arma do Ano”. Em 2001, recebeu o troféu “Fabricante do Ano” da Associação Nacional de Atacadistas de Artigos Esportivos dos EUA (Nasge). Em 2003, conquistou novas premiações, destacando-se a Taurus Copper Bullet.45 e a 480 Raging Bull. Em plena fase de diversificação de suas atividades, em 2004, a Taurus consolidava dois novos negócios: assumia o controle operacional da Wotan, de Gravataí, formando a Taurus Wotan, e associava-se à Famastil, de Gramado, criando a Famastil Taurus.

6.3 - Breve histórico

Em outubro de 2005, os brasileiros participaram de um referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições no país. A maioria dos eleitores (63,94%) se posicionou contra a restrição, enquanto aproximadamente pouco mais de um terço do eleitorado (36,06%) apoiou a restrição de venda de armas. A Companhia saudou o resultado não apenas pela sua repercussão econômica, já que a maior parte dos produtos do segmento armas é destinada ao mercado externo, mas, também, pelo amadurecimento da sociedade brasileira em vetar restrições sobre a sua liberdade e direito à autodefesa.

No mesmo ano, a pistola PT 24/7 recebeu o prêmio "Golden Bullseye Award" de Handgun of the Year (Arma do Ano), nos Estados Unidos, concedido pela American Rifleman.

Em 2008, a Empresa investe na ampliação da produção de armas longas na unidade de São Leopoldo. Em 2009, a Forjus Taurus atinge a 75ª posição entre as 500 maiores empresas da Região Sul do Brasil, conforme edição especial da Revista Amanhã. No ano anterior, a empresa figurava na 97ª posição. O ranking é feito há 19 anos entre as empresas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. No ranking setorial "Metalurgia", ela ficou com a quinta posição. No ranking das 100 maiores do Rio Grande do Sul, a empresa passou da 38ª para a 27ª posição.

2010

A década começou com novos empreendimentos da companhia. Com o início das operações da nova planta industrial da Bahia, foi possível ampliar a produção de capacetes, atendendo a pedidos da demanda interna. Com tal acréscimo, atingiu-se a importante marca de 2 milhões de capacetes produzidos anualmente. Além disso, ela está preparada para acompanhar o crescimento do mercado nacional, com uma capacidade produtiva anual total de 2,5 milhões de unidades.

2011

O ano de 2011 representou um marco na história de Forjas Taurus S.A. A Companhia implementou uma importante reestruturação societária alterando sua composição do capital social, otimizando a participação de Acionistas em uma nova estrutura societária, passando a ser caracterizada como uma corporação com controle difuso, porém com um Acionista de referência. Além disso, iniciou um amplo processo de aprimoramento da governança corporativa, com a adesão em julho de 2011 ao Nível 2 da BM&FBovespa, com as decorrentes vantagens e garantias asseguradas aos seus Acionistas, incrementando sua imagem institucional no mercado de capitais.

Por fim, promoveu o aperfeiçoamento do Estatuto Social, para refletir os avanços regulatórios e de governança corporativa, tais como maior representação de todos os Acionistas no Conselho de Administração, bem como, a criação de três Comitês Estatutários de assessoramento ao Conselho (Comitê de Auditoria e Riscos; Comitê de Remuneração e Desenvolvimento de Pessoas; e Comitê de Gestão e de Governança Corporativa), antecipando-se à legislação, uma vez que não são ainda obrigatórios, mantendo-se, ainda, o Conselho Fiscal como um órgão de funcionamento permanente. Ainda dentro desse contexto de governança, o Estatuto Social estabeleceu que os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente não poderão ser acumulados pela mesma pessoa e, também, que a função de Diretor de Relações com Investidores terá designação específica.

Além disso, a Taurus comemorou a sétima conquista do Prêmio "Handgun of the Year", considerado o mais importante da Indústria de Armas dos Estados Unidos. A pistola PT

6.3 - Breve histórico

740, foi reconhecida pelo design inovador, avanços tecnológicos no uso de materiais, ergonomia e segurança.

2012

Mesmo em um ano de importante transição, os três grandes direcionadores estabelecidos pelo Conselho de Administração para 2012 foram alcançados e naturalmente terão desdobramentos até a sua conclusão:

1. Crescer por meio de aquisições: adquirimos (i) a Steelinject (tecnologia M.I.M. - Metal Injection Molding) no Brasil, sob nossa gestão desde janeiro de 2012, consolidando a tecnologia da Taurus nesta modalidade no mercado local; e (ii) a Heritage nos EUA, empresa de alta rentabilidade, que nos permite atuar em nichos especiais do mercado de armas;

2. Alongamento da dívida e redução de custos financeiros: objetivo geral permanente, com renovação de linhas a custos menores e prazos maiores, buscando alternativas de captação de linhas internacionais e trazendo competitividade ao custo médio ponderado de capital de terceiros; e

3. Decisão da realocação e concentração do parque fabril visando ganhos de sinergia, de qualidade e de produtividade, bem como redução de custos:

    i. Transferência da planta da Heritage de Opa Locka (FL) nos EUA, para a planta da TIMI – Taurus International Manufacturing, Inc. em Hialeah, na Região da Grande Miami (FL) nos EUA, em setembro de 2012, onde já temos linhas de produção de armas;

    ii. Transferência da planta da Steelinject (injetados metálicos para terceiros) atualmente em Caxias do Sul (RS), para a planta de São Leopoldo (RS) em 2013, onde já opera a planta de injeção metálica, M.I.M. – Metal Injection Molding, que produz componentes próprios para uso nas linhas de produção de armas; e

Em 2012, a Companhia também reforçou suas relações com o mercado de capitais, através de um conjunto de ações que tiveram como objetivo ampliar e diversificar a base acionária e contribuir para que a precificação das ações refletisse os fundamentos da Companhia.

2013

O ano de 2013 foi também um período de consolidação da reestruturação organizacional, com profundas modificações na gestão da Companhia, com um novo organograma funcional aprovado no final de 2012 e concluído em dezembro de 2013.

A reestruturação em curso pode representar um recuo estratégico, mas a empresa tem a convicção de que seu resultado a médio e longo prazo será positivo, expressando-se na maior geração de caixa, aumento de produtividade e recuperação das margens da Companhia. Acredita ainda que a obtenção de maior lucratividade permitirá definir com mais consistência as diretrizes estratégicas para os próximos anos.

6.3 - Breve histórico

Para assegurar maior retorno aos acionistas no futuro, destacamos as principais ações de reestruturação do processo produtivo e de vendas concluídos e em andamento:

1. Descontinuidade da Forjaria para terceiros: concluída em novembro/2013;

2. Redimensionamento da produção, com a redução da complexidade do processo produtivo;

3. Reimplantação do Sistema de Gestão de Manufatura;

4. Redimensionamento dos mercados e dos produtos;

5. Redução de custos e de recursos empregados na produção;

6. Aumento de produtividade: adequação entre oferta e demanda de mercado;

7. Foco na geração de caixa e na otimização contínua do capital de giro;

8. Revisão do portfólio de produtos, concentrando naqueles de maior margem de contribuição: redução drástica da quantidade de modelos (SKUs);

9. Revisão de toda a cadeia logística (uso de novos modais e redução de estoques);

10. Estruturação da área de *Supply Chain*;

11. Ampliar a base de exportação (ênfase em outros mercados que não os EUA, que permitam maiores margens);

12. Desenvolver produtos com atributos *premium*.

2014

Ao recapitularmos 2014, nota-se que foi um ano marcante para a Companhia, quando uma série de eventos alheios aos seus negócios e que trouxeram dificuldades de gestão e custos extraordinários relevantes para seu resultado. Os esforços administrativos que culminaram na reapresentação das Demonstrações Financeiras de 2012 e Informações Trimestrais de 2012 e 2013, e o processo do aumento de capital que, após confirmação pelo CADE, culminou em alteração do controle da Companhia, foram alguns dos fatores relevantes que tornaram o ano atípico e complexo, tanto na esfera societária, como também mercadológica e operacional.

Adicionalmente, neste ano, nos Estados Unidos, o mercado de armas sofreu forte retração conjuntural, acirrando ainda mais a concorrência via preços. Concomitantemente, os principais distribuidores se viram com altos níveis de estoques oriundos de 2013, o que contribuiu para a diminuição da intensidade nas compras, impactando o resultado dos principais players do mercado de armas no mundo.

No entanto, em 2014, as exportações para outros países apresentaram forte ampliação, em termos absolutos, a Companhia duplicou suas vendas para este mercado, o que, agregado a margens satisfatórias, permite vislumbrar um panorama favorável para o decorrer dos próximos períodos.

6.3 - Breve histórico

2015 / 2016

Em 2015 foi possível dar início à implementação de mudanças que sustentarão o crescimento da Taurus nos próximos anos. A estratégia da Companhia foi organizada em torno de dois pilares fundamentais: a) reorganização do processo de produção industrial, com vistas à obtenção de maior sinergia, redução de custos fixos, melhoria da qualidade dos produtos e, em consequência, maior rentabilidade; b) modernização e racionalização da gestão corporativa, com a adoção de ferramentas modernas de gerenciamento de processos.

Em 2016 efetivou-se a transferência do site de Porto Alegre, incluindo a área administrativa, para São Leopoldo, consolidando em uma só planta toda a produção de armas no Brasil. Para tanto, foram redesenhados os processos e layouts das fábricas, e importantes ganhos já foram colhidos, com destaque para aumento de produção de armas ocorrido no período.

A postura de respeito ao meio ambiente também foi destaque da nova planta em São Leopoldo. A Taurus realizou investimentos importantes em projetos de redução de impactos ambientais ao longo de 2016, como a nova Estação de Tratamento de Efluentes Industriais e Água, com capacidade de reutilização de 20% da água consumida, e a nova Central de Resíduos e Almoxarifado de Produtos Químicos, construída para atender às normas de gestão de resíduos e produtos controlados pelo Exército e Polícia Federal.

Outro destaque foi a implementação do sistema ERP SAP, que teve seu “go live” em janeiro de 2016. Deste processo virão novas melhorias em razão de controles mais eficientes, gerenciamento das informações e sinergias.

O segmento financeiro, embora bastante desafiador haja visto a situação de caixa restrito da Companhia, também apresentou conquistas importantes. Após um árduo período de negociações com as principais instituições credoras da Companhia, em dezembro de 2016, foi concluído o processo de reperfilamento de dívida, o qual alongou US$ 150,7 milhões para serem pagos em 5 anos com 2 anos de carência para pagamento de principal.

2017

Em 2017 a Taurus conseguiu concluir a unificação de suas plantas em São Leopoldo e estabilizar sua produção além de concluir o desenvolvimento de seus fornecedores locais e de toda sua logística operacional e industrial. Atualmente, a Taurus possui índices de produção e produtividade alinhados aos melhores indicadores internacionais. A Companhia está pronta para atender a demanda de seus clientes OTIF (on time in full – no prazo e volume contratados). O ano de 2017 ainda foi bastante desafiador principalmente no mercado norte-americano, maior mercado da Companhia, mas que finalmente experimentou um movimento de normalização de demanda, após os ajustes feitos decorrentes das eleições presidenciais no final de 2016. Neste sentido toda a indústria de armas nos EUA precisou ajustar seus níveis de produção e estoques durante o ano de 2017, o que provocou distorções de preços e volumes no mercado americano ao longo de todo ano.

Em que pese este ambiente adverso de mercado, a Companhia mostrou-se ágil em redimensionar sua estrutura de despesas, mix de produtos, custos, pessoal e produção que já na segunda metade de 2017 estavam ajustadas aos novos níveis de demanda.

6.3 - Breve histórico

Dado este ambiente, foram adotadas ações de preservação de caixa que geraram atrasos nos pagamentos a fornecedores, os quais que já foram renegociados, garantindo, assim, o abastecimento de matéria-prima para a continuidade das operações. Com relação ao endividamento bancário, apesar dos incansáveis esforços proferidos durante o ano, o cronograma acordado para pagamento de juros ao sindicato de bancos, não foi cumprido. Dessa forma, a dívida com o sindicato, que havia sido alongada em 2016, retornou para o curto prazo em 31 de dezembro de 2017. É importante ressaltar que já está em curso, uma nova rodada de renegociação junto aos bancos, de forma a atender as necessidades e interesses da Companhia, bem como das instituições financeiras. Essa nova renegociação está sendo conduzida por uma consultoria externa e já conta com uma carência temporária para execução dos montantes envolvidos. Essas renegociações, tanto com fornecedores, quanto com instituições financeiras, reforçam a confiança destes agentes no potencial e na estratégia adotada pela Companhia.

Para o equacionamento econômico/financeiro da operação, a Companhia conta também com a possibilidade de desinvestimentos de ativos “non-core”, os quais já possuem agentes contratados para a realização da intermediação das respectivas transações. Cabe lembrar que estes desinvestimentos serão revertidos em sua integralidade para a amortização da dívida junto ao sindicato de bancos.

O ano de 2017 é marcado também, no Brasil, pelos primeiros embarques da Pistola Hammer e do Fuzil T4, que tiveram como destino Oriente Médio e Ásia. Estes dois novos produtos terão contribuição importante tanto para o desenvolvimento de novos mercados como para a recomposição das margens operacionais da Companhia no mercado doméstico. Nos EUA, destaque para o início das entregas da Pistola Spectrum, primeira pistola Taurus desenvolvida e produzida naquele país.

Por fim, a Companhia inicia 2018 com uma Diretoria totalmente renovada e extremamente credenciada para a condução dos negócios, afim de posicionar a Taurus entre as maiores e melhores fabricantes de armas leves do mundo.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data deste formulário de referência, não houve pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

- **Forjas Taurus S.A. (Companhia emissora)**: (i) fabricação e comercialização de revólveres, pistolas civis e militares, metralhadoras e munições; e (ii) participação em outras empresas.

- **Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.**: (i) industrialização de peças metálicas por encomenda; (ii) caldeiraria industrial; (iii) usinagem de metais sob encomenda; e (iv) participação em outras empresas.

- **Taurus Holdings, Inc.**: opera nos Estados Unidos da América, através das seguintes controladas integrais e respectivas atividades:

  a) **Taurus International Manufacturing, Inc.**: fabricação de pistolas e comercialização de revólveres e pistolas (inclusive aquelas adquiridas de sua controladora Forjas Taurus S.A.), sob a marca Taurus, nos mercados norte-americano e canadense; e

  b) **Braztech International, L.C.**: comercialização de revólveres, pistolas e armas longas, sob a marca Taurus, nos mercados norte-americano e canadense; e.

  c) **Heritage Manufact., Inc.:** fabricação e comercialização de revólveres.

- **Taurus Blindagens Nordeste Ltda.**: (i) indústria, comércio, importação e exportação de capacetes para motociclismo e ciclismo, e (ii) participação em outras sociedades.

- **Taurus Helmets Indústria Plástica Ltda.**: fabricação e comercialização de escudos e capacetes balísticos e de capacetes para motociclistas. (Operação incorporada à Taurus Blindagens LTDA em 2014)

- **Taurus Plásticos LTDA.:** (ii) fabricação, comércio, importação, exportação e locação de produtos plásticos injetados (operação cindida da Taurus Blindagens Ltda).

- **Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.**: (i) compra, venda e locação de imóveis próprios e de terceiros; e (ii) participação em empresas.

- **T. Investments Co. Inc.:** subsidiária com sede no Panamá, criada para adquirir os créditos da Hunter Douglas N.V. perante a Wotan Máquinas LTDA e fazer as devidas liquidações financeiras.

- **Taurus Blindagens Ltda. (Operação Descontinuada)**: (i) fabricação e comercialização de capacetes para motociclistas; (ii) participação em outras empresas.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

Não aplicável visto que o emissor não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Armas

Este segmento contempla armas curtas (revólveres e pistolas de uso de segurança pública, privada, uso restrito militar e civil), armas longas (rifles, carabinas e espingardas), além de submetralhadoras. As operações deste segmento são realizadas pela Forjas Taurus S.A. em São Leopoldo/RS e *Taurus Holdings, Inc.* nos Estados Unidos.

Outros

A partir de janeiro/18, este segmento é composto exclusivamente por peças metal-injetadas (M.I.M. - *Metal Injection Molding*).

	Receita Líquida					Margem Bruta		
	1T18	Part. %	1T17	Part. %	Var.	1T18	1T17	Var.
Armas	227,2	90%	185,7	87%	22,3%	33,8%	27,6%	6,2 p.p.
Outros	3,8	2%	6,6	4%	-42,4%	73,7%	12,1%	61,6 p.p.

Operação Descontinuada - Capacetes

Em março de 2018, a Administração da Companhia assumiu o compromisso de alienação da operação de capacetes. Para a condução deste processo foi contratada consultoria especializada. Devido à decisão de descontinuidade do investimento, o mesmo foi classificado como "mantido para venda" e contabilizado de acordo com o pronunciamento técnico IFRS 5 e CPC 31 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, sendo esta reclassificação apenas de caráter contábil. O segmento de capacetes segue operando normalmente. Cabe lembrar que esta operação está em garantia à renegociação de dívida junto ao sindicato de bancos, assim os recursos provenientes desta alienação serão destinados exclusivamente à amortização de dívida com as instituições financeiras.

O segmento de capacetes é o segundo maior da Companhia, com produção nas unidades da Taurus Blindagens Ltda., em Mandirituba/PR, e na unidade da Taurus Blindagens Nordeste Ltda., em Simões Filho/BA. Abaixo o comentário de desempenho deste segmento no 1T18.

Comparativo Trimestral - Ano x Ano

	Receita Líquida			Margem Bruta		
	1T18	1T17	Var.	1T18	1T17	Var.
Capacetes	20,8	20,1	3,5%	35,6%	30,3%	5,2 p.p.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) características do processo de produção

- **Armas:** o processo de produção de armas, por se tratar de uma indústria eminentemente metalúrgica, utiliza-se das seguintes fases básicas e processos de transformação:

  (i) forjamento, a partir de várias formas de perfis, em diferentes materiais, tais como aço, aço inox, alumínio, titânio e magnésio;

  (ii) usinagem, em tornos CNC, centros de usinagem CNC, fresadoras, furadeiras e brochadeiras, utilizando como matéria prima forjados, perfis de aço e alumínio;

  (iii) *Metal Injection Molding* - MIM, em que pequenas peças são injetadas em moldes desenvolvidos pela Taurus e sinterizadas em fornos;

  (iv) acabamento, lixamento, jateamento e polimento;

  (v) tratamento térmico e tratamento superficial; e

  (vi) montagem final, composta de diversos processos de montagem, ajustes e calibrações.

Tanto os processos de produção de armas, quanto os de projeção de produtos são constantemente incrementados com inovações tecnológicas surgidas nos setores nos quais a Companhia atua, com o fim de proporcionar melhor qualidade e a eficiência.

Os processos manuais de lixamento estão sendo substituídos por um processo automatizado, com células robotizadas de lixamento, garantindo, dessa maneira, maior qualidade e produtividade. Cabe mencionar que parte do processo pode ocorrer na cadeia de fornecimento.

- **Capacetes (Operação Descontinuada):** o processo de produção de capacetes utiliza-se das seguintes fases:

  (i) injeção em ABS;

  (ii) pintura, por meio de processos ora manual, ora automatizado;

  (iii) acabamento;

  (iv) costura, a partir de tecidos, espuma e chapas de policarbonatos, utilizando-se de máquinas de corte, costura e balancim; e

  (v) montagem final.

A Companhia iniciou a fabricação de capacetes no Brasil e hoje é líder no mercado, com cerca de 50 modelos diferentes.

Construindo e desenvolvendo um moderno sistema de testes de impacto e resistência, na década de 1990, a Taurus tornou-se a única empresa em toda a América do Sul a possuir um laboratório que atendesse às Normas NBR e SNELL (USA).

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Companhia independe de marcas comerciais, franquias, concessões ou contratos de assistência técnica pertencentes a terceiros. Não existem riscos aparentes e esperados de paralisação no processo produtivo em função da falta de matéria prima ou de energia. Em todas as fases de fabricação, é exercido um rigoroso controle de qualidade, desde a matéria prima utilizada até o produto final.

No parque fabril da Companhia, encontram-se máquinas modernas mescladas com outras que estão em uso há mais tempo, mas em plena capacidade de produção, devido à periódica manutenção preventiva e corretiva. A Taurus detém tecnologia própria, em fase operacional, sedimentada e aperfeiçoada continuamente através de investimentos substanciais no aprimoramento de processos produtivos e na melhoria da qualidade dos produtos.

Frente a eventuais possibilidades de fortuitos com incêndios, a Companhia realiza, periodicamente, treinamentos de prevenção e combate, com orientações técnicas de profissionais experientes e testes de simulação em nossas instalações, dispondo, ainda, de brigadas de incêndio de prontidão, sempre buscando a minoração de riscos.

(b) características do processo de distribuição

- **Armas:** no mercado nacional, a Companhia atua através de uma rede de representantes que operam na maioria dos estados brasileiros. No mercado externo norte-americano, atuamos por meio de operações próprias executadas por controlada indireta. Nos demais países, atuamos por meio de uma rede de distribuidores, agentes e representantes, a qual abrange mais de 74 países.

- **Capacetes (Operação Descontinuada) e Outros:** no mercado nacional, atuamos por meio de uma rede de representantes que opera em todos os estados brasileiros. As vendas são efetuadas de forma pulverizada, atendendo a clientes de diferentes perfis e mercados, que vão desde pequenos varejos até grandes atacadistas e distribuidores, bem como repartições públicas, por meio de processos licitatórios públicos. No mercado externo, que representa menos de 1% do total comercializado, atuamos por meio de exportação direta e, para alguns países da América do Sul, por uma empresa comercial exportadora.

(c) características dos mercados de atuação

Armas: Os produtos são vendidos no mercado nacional e ao mercado externo, numa proporção em 2016, de 13% e 87% da receita líquida, respectivamente. No mercado doméstico, as vendas de armas destinam-se a atender o mercado governamental e civil. No mercado externo, especificamente nos EUA, as vendas atendem o mercado civil; em outros países, as vendas atendem principalmente clientes governamentais.

Capacetes: Os produtos são vendidos no mercado interno. Em 2016, a Companhia detinha, aproximadamente 45% do mercado nacional.

(d) eventual sazonalidade

Os segmentos de atuação da Companhia não são sazonais.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(e) principais insumos e matérias primas

- **Armas**: na fabricação de revólveres, pistolas e armas longas são utilizados, preponderantemente, aço e polímeros diversos, tratando-se de uma indústria eminentemente metalúrgica. Os controles e as regulamentações governamentais exercidos sobre a fabricação, a comercialização, o registro e a posse de armas de fogo e de munição não se estendem às atividades dos fornecedores dos principais insumos e de matérias primas, utilizados nas suas produções. As matérias primas e outros insumos utilizados no processo produtivo são obtidos, em sua maioria, no âmbito nacional e a preços de mercado, inexistindo riscos reais de paralisação, em razão da grande quantidade de fornecedores. Há um considerável grau de volatilidade nos preços dos insumos e matérias primas, em especial, quanto à cotação dos minérios utilizados no processo produtivo, fortemente influenciado pelo mercado internacional.

  Capacetes (Operação Descontinuada): na década de 1980, a Companhia desenvolveu os primeiros modelos em fibra de vidro e utilizando o Kevlar® como matéria prima. Atualmente, na fabricação de capacetes, utilizam-se matérias primas com alto grau de qualidade atentada pelo INMETRO, na forma das principais normas veiculas pelas Portarias INMETRO/MDIC n.º 456 de 01.12.2010; n.º 118 de 05.05.2009; n.º 265 de 30.06.2008; e n.º 66 de 20.02.2008. A Companhia possui um completo e moderno laboratório, dentro das mais rigorosas normas de segurança, para testes de seus produtos em prol da qualidade e da segurança. As matérias-primas e outros insumos utilizados no processo produtivo são obtidos, em sua maioria, no Brasil, a preços de mercado e não existem riscos reais de paralisação dos processo produtivos em razão da diversidade de fornecedores.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

Armas: Brasil – cliente: A subsidiária norte-americana Taurus International Manufacturing, Inc. com aproximadamente 80% de participação da receita líquida em 2017.

Nos demais segmentos de atuação não há clientes com mais de 10% de participação.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As Empresas Taurus investem em ações que visam promover a sustentabilidade sócio-ambiental em suas unidades. Para isto mantém um canal aberto de comunicação com os representantes dos órgãos Municipais, Estaduais e Federais. Todas as unidades de negócio possuem Licença Ambiental ou se encontram em processo de licenciamento (ou renovação) de acordo com a Legislação vigente.

Segue abaixo descrição, por unidade de negócio, dos licenciamentos ambientais e demais registros aos quais as Empresas Taurus estão vinculadas:

- **Forjas Taurus S.A.:** Fabricação de armas. Possui licença ambiental, autorização para compra, estocagem e utilização de produtos químicos e controlados.
  Licenças e autorizações necessárias para o funcionamento da unidade:
  - Licença da Polícia Federal nº 20099074968: Produtos Controlados
  - Cadastro IBAMA nº 40009
  - Título de Registro do Exército para fabricação de armas
  Para o transporte de armas:
  - CR – Certificado de Registro do Exército, pelas empresas transportadoras;
  - Guia de tráfego

(b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

O Brasil possui legislação específica com relação à proteção do meio ambiente. Os Governos Federal, Estadual e Municipal têm poderes para defender e proteger o meio ambiente, bem como para promulgar leis relativas à matéria. Em virtude disso, as operações realizadas no Brasil encontram-se sujeitas a uma lista de normas ambientais e procedimentos de licenciamento.

Para o desenvolvimento de atividades potencialmente poluidoras ou que utilizam recursos naturais, a Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981 e regulamentada pelo Decreto Federal n.º 99.274, de 06 de junho de 1990, estabelece a obrigação de prévio licenciamento ambiental, procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente analisa a localização, instalação, ampliação e operação dos empreendimentos, bem como estabelece as condições para o seu desenvolvimento.

Para os empreendimentos de impacto ambiental regional ou aqueles localizados no mar territorial brasileiro ou na plataforma continental (tais como as instalações de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural) a competência para licenciar é atribuída ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), agência federal ligada ao Ministério do Meio Ambiente. Com exceção dos casos em que o licenciamento ambiental está sujeito à competência federal, o órgão estadual é, em regra, responsável pelas análises das atividades e emissão de licenças ambientais, bem como pela imposição de condições, restrições, medidas de controle e de mitigação pertinentes. Na hipótese de o empreendimento apenas implicar impacto local, o licenciamento poderá ser realizado na esfera municipal, caso o Município possua em sua estrutura administrativa órgãos ambientais devidamente capacitados. A manutenção de tais licenças exige a apresentação, ao IBAMA, de vários documentos, incluindo relatórios de monitoramento de segurança e poluição.

A ausência de licença ambiental válida é classificada como crime ambiental. Quaisquer atrasos ou negativas da autoridade responsável pelo licenciamento na emissão ou

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

renovação de licenças, bem como a incapacidade de cumprir com os requisitos ambientais estipulados durante o processo de licenciamento, poderão prejudicar ou mesmo impedir a construção e desenvolvimento regular de uma atividade.

O licenciamento ambiental para as atividades de fabricação de armas, capacetes e blindagens, forjados e máquinas operatrizes estão sujeitas, dentre outras exigências, à elaboração prévia de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e de Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), bem como à implementação de medidas de diminuição e/ou compensação, por impactos causados ao meio ambiente em virtude das atividades ou empreendimentos. Como medida de compensação, estamos obrigados a alocar fundos para implementação e manutenção de áreas de conservação.

De acordo com a lei brasileira, pessoas ou companhias cuja conduta ou atividades prejudiquem o meio ambiente estão sujeitas a sanções penais e administrativas, bem como a arcar com quaisquer custos para reparar os danos efetivos resultantes de tal prejuízo. Aqueles que cometerem um crime contra o meio ambiente estão sujeitos às penalidades e sanções que variam de multas à reclusão (para pessoas físicas), suspensão ou interrupção das atividades, ou proibição de celebrar quaisquer contratos com órgão governamentais por até dez anos (para pessoas jurídicas). As agências de proteção ambiental do Governo também podem impor sanções administrativas àqueles que não cumprirem as leis e regulamentos ambientais, incluindo, entre outros: multas; suspensão parcial ou total das atividades; obrigações de financiamento das obras de recuperação e projetos ambientais; extinção ou restrição dos incentivos fiscais ou benefícios; fechamento dos estabelecimentos ou empreendimentos; e extinção ou suspensão da participação nas linhas de crédito junto a estabelecimentos de crédito oficiais.

Nos termos da legislação civil, o dano ambiental leva à responsabilidade conjunta e solidária, direta e indireta. Isso significa que a obrigação de reparar o dano causado pode afetar todos aqueles envolvidos, direta ou indiretamente, independente de se provar a culpa de cada parte. Como resultado, a obrigação de reparar o dano causado poderá ser imposta a diversas partes independentemente de suas respectivas culpas. Assim, por exemplo, a contratação de terceiros para executar qualquer parte das nossas operações não nos isentaria, como contratante, da responsabilidade pelo eventual dano ambiental causado pela contratada.

A Companhia está comprometida em conduzir suas atividades de forma a incorporar, como valores centrais, segurança, saúde e proteção ao meio ambiente. O Conselho de Administração aponta programas e aloca os recursos necessários para assegurar que todos os empregados estejam cientes e trabalhem em conformidade com os princípios de saúde, segurança e meio ambiente. A administração da Companhia integra estes princípios, espelhando-os em um sistema de gestão ambiental e é responsável por sua implantação com o objetivo de evitar lesões, danos a ativos e de minimizar quaisquer efeitos sobre o meio ambiente e, ao mesmo tempo, respeitar a biodiversidade e as comunidades locais.

A Companhia vem cumprindo com todas as regulamentações locais relativas à saúde, à segurança e à proteção do meio ambiente, além de definir práticas e padrões internos conforme o necessário. Estes padrões e práticas serão comuns em todas as áreas geográficas em que a Companhia atuar, salvo especial tratamento adaptado a peculiaridades locais, e serão projetados levando em conta as tendências na legislação e nos padrões internacionais.

A Companhia mantém, regularmente, comunicação com os grupos de interesse e comunidades, compartilhando conhecimento e reportando seu desempenho e o efeito de suas atividades e produtos sobre as pessoas e o sobre o meio ambiente de forma confiável e transparente. Adicionalmente, estabelece sistematicamente metas e objetivos para o aprimoramento contínuo nestas áreas com a pesquisa de novas abordagens e soluções técnicas. O desempenho em relação a estes objetivos é avaliado e as medidas corretivas necessárias são aplicadas, sempre que necessários.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de *royalties* relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia pesquisa e desenvolve tecnologia e produtos através de programas preestabelecidos. Desta forma opera com tecnologia própria, sedimentada e aperfeiçoada continuamente através de investimentos substanciais no aprimoramento de processos produtivos e na melhoria da qualidade dos produtos. Independe de marcas de terceiros, bem como de concessões, contratos de *royalties* e licenças.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

FORJAS TAURUS S.A.
Receita Líquida Mercado Externo – Exercício 2017

Receita líquida total do Mercado Externo, em milhares de reais: R$ 585,1 milhões (86% da receita líquida total)

Principais destinos e seu percentual de participação no total da receita líquida do mercado externo:

País	% Exportações
Estados Unidos	93,0%
Bangladesh	2,0%
Argentina	0,9%
França	0,7%
Chile	0,5%
Omã	0,5%
Alemanha	0,4%
Burquina	0,4%
África do Sul	0,4%
Honduras	0,3%
Peru	0,3%
Filipinas	0,2%
Itália	0,2%
Nicarágua	0,1%
Tailândia	0,0%
El Salvador	0,0%
Reino Unido	0,0%
Bósnia	0,0%
Jordânia	0,0%
Outros Países	0,6%

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Considerando que os negócios com armas da Companhia se enquadram em uma atividade de elevado interesse nacional ligado à segurança pública e à proteção física dos cidadãos, o setor sofre intensa regulamentação e rígido controle governamental do governo brasileiro, de modo que a fabricação, o comércio local, a exportação e a importação de armas e munições se submetem à fiscalização e ao consentimento de diversos órgãos públicos de segurança.

Em âmbito internacional, a Companhia atua por meio da exportação de produtos ligados ao setor de segurança, dentre outros, a diversos países, cuja regulamentação e fiscalização diferem tenuamente das brasileiras, em face, novamente, do relevante interesse público em exercer pleno controle de tão importante atividade atinente ao tema da segurança pública.

Nesse sentido, a Companhia obtém receitas relevantes no mercado internacional por meio da venda de seus produtos a clientes em diversos países. A regulação desses países sobre as importações de armas influencia as atividades da Companhia, que, além de atender de forma individual às legislações e exigências de cada país, monitora permanentemente as alterações pertinentes em relação às mesmas, resguardando-se da possibilidade de deixar de cumprir com os requisitos suficientes e necessários das novas alterações normativas.

7.8 - Políticas socioambientais

(a) Divulgação de informações socioambientais:

Em razão da renovação da Administração e do processo de recuperação financeira que vem ocorrendo, a Companhia está revendo, de forma a aprimorar, suas políticas socioambientais. Dessa forma, até a data de publicação deste formulário não há divulgação de informações socioambientais formalizada.

(b) Metodologia seguida na elaboração dessas informações:

Não se aplica, visto que até a data de publicação deste formulário não há divulgação de informações socioambientais formalizada.

(c) Se essas informações são auditadas ou revisadas por auditor independente:

Não se aplica, visto que até a data de publicação deste formulário não há divulgação de informações socioambientais formalizada.

(d) Página da rede mundial de computadores onde a informação pode ser encontrada:

Não se aplica, visto que até a data de publicação deste formulário não há divulgação de informações socioambientais formalizada.

7.9 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

8.1 - Negócios extraordinários

Não houve aquisições ou alienações relevantes nos últimos 3 anos.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Eleição de Conselho de Administração

Em Reunião do Conselho de Administração do dia 29 de junho de 2015, o Conselheiro e Diretor Presidente André Ricardo Balbi Cerviño enviou à Companhia carta de renúncia aos cargos de Conselheiro de Administração e Diretor Presidente. Adicionalmente, em atendimento ao disposto no Art. 24, § 3º do Estatuto Social da Companhia, no mesmo dia, os conselheiros remanescentes designaram o Sr. Thiago Piovesan como seu substituto no Conselho de Administração até a primeira Assembleia Geral. Para o cargo de Diretor Presidente da Companhia, os conselheiros elegeram o Sr. Marco Antônio Salvany. Na mesma data, o Diretor Vice-Presidente de Vendas e Marketing Eduardo Ermida Moretti também enviou à Companhia carta de renúncia ao cargo de Vice Presidente. Em atendimento ao disposto no Art. 29, § 2º do Estatuto Social da Companhia, os conselheiros designaram o Sr. Salésio Nuhs como seu substituto. Ainda nesta reunião, os membros do conselho de administração designaram o Sr. Eduardo Rácz como Diretor Vice-Presidente de Operações.

Em Assembleia Extraordinária realizada em 15 de julho de 2015, foram eleitos os componentes do Conselho de Administração da Forjas Taurus. Seus membros são Sr. João Verner Juenemann (eleito por voto em separado pelos acionistas preferencialistas presentes), e por voto múltiplo: Sr. Luiz Cláudio Moraes, Sr. Fernando José Soares Estima, Sr. Ruy Lopes Filho, Sr. Léo Eduardo da Costa Hime, Sr. Jorio Dauster Magalhães e Silva, Sr. Thiago Piovesan, Sr. Fábio Luiz Munhoz Mazzaro e Sr. Marcos Bodin de Saint Ange Comnene.

Em Reunião do Conselho de Administração do dia 20 de julho de 2015, pela unanimidade de votos, o conselheiro Sr. Jorio Dauster Magalhães e Silva foi conduzido ao cargo de Presidente do Conselho e o conselheiro Sr. Fábio Luiz Munhoz Mazzaro, ao cargo de Vice-Presidente. Além disso, os conselheiros também aprovaram pela unanimidade dos votos, a nomeação dos seguintes integrantes para compor os Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia: (i) Comitê de Auditoria e Riscos da Companhia: Sr. João Verner Juenemann, Sr. Fábio Luiz Munhoz Mazzaro e Sr. Thiago Piovesan, sendo o primeiro nomeado coordenador deste Comitê; (ii) Comitê de Remuneração e Desenvolvimento de Pessoas da Companhia: Sr. Marcos Bodin de Saint Ange Comnene, Sr. Fábio Luiz Munhoz Mazzaro e Sra. Adriana Bozzetti Souto, sendo o primeiro nomeado Coordenador do Comitê e (iii) Comitê de Gestão e Governança Corporativa da Companhia: Sr. Luiz Cláudio Moraes, Sr. Ruy Lopes Filho, Sr. Thiago Piovesan, sendo o primeiro nomeado Coordenador do Comitê.

Em Assembleia Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2015, foram eleitos os componentes do Conselho de Administração da Forjas Taurus. Seus membros, eleitos em chapa são Sr. João Verner Juenemann, Sr. Fernando José Soares Estima, Sr. Jorio Dauster Magalhães e Silva, Sr. Fábio Luiz Munhoz Mazzaro e Sr. Marcos Bodin de Saint Ange Comnene.

Em Reunião do Conselho de Administração do dia 23 de dezembro de 2015, pela unanimidade de votos, o conselheiro Sr. Jorio Dauster Magalhães e Silva foi reconduzido ao cargo de Presidente do Conselho e o conselheiro Sr. Fábio Luiz Munhoz Mazzaro, ao cargo de Vice-Presidente. Além disso, para assessorar Conselho de Administração, os conselheiros também aprovaram pela unanimidade dos votos, a nomeação dos seguintes integrantes para compor o Comitê de Auditoria e Riscos da Companhia: Sr. João Verner Juenemann, Sr. Fábio Luiz Munhoz Mazzaro e Sr. Thiago Piovesan, sendo o primeiro nomeado coordenador deste Comitê.

Em Reunião do Conselho de Administração do dia 04 de Janeiro de 2016, os membros do Conselho de Administração da Companhia, pela unanimidade dos votos e sem reservas ou ressalvas deliberaram a destituição do Sr. Eduardo Rácz ao cargo de Diretor Vice-Presidente de Operações da

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Companhia e consignaram votos de agradecimento pelo trabalho realizado. O Diretor Presidente, Marco Aurélio Salvany, cumulará temporariamente as funções da Vice-Presidência de Operações.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2017, foram eleitos os componentes do Conselho de Administração da Forjas Taurus. Seus membros, eleitos em chapa são Jorio Dauster Magalhães e Silva (Presidente), Fábio Luiz Munhoz Mazzaro (Vice-Presidente), Fernando José Soares Estima, Sérgio Laurimar Fioravanti, Magno Neves Fonseca. Os membros do Conselho de Administração eleitos, Srs. Jorio Dauster Magalhães e Silva, Sérgio Laurimar Fioravanti, bem como o Sr. Magno Neves Fonseca são considerados Conselheiros Independentes da Companhia, conforme definido no Regulamento do Nível 2 da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("Regulamento Nível 2") e no Estatuto Social da Companhia.

Em Reunião do Conselho de Administração do dia 28 de dezembro de 2017, os membros do Conselho da Companhia deliberaram, pela maioria dos votos, com abstenção do Conselheiro Fernando José Soares Estima, pela renúncia do Sr. **Marco Aurélio Salvany** ao cargo de Diretor-Presidente da Companhia, e do Sr. **Thiago Piovesan** dos cargos de Diretor Vice-Presidente Administrativo e Financeiro e Diretor com Relações com Investidores, após a leitura das cartas de renúncia recebidas. Para o cargo de Diretor-Presidente foi eleito o Sr. **Salesio Nuhs,** que também acumulou o cargo de Diretor de Relações com Investidores. Na mesma data foram eleitos os Srs. **Eduardo Minghelli** e **Ricardo Machado,** ambos para os cargos de Diretor sem designação especial.

Em Reunião do Conselho de Administração do dia 25 de janeiro de 2018, os membros do Conselho da Companhia deliberaram, por unanimidade dos votos e sem reservas ou ressalvas, pela renúncia dos Srs. Fernando José Soares Estima e Fábio Luiz Munhoz Mazzaro, aos respectivos cargos de Conselheiros de Administração, após a leitura das cartas de renúncia recebidas. Para os cargos de conselheiro substitutos foram eleitos os Srs. **Armenio de Oliveira dos Santos** e **Bernardo Simões Birmann,** os quais terão mandato até a AGO de 2019, tendo em vista que esta eleição foi realizada para recompor o Conselho de Administração em função do disposto no artigo 24, parágrafo 3º, do Estatuto Social e artigo 150 da Lei n° 6.404/1976.

Em Reunião do Conselho de Administração do dia 22 de fevereiro de 2018, os membros do Conselho da Companhia elegeram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, para os cargos de Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor de Relações com Investidores, o **Sr. Luiz Augusto Polacchini.** Assim o Sr. Salesio Nuhs, Diretor Presidente, deixou de acumular o cargo de Diretor de Relações com Investidores.

Em Reunião do Conselho de Administração do dia 02 de abril de 2018, os membros do Conselho da Companhia deliberaram, por unanimidade dos votos e sem reservas ou ressalvas, pela renúncia dos Sr. Luiz Augusto Polacchini aos cargos de Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor de Relações com Investidores após a leitura da carta de renúncia recebida. Para os referidos cargos foi eleito o Sr. **Sergio Castilho Sgrillo Filho.**

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

A Companhia e suas controladas não celebraram contratos alheios a suas atividades operacionais.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Não há outros bens relevantes do ativo não circulante que não estejam descritos nos quadros a seguir.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Fábrica de São Leopoldo - Polimetal	Brasil	RS	São Leopoldo	Própria
Fábrica São leopoldo - Nova Matriz	Brasil	RS	São Leopoldo	Própria
Fábrica do Paraná - Blindagens	Brasil	PR	Mandirituba	Própria
Fábrica da Bahia - Nordeste	Brasil	BA	Simões Filho	Própria
Fábrica dos Estados Unidos - TIMI	Estados Unidos	FI	Miami	Própria
Terreno Porto Alegre - Antiga Matriz	Brasil	RS	Porto Alegre	Própria
Terreno em Porto Alegre - Estacionamento	Brasil	RS	Porto Alegre	Própria
Fábrica de Plásticos (Containers)	Brasil	PR	Madirituba	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	DISPOSIÇÃO INTRODUZIDA EM EMPUNHADURA PARA PISTOLAS	ATÉ 2017	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Patentes	DISPOSITIVO DE TRAVA PARA PISTOLAS	ATÉ 2018	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Patentes	MECANISMO DE DISPARO PARA ARMAS DE FOGO	ATÉ 2017	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Patentes	PROCESSO PARA MONTAGEM DE SISTEMA DE MIRA C/ TRÊS PONTOS	ATÉ 2021	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Patentes	DISPOSITIVO DE TRAVA PARA REVÓLVERES	ATÉ 2017	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Patentes	DISPOSITIVO DE SEGURANÇA PARA PISTOLAS	ATÉ 2020	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Patentes	LOCKING DEVICE FOR GUNS	ATÉ 2017	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Patentes	TRIGGER SAFETY BLOCK	ATÉ 2018	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Patentes	IN-CHAMBER CARTDRIGE INDICATOR FOR PISTOLS	ATÉ 2019	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Patentes	PISTOL LOCKING DEVICE	ATÉ 2020	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Patentes	A SAFETY DEVICE FOR AUTOLOADING OR AUTOMATIC PISTOL	ATÉ 2021	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Patentes	A SAFETY DEVICE FOR AUTOLOADING OR AUTOMATIC PISTOL	ATÉ 2021	NÃO HÁ	NÃO HÁ

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	ARRAGEMENT INTRODUCED INTO AN EXTENSION FOR AUTOMATIC WEAPON MAGAZINE	ATÉ 2021	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Patentes	SAFETY DEVICE FOR GUNS	ATÉ 2023	NÃO HÁ	NÃO HÁ

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.	89.545.511/0001-00	-	Controlada	Brasil	RS	São Leopoldo	i) indústria, comércio, importação e exportação de: (a) peças forjadas em geral; (b) produtos de metal, couro e plástico; (c) ferramentas manuais, máquinas operatrizes e ferramental de produção; entre outros. (ii) prestação de serviços de planejamento, assessoria, consultoria, assistência técnica e representação comercial nos ramos de atividade retro mencionados; (iii) concessão de licença para uso de marcas, bem como a exploração de patentes, transferência de tecnologia e prestação de serviços especializados de assistência técnica e de engenharia de produto; (iv) locação de bens próprios, móveis e imóveis; (v) participação em outras sociedades, como sócia ou acionista; e (vi) exercício das atividades de representação comercial em comissão.	99,990000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2016	304.779.838,00
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Permitir a (i) segmentação das atividades de fabricação e comercialização relativas aos negócios de peças forjadas e usinadas em geral, injeção de metal (tecnologia MIM - Metal Injection Molding), tratamento térmico de metais, fabricação de capacetes e acessórios para motociclistas, coletes balísticos de proteção, contenedores plásticos e ferramentas manuais e outros ativos não vinculados exclusivamente à fabricação de armas das demais atividades desenvolvidas pela Taurus; (ii) manutenção e aproveitamento dos saldos acumulados de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido registrada na Polimetal no encerramento do ano de 2010, a partir da operacionalização da Polimetal, que futuramente passará a desenvolver as atividades referentes ao Segmento Polimetal; e (iii) o aproveitamento de um veículo da cadeia de controle para o desenvolvimento das atividades operacionais referentes ao Segmento Polimetal;

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
T. Investments Co. Inc.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Panamá		Coronel Suarez	Subsidiária criada para adquirir os créditos da Hunter Douglas N.V. perante a Wotan Máquinas LTDA e fazer as devidas liquidações financeiras.	100,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2016	35.850.100,00
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Permitir a resolução do processo Hunter Dougla N.V.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Taurus Blindagens Ltda.	04.290.323/0001-18	-	Controlada	Brasil	PR	SAO PAULO	Fabricação e comercialização de capacetes para motociclistas, coletes a prova de balas, escudos antitumulto, óculos de proteção, industrialização, comercialização e locação de produtos plásticos injetados e participação em outras empresas.	0,010000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
				Valor mercado		
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2016	73.854.719,00
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Em 20 de dezembro de 2011, o 99,99% da participação na controlada foi transferida para a empresa Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda., conforme item 9.2 deste formulário.

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Taurus Blindagens Nordeste Ltda.	09.003.200/0001-72	-	Controlada	Brasil	BA	Itacaré	Indústria, comércio, importação, exportação e locação de diversos tipos de capacetes.	0,100000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
				Valor mercado		
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2016	94.000.000,00
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Ampliação do segmento de atuação de capacetes para motociclistas

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Taurus Holdings, Inc.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Estados Unidos	FI	Madirituba	Fabricação e comercialização de revolveres e pistolas	100,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
				Valor mercado		
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2016	993.285,68
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Mercado de atuação internacional

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.	09.587.633/0001-12	-	Controlada	Brasil	RS	Porto Alegre	Compra, venda e locação de imóveis próprios e de terceiros e a participação em outras empresas.	81,860000

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
				Valor mercado				
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2016	53.292.352,00		
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Novo mercado de atuação								
Taurus Plásticos LTDA	23.491.060/0001-50	-	Controlada	Brasil	PR	SAO PAULO	(i) a indústria, o comércio, a importação e a exportação de produtos e peças manufaturados em fibras de vidro e carbono, poliamida aromática ou injeção de materiais plásticos; (ii) a indústria, o comércio, a importação, a exportação e a locação de produtos plásticos injetados; (iii) prestação de serviços de assessoria, consultoria, assistência técnica e representação comercial nos ramos de atividades retro mencionadas; (iv) a pesquisa e o desenvolvimento de produtos nas áreas do objeto social, treinamento e formação de pessoal técnico e de produção; (v) a concessão de licença para uso de marcas, bem como a exploração de patentes, transferência de tecnologia e prestação de serviços especializados de assistência técnica e de engenharia de produto; e (vi) a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.	0,100000
				Valor mercado				
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2016	6.355.413,00		
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Permitir a segmentação das atividades de fabricação e comercialização relativas aos negócios de plásticos. Cisão da operação de capacetes (Taurus Blindagens LTDA).								

9.2 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Seguem abaixo os principais indicadores relativos ao financiamento das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros, bem como os indicadores de liquidez referente aos três últimos exercícios:

Indicadores	2017	2016	2015
Margem Bruta	14,9%	23,3%	29,4%
Margem Operacional	-20,7%	-11,8%	-7,4%
Margem Líquida	-36,4%	-12,4%	-30,8%
Liquidez Geral	63,3%	110,7%	94,4%
Liquidez Corrente	46,7%	122,4%	73,7%
Liquidez Seca	24,8%	59,1%	46,1%
Liquidez Imediata	0,7%	6,9%	7,5%
Perc. Cap Próprio	-57,9%	-19,2%	-5,9%
Perc. Cap de Terceiros	157,9%	119,2%	105,9%

***2015*:** As disponibilidades e aplicações financeiras totais somaram R$ 94,9 milhões em Dez/15, montante 40,6% abaixo dos R$ 159,8 milhões de Dez/14.

O endividamento bruto consolidado de curto e longo prazos totalizaram R$ 780,3 milhões em Dez/15, aumento de 12,1% sobre a posição de Dez/14, gerado principalmente pela atualização cambial sobre as dívidas denominadas em Dólares norte americanos, que contabilizaram crescimento de 75,3%. Desta forma, a dívida líquida ficou em R$ 685,3 milhões, aumento de 27,9% quando comparada com o saldo de fechamento do ano anterior.

A Taurus possui em circulação duas séries de debêntures de R$ 50 milhões e R$ 100 milhões, respectivamente:

- A 2ª emissão, realizada em agosto de 2011 com taxa DI + 2,8%, possui três parcelas trimestrais restantes, iniciadas em agosto de 2013 e saldo de R$ 11,7 milhões em 31/dez/15; e
- A 3ª emissão foi realizada em junho de 2014 com taxa DI + 3,25% e covenants financeiros de mercado, medidos anualmente. O período total é de três anos, com carência de dois anos, com saldo de R$ 116,1 milhões em 31/dez/15.

Em 2015, foram realizadas negociações com as principais instituições credoras da Companhia, que culminaram, em fevereiro de 2016, com a conclusão do processo de coleta de assinaturas à Proposta Indicativa de Empréstimo não vinculante com o objetivo de promover o alongamento de parte significativa da dívida da Companhia, aproximadamente US$ 132,5 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ciclo financeiro da Companhia apresentou redução de 45 dias em 2015 em relação à 2014. É importante destacar a maior eficiência na gestão de estoques da Empresa, cujo prazo caiu 23 dias em 2015 em comparação à 2014, em um momento de crescimento significativo de produção, evidenciando uma evolução no giro de estoque da Companhia.

O prazo de pagamento a fornecedores, que passou de 29 dias em 2014, para 50 dias em 2015, também contribuiu para a redução do ciclo financeiro da Companhia. Destacam-se as melhores negociações com fornecedores visto o aumento de produção, justamente em um momento de mercado quando foi percebida contrações em diversas áreas do setor industrial no país.

***2016*:** Em dez/16, o endividamento bruto da Companhia era de R$ 702,8 milhões, 9,9% abaixo dos R$ 780,3 milhões registrados em dez/2015. As disponibilidades e aplicações financeiras totais somaram R$ 29,9 milhões em dez/16, montante 68,5% inferior aos R$ 94,9 milhões de dez/15. Assim, o endividamento líquido da Companhia recuou 1,8% em dez/16 em comparação à dez/15, registrando R$ 672,9 milhões.

Com relação ao reperfilamento de dívida:

- Cerca de R$ 520 milhões em dívida com vencimento no curto prazo migram para o longo prazo.
- Parte da dívida vinculada a Reais passa a estar vinculada a Dólares norte americanos, assim, a dívida vinculada à moeda estrangeira passou de cerca de 70% para, aproximadamente, 86%;
- A 3ª emissão de debêntures foi incluída no reperfilamento da dívida, sendo que 50% de sua composição passa a compor a linha de Empréstimos e Financiamentos de longo prazo, e as 50% remanescentes seguem como debêntures.

2017: Em dez/17, a Companhia apresentou endividamento bruto de R$ 732,5 milhões. Cabe destacar que os vencimentos que haviam sido alongados na renegociação com o sindicato de bancos, em 2016, retornaram para o curto prazo tendo em vista que os contratos previam índices financeiros (covenants), os quais não foram cumpridos. Assim sendo, em dez/17, os vencimentos de curto prazo da Taurus totalizaram R$ 574,5 milhões. No longo prazo foram contabilizados vencimentos no montante de R$ 158,0 milhões. A Companhia já vem trabalhando em uma nova renegociação de seu endividamento conforme Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, de suas demonstrações financeiras de 2017.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; e (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Estrutura de Capital

2014: A Companhia encerrou 2014 com 177.584.427 ações emitidas, sendo 92.832.547 ações ordinárias e 84.751.880 ações preferenciais. Cabe ressaltar que, em AGE de 19 dezembro de 2014 foi aprovado um grupamento de ações à razão de onze ações de cada espécie (ON e PN), para uma da respectiva espécie. Desta forma, a partir de 20 de janeiro de 2015, as ações ordinárias e preferenciais passaram a ser negociadas de forma agrupada e com cotação unitária na BM&FBOVESPA.

A Companhia apresentou uma estrutura de capital de 5,32% recursos próprios e 94,68% de terceiros em 2014. A estratégia da Companhia será a busca do alongamento da dívida e redução dos custos financeiros, bem como a redução da mesma e o aumento da geração operacional de caixa, visando em médio prazo estabelecer uma relação ideal para o tipo de negócio da Companhia. A recomendação da Administração para chamada de novo aumento de capital visando readequar esta relação deve ocorrer ao longo do ano de 2015.

2015: Em 31 de dezembro de 2015, a quantidade de ações em circulação era de 40.448.248 ações, divididas em 27.446.627 ações ordinárias e 13.001.621 ações preferenciais. Cabe destacar que Em 06 de janeiro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o exercício de Bônus de subscrição do acionista controlador Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) no valor de R$ 11.701.400,00, assim, a partir dessa data, a quantidade de ações da Companhia passou a ser de 47.583.248 (quarenta e sete milhões, quinhentas e oitenta e três mil, duzentas e quarenta e oito) ações, sendo 34.581.627 (trinta e quatro milhões, quinhentas e oitenta e uma, seiscentas e vinte e sete) ações ordinárias e 13.001.621 (treze milhões, mil, seiscentas e vinte e uma) ações preferenciais.

A Companhia fechou 2015 com um passivo a descoberto no valor de R$ 61,1 milhões. Para a reversão desse quadro, a Companhia vem trabalhando em seu plano de reestruturação corporativa, envolvendo aspectos operacionais, financeiros e de gestão. Dentre as principais iniciativas deste plano vale destacar a transferência das operações de Porto Alegre para São Leopoldo, implementação do sistema ERP SAP e o reperfilamento da dívida. Estas iniciativas proporcionarão uma melhora na captura de sinergias, maior produção, e melhora na geração de caixa da Companhia.

2016: Em 2016, houve 3 aumentos de capital que somaram R$ 29.241.726,44, os quais foram

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

aprovados nas RCA's de 06/01/2016, 02/06/2016 e 27/06/2016. O capital social da Companhia, em 31.12.2016, era de R$393.977.026,09 (trezentos e noventa e três milhões, novecentos e setenta e sete mil, vinte e seis reais e nove centavos), representado por 58.278.569 (cinquenta e oito milhões, duzentas e setenta e oito mil, quinhentas e sessenta e nove) ações, sendo 44.642.459 (quarenta e quatro milhões, seiscentas e quarenta e dois mil, quatrocentas e cinquenta e nove) ações ordinárias e 13.636.110 (treze milhões, seiscentas e trinta e seis mil, cento e dez) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A Companhia fechou 2016 com um passivo a descoberto no valor de R$ 171,9 milhões. Com a conclusão do processo de reperfilamento de dívida, a Companhia dedicará seus esforços no refinamento de sua operação e geração de caixa de modo a reverter este quadro.

2017: Em 2017, ocorreram novos exercícios de bônus de subscrição, resultando no aumento de capital social que totalizou R$ 10.511.814,52 (dez milhões, quinhentos e onze mil, oitocentos e quatorze reais e cinquenta e dois centavos), mediante a emissão de 6.409.643 (seis milhões, quatrocentos e nove mil, seiscentas e quarenta e três) novas ações, sendo 1.802.855 (um milhão, oitocentas e duas mil, oitocentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias e 4.606.788 (quatro milhões, seiscentas e seis mil, setecentas e oitenta e oito) ações preferenciais, todas ao preço de emissão de R$1,64 (um real e sessenta e quatro centavos) por ação, em decorrência do exercício de 1.802.855 (um milhão, oitocentos e dois mil, oitocentos e cinquenta e cinco) bônus de subscrição classe 1 e 4.606.788 (quatro milhões, seiscentos e seis mil, setecentos e oitenta e oito) bônus de subscrição classe 2, todos emitidos no âmbito do aumento de capital da Companhia homologado em 29 de setembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia era de R$ 404.488.840,61 (quatrocentos e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e quarenta reais e sessenta e um centavos), representado por 64.688.212 (sessenta e quatro milhões, seiscentas e oitenta e oito mil, duzentas e doze) ações, sendo 46.445.314 (quarenta e seis milhões, quatrocentas e quarenta e cinco mil, trezentas e quatorze) ações ordinárias e 18.242.898 (dezoito milhões, duzentas e quarenta e duas mil, oitocentas e noventa e oito) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A Companhia fechou 2017 com um passivo a descoberto no valor de R$ 445,2 milhões. Para retomar sua rentabilidade, a Companhia inicia 2018 com um pesado plano de reestruturação dividido em 4 áreas: i) Renegociação da Dívida; ii) Eficiência Operacional, iii) Eficiência Comercial, e iv) Avaliação de Resultados, conforme Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, de suas demonstrações financeiras de 2017.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

As disponibilidades e aplicações financeiras da Companhia, em dez/17, somaram R$ 9,5 milhões, recuo de 68,2%, com relação a Dez/16, decorrente também do novo cenário de demanda nos EUA que exigiu um maior consumo de caixa pela Taurus.

Dessa forma, o endividamento líquido da Companhia avançou 7,4% em dez/17 em comparação a Dez/16, contabilizando R$ 723,0 milhões. Vale destacar que já está em curso uma nova renegociação da dívida da companhia.

O momento de caixa da Companhia ainda continua bastante desafiador. Conforme comentado anteriormente, para antepor esse cenário a Companhia inicia 2018 com um pesado plano de reestruturação dividido em 4 áreas: i) Renegociação da Dívida; ii) Eficiência Operacional, iii) Eficiência Comercial, e iv) Avaliação de Resultados, conforme Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, de suas demonstrações financeiras de 2017.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Tendo em vista seu perfil exportador, a Companhia utiliza-se principalmente de adiantamentos de câmbio (ACC e PPE) para financiar seu capital de giro devido ao seu custo mais atrativo. O restante da necessidade é complementada com linhas de capital de giro, tais como Nota de Crédito Exportação (NCE) e linhas de giro do BNDES (PEC, BNDES Exim-Pré-Embarque).

Para investimentos são utilizados recursos de linhas especiais do BNDES e FINEP, FINIMP, bem como recursos próprios.

O acesso a novas linhas de financiamento de terceiros não é possível atualmente dada a condição de endividamento e alavancagem da Companhia, bem com seu patrimônio líquido e margens operacionais negativas.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Em 2016, a Companhia havia renegociado os prazos de vencimento de suas dívidas, contudo, como os contratos previam índices financeiros (covenants), os quais não foram cumpridos, os vencimentos que haviam sido alongados na renegociação com o sindicato de bancos, em 2016, retornaram para o curto prazo em 2017. A Companhia inicia 2018 com um pesado plano de reestruturação que contempla, dentre outros, uma nova renegociação da dívida, conforme Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, de suas demonstrações financeiras de 2017.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por notas promissórias, aplicações financeiras, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos e hipoteca de imóveis. Os avais concedidos pela controladora e os avais concedidos pela Companhia à suas controladas estão demonstrados na nota explicativa 25 – Partes relacionadas, anexas às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31.12.2017.

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia e suas controladas contém cláusulas restritivas que limitam certas modificações societárias, entre elas: alteração do controle direto ou indireto da Companhia, redução do capital social da Companhia e/ou da sua controladora, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos aos acionistas pela Companhia e/ou sua controladora em caso de mora com qualquer das obrigações, redução de capital social da Companhia. Os contratos, ainda, determinam a manutenção de determinados índices financeiros, tais como: (dívida líquida/EBITDA) igual ou inferior a 3,5 vezes (em 2017 e 3,0x a partir de 2018) e EBITDA/despesas financeiras líquidas igual ou superior a 1,10 vezes em 2017 e 1,20 vezes a partir de 2018. Em dez/17, as restrições não foram atingidas, por isso, os vencimento que haviam sido renegociados para o longo prazo, em 2016, foram realocados no curto.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

i. contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

				Consolidado			
				2017		2016	
	Moeda	Taxa de juros nominal	Ano de vencimento	Valor contratado	Valor contábil	Valor contratado	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos							
Capital de giro	R$	CDI + 6,15%	2018	**2.500**	**993**	2.500	1.253
FINAME	R$	2,50% a 8,70% a.a	2021	**7.681**	**1.014**	8.515	2.284
FINEP	R$	4% a 5,25% a.a.	2020	**14.095**	**5.564**	14.095	8.348
BNDES	R$	3,50% a.a.	2020	**9.995**	**5.672**	9.995	7.675
FNE	R$	9,50% a.a.	2019	**9.806**	**2.821**	9.806	4.232
Adiantamento de recebíveis	R$	23,9% a.a.	2017	**6.136**	**15.422**	6.136	6.136
Adiantamento de cambio	USD	9,80% a.a.	2017	**28.065**	**24.193**	28.065	28.065
Capital de giro	USD	Libor + 1,55% a 5,6% a.a	2021	**499.162**	**528.709**	499.162	490.990
Capital de giro	USD	80% a 100% do CDIa.a.	2019	**65.072**	**53.526**	65.072	65.466
Investimentos	USD	5,33% a.a.	2021	**6.035**	**15.028**	6.035	15.652
Investimentos	USD	Libor + 2,25% aa	2021	**1.731**	**3.585**	1.731	3.768
			Total		**656.527**		**633.869**
			Passivo circulante		**498.557**		**60.757**
			Passivo não circulante		**157.970**		**573.112**

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em dezembro de 2016, a Companhia concluiu o processo de formalização e assinatura dos contratos para captação de recursos com o objetivo de realizar o pagamento e/ou reperfilamento de dívidas com determinadas Instituições Financeiras, bem como de sua 3ª emissão pública de debêntures.

Os termos da Operação contemplam o alongamento do prazo de vencimento de dívidas com os Credores no valor de US$ 150,7 milhões. O prazo total da Operação passa a ser de 5 (cinco) anos, com 2 (dois) anos de carência para início do pagamento do principal. A amortização do principal ocorrerá com pagamentos trimestrais, sendo iniciados ao final do 24º mês (inclusive). Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência e trimestralmente após este período.

A Operação foi constituída com as seguintes garantias reais: (i) alienação fiduciária da totalidade das quotas da Taurus Blindagens Ltda. e da Taurus Blindagens Nordeste Ltda.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

("Alienação Fiduciária"); (ii) hipoteca de 1º grau de 03 imóveis localizados em Mandirituba/PR, e 02 imóveis localizados em Porto Alegre, RS ("Hipoteca"); e (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da totalidade dos recursos objeto de eventual venda das quotas objeto da Alienação Fiduciária e da Hipoteca, bem como direitos inerentes à titularidade da conta vinculada da Companhia a ser aberta com o propósito de recebimento dos recursos.

Contudo, em 2017, os vencimentos que haviam sido alongados na renegociação com o sindicato de bancos, em 2016, retornaram para o curto prazo tendo em vista que os contratos previam índices financeiros (covenants), os quais não foram cumpridos. A Companhia inicia 2018 com um plano de reestruturação que contempla, dentre outros, uma nova renegociação da dívida, conforme nota explicativa 1 – Contexto Operacional.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existem dívidas subordinadas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Os instrumentos de financiamento da Companhia prevêem, em sua maioria, o vencimento antecipado de suas as obrigações objeto da escritura em determinadas circunstâncias, dentre as quais destacam-se: alteração do controle direto ou indireto da Companhia, redução do capital social da Companhia e/ou da sua controladora, distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio. Além disso, o instrumento, que foi incluído no processo de reperfilamento de dívida assinado de dezembro/2016, prevê o vencimento antecipado em casos de descumprimento de cláusulas contratuais, que definem, dentre outras obrigações: a manutenção de determinados índices financeiros, tais como: (dívida líquida/EBITDA) igual ou inferior a 3,5 vezes (em 2017 e 3,0x a partir de 2018) e EBITDA/despesas financeiras líquidas igual ou superior a 1,10 vezes em 2017 e 1,20 vezes a partir de 2018, onde: dívida líquida é igual ao total das dívidas (incluindo avais e garantias) menos as disponibilidades, EBITDA é igual ao lucro antes dos impostos, juros, tributos, depreciação e amortização dos últimos 12 meses e despesas financeiras líquidas, que correspondem ao total de receitas financeiras menos despesas financeiras dos últimos 12 meses, ajustados por itens não recorrentes, tendo como garantias: fiança, alienação fiduciária, hipotecas, cessão fiduciária e penhor externo que serão compartilhadas com os credores da operação de garantia internacional e credores de debentures.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 2017, os vencimentos que haviam sido alongados na renegociação com o sindicato de bancos, em 2016, retornaram para o curto prazo tendo em vista que os contratos previam índices financeiros (covenants), os quais não foram cumpridos. A Companhia inicia 2018 com um pesado plano de reestruturação que contempla, dentre outros, uma nova renegociação da dívida, conforme nota explicativa 1 – Contexto Operacional.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia possui linhas de crédito contratadas junto a instituições financeiras, conforme apresentado na nota explicativa 18 das Demonstrações Financeiras do exercício de 2017. Todas estas linhas de crédito estão sendo utilizadas integralmente.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis da Companhia e empresas consolidadas foram elaboradas conforme as normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB).* Seguem os comparativos entre 2015, 2016 e 2017. A seguir, são destacadas, em milhares de reais, as principais alterações comparativas dos principais grupos do balanço patrimonial, da demonstração de resultado e demonstração do fluxo de caixa.

BALANÇO PATRIMONIAL	**2015**	**2016**	**2017**
Ativo Total	**1.022.340**	**893.057**	**768.959**
AH	4,3%	-12,6%	-13,9%
Ativo Circulante	591.905	472.452	451.460
AH	3,1%	-20,2%	-4,4%
AV	57,9%	52,9%	58,7%
Caixa e Equivalentes de Caixa	60.312	26.708	6.679
AH	-42,3%	-55,7%	-75,0%
AV	5,9%	3,0%	0,9%
Aplicações Financeiras	22.040	2.552	1.777
AH	-34,5%	-88,4%	-30,4%
AV	2,2%	0,3%	0,2%
Contas a Receber	192.076	150.197	122.611
AH	37,5%	-21,8%	-18,4%
AV	18,8%	16,8%	15,9%
Estoques	221.861	244.197	211.885

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

AH	10,6%	10,1%	-13,2%
AV	21,7%	27,3%	27,6%
Tributos a Recuperar	36.546	20.497	44.458
AH	56,1%	-43,9%	116,9%
AV	3,6%	2,3%	5,8%
Despesas Antecipadas	19.239	23.435	6.674
AH	66,8%	21,8%	-71,5%
AV	1,9%	2,6%	0,9%
Outros Ativos Circulantes	39.831	4.866	57.376
AH	-34,6%	-87,8%	1079,1%
AV	3,9%	0,5%	7,5%
Ativo Não Circulante	430.435	420.605	317.499
AH	6,2%	-2,3%	-24,5%
AV	42,1%	47,1%	41,3%
Ativo Realizável a Longo Prazo	63.796	57.284	21.455
AH	-4,5%	-10,2%	-62,5%
AV	6,2%	6,4%	2,8%
Investimentos	12.004	50.457	349
AH	-10,4%	320,3%	-99,3%
AV	1,2%	5,6%	0,0%
Imobilizado	273.189	238.650	222.686
AH	6,2%	-12,6%	-6,7%
AV	26,7%	26,7%	29,0%
Intangível	81.446	74.214	73.009
AH	19,7%	-8,9%	-1,6%
AV	8,0%	8,3%	9,5%

Passivo Total	**1.022.340**	**893.057**	**768.959**
AH	4,3%	-12,6%	-13,9%
Passivo Circulante	802.939	385.897	965.692
AH	43,2%	-51,9%	150,2%
AV	78,5%	43,2%	125,6%
Obrigações Sociais e Trabalhistas	33.075	34.645	41.927
AH	31,8%	4,7%	21,0%
AV	3,2%	3,9%	5,5%
Fornecedores	81.224	128.712	99.954
AH	123,6%	58,5%	-22,3%
AV	7,9%	14,4%	13,0%
Obrigações Fiscais	26.562	39.170	40.031
AH	50,7%	47,5%	2,2%
AV	2,6%	4,4%	5,2%
Empréstimos e Financiamentos	307.546	26.989	534.713
AH	11,9%	-91,2%	1881,2%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

AV	30,1%	3,0%	69,5%
Adiantamento de recebíveis	54.589	6.136	15.422
AH	117,4%	-88,8%	151,3%
AV	5,3%	0,7%	2,0%
Saques Cambiais	191.948	28.065	24.193
AH	231,8%	-85,4%	-13,8%
AV	18,8%	3,1%	3,1%
Instrumentos Financeiros	956	543	242
AH	-96,0%	-43,2%	-55,4%
AV	0,1%	0,1%	0,0%
Outras Obrigações	63.610	70.455	141.937
AH	24,1%	10,8%	101,5%
AV	6,2%	7,9%	18,5%
Provisões	43.429	51.182	67.273
AH	-10,9%	17,9%	31,4%
AV	4,2%	5,7%	8,7%
Passivo Não Circulante	279.517	679.061	248.500
AH	-23,8%	142,9%	-63,4%
AV	27,3%	76,0%	32,3%
Empréstimos e Financiamentos	232.159	641.123	157.970
AH	-32,1%	176,2%	-75,4%
AV	22,7%	71,8%	20,5%
Outras Obrigações	5.719	5.572	7.614
AH	-7,4%	-2,6%	36,6%
AV	0,6%	0,6%	1,0%
Tributos Diferidos	717	15.190	30.937
AH	-92,7%	2018,5%	103,7%
AV	0,1%	1,7%	4,0%
Provisões	40.922	17.176	51.979
AH	342,9%	-58,0%	202,6%
AV	4,0%	1,9%	6,8%
Patrimônio Líquido Consolidado	**- 60.116**	**- 171.901**	**- 445.233**
AH	-215,4%	185,9%	159,0%
AV	-5,9%	-19,2%	-57,9%
Capital Social Realizado	364.735	393.977	404.489
AH	12,3%	8,0%	2,7%
AV	35,7%	44,1%	52,6%
Reservas de Capital	- 29.295	- 40.832	- 40.996
AH	-28,5%	39,4%	0,4%
AV	0,0%	0,0%	0,0%
Lucros/Prejuízos Acumulados	- 566.155	- 668.102	- 952.635
AH	78,4%	18,0%	42,6%
AV	-55,4%	-74,8%	-123,9%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.739	49.736	48.240
AH	-13,5%	56,7%	-3,0%
AV	3,1%	5,6%	6,3%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ajustes Acumulados de Conversão	138.860	93.320	95.669
AH	184,3%	-32,8%	2,5%
AV	13,6%	10,4%	12,4%

(1) As disponibilidades e aplicações financeiras totais somaram R$ 94,9 milhões em Dez/15, montante 40,6% abaixo dos R$ 159,8 milhões de Dez/14. O endividamento bruto consolidado de curto e longo prazos totalizaram R$ 780,3 milhões em Dez/15, aumento de 12,1% sobre a posição de Dez/14, gerado principalmente pela atualização cambial sobre as dívidas denominadas em dólares norte americanos, que contabilizaram crescimento de 75,3%. Desta forma, a dívida líquida ficou em R$ 685,3 milhões, aumento de 27,9% quando comparada com o saldo de fechamento do ano anterior.

(2) Em 2016, a redução do passivo circulante em 51,9%, para R$ 385,9 milhões deveu-se à conclusão do processo de reperfilamento de dívida, conforme abaixo:

- Cerca de R$ 520 milhões em dívida com vencimento no curto prazo migram para o longo prazo.
- Parte da dívida vinculada a Reais passa a estar vinculada a Dólares norte americanos, assim, a dívida vinculada à moeda estrangeira passou de cerca de 70% para, aproximadamente, 86%;
- A 3ª emissão de debêntures foi incluída no reperfilamento da dívida, sendo que 50% de sua composição passa a compor a linha de Empréstimos e Financiamentos de longo prazo, e as 50% remanescentes seguem como debêntures.

(3) Em 31/dez/15, a Companhia passou a operar com Passivo a descoberto de R$ 61,1 milhões gerado principalmente pelos prejuízos acumulados dos últimos anos, que foi parcialmente compensado pelo aumento de capital homologado em 29/set/2015. Em 2016, apesar dos aumentos de capital decorrentes dos exercícios de bônus de subscrição, os desafios do processo de reestruturação corporativa provocaram a expansão do passivo a descoberto da Companhia para R$ 171,9 milhões.

(4) em 2017, as dificuldades enfrentadas no EUA, com a eleição de Donald Trump e a normalização da demanda em patamares inferiores ao verificado na gestão Obama, fez com que

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

houvesse um maior consumo de caixa em 2017, provocando a redução da linha de Caixa e Equivalentes de Caixa em 75%, atingindo R$ 6,7 milhões em dez/17.

(5) Também em 2017, o não cumprimento de índices financeiros (covenants) previstos no contrato de alongamento de dívida em 2016, fez com que a dívida alongada em 2016 voltasse ao curto prazo em 2017. Esse evento fez com que a linha de passivo circulante totalizasse R$ 965,7 milhões em 2017, 150,2% superior a 2016.

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO	2015	2016	2017
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	**823.809**	**830.273**	**784.876**
AH	39,3%	0,8%	-5,5%
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	- 581.736	- 637.072	- 668.147
AH	29,2%	9,5%	4,9%
AV	70,6%	76,7%	85,1%
Resultado Bruto	242.073	193.201	116.729
AH	71,4%	-20,2%	-39,6%
AV	29,4%	23,3%	14,9%
Despesas/Receitas Operacionais	- 303.000	- 291.441	- 279.584
AH	29,4%	-3,8%	-4,1%
AV	36,8%	35,1%	35,6%
Resultado Antes do Result. Financ. e dos Trib.	- 60.927	- 98.240	-162.855
AH	-34,4%	61,2%	65,8%
AV	-7,4%	-11,8%	-20,7%
Resultado Financeiro	-218.575	- 2.709	-114.139
AH	137,1%	-98,8%	4113,3%
AV	-26,5%	-0,3%	-14,5%
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-279.502	-100.949	-276.994
AH	51,0%	-63,9%	174,4%
AV	-33,9%	-12,2%	-35,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	25.692	- 2.078	- 9.034
AH	-6843,3%	-108,1%	334,7%
AV	3,1%	-0,3%	-1,2%
Resultado Líquido das Operações Continuadas	-253.810	-103.027	-286.028
AH	36,9%	-59,4%	177,6%
AV	-30,8%	-12,4%	-36,4%
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	**-253.810**	**-103.027**	**-286.027**
AH	36,9%	-59,4%	177,6%
AV	-30,8%	-12,4%	-36,4%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(6) Em 2015, a receita líquida atingiu R$ 823,8 milhões, aumento de 39,3% frente aos R$ 591,5 milhões registrados em 2014. Os destaques ficaram por conta da retomada do mercado americano, que havia se contraído em 2014, e, principalmente, da recuperação de market share da Companhia nesse país, além da taxa de câmbio favorável às exportações.

(7) As despesas operacionais somaram R$ 303,0 milhões em 2015, avanço de 29,4% em relação ao apresentado no ano anterior. Já as despesas operacionais ajustadas pelos eventos não recorrentes ligados ao processo Carter e ao processo de reestruturação corporativa, os quais incluem: (i) a transferência das operações de Porto Alegre para São Leopoldo, caracterizando a mudança da sede da Empresa, (ii) a implantação do novo modelo de produção, (iii) rescisões trabalhistas, (iv) despesas com consultorias de reorganização desses processos, e (v) implementação e adequação de processos e de ativos ao novo sistema ERP SAP, somaram R$ 208,9 milhões, praticamente estáveis frente às despesas operacionais ajustadas de 2014. Cabe lembrar que as despesas ajustadas de 2015 ainda incluem atualizações dos valores de provisões, os quais representaram incremento de despesa de aproximadamente R$ 30,7 milhões, sendo deste valor o montante de R$ 22,3 milhões relacionado às provisões para causas trabalhistas reconhecidos no segundo semestre de 2015.

(8) Em 2015, o resultado foi negativo em R$ 253,8 milhões, impactado, principalmente, pelos itens não recorrentes ligados ao processo Carter e ao processo de reestruturação corporativa, os quais incluem: (i) a transferência das operações de Porto Alegre para São Leopoldo, caracterizando a mudança da sede da Empresa, (ii) a implantação do novo modelo de produção, (iii) rescisões trabalhistas, (iv) despesas com consultorias de reorganização desses processos, e (v) implementação e adequação de processos e de ativos ao novo sistema ERP SAP, que somaram R$ 103,3 milhões; e pelo impacto da conta variação cambial no resultado financeiro, de R$ 162,8 milhões.

(9) Em 2016, a receita líquida consolidada registrou R$830,3 milhões, avanço 0,8% em comparação à 2015. Este crescimento é importante considerando, especialmente, os desafios enfrentados pela Companhia em 2016: (i) a menor produção de armas no primeiro semestre do ano, decorrente do processo de estabilização da nova planta em São Leopoldo, que integrou as operações de Porto Alegre, (ii) a priorização do atendimento ao mercado americano, principalmente nos primeiros meses do ano, beneficiando o ciclo de caixa, que foi um desafio constante em 2016, e (iii) o cenário econômico interno desfavorável, o que prejudicou o segmento de capacetes durante o ano.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(10) A desvalorização de 16,5% do dólar de fechamento provocou um registro positivo de R$ 92,7 milhões na linha de Variações Cambiais em 2016, fazendo com que o resultado financeiro líquido do ano ficasse negativo em apenas R$ 2,7 milhões, contra um resultado negativo de R$ 219,7 milhões em 2015. Segue abaixo a abertura do resultado financeiro da Companhia.

(11) A Companhia registrou um prejuízo de R$ 103,0 milhões em 2016, ao passo que, em 2015, o prejuízo foi de R$ 253,8 milhões. O resultado de 2016 reflete o desafio e esforço no processo de reestruturação da Companhia no que tange à integração da planta de produção de armas em São Leopoldo, à estabilização do novo método de produção e à implantação do novo sistema ERP SAP.

(12) Em 2017, a receita líquida consolidada da Companhia atingiu R$ 784,8 milhões, recuo de 5,5% em relação à 2016 e de 4,7% em comparação à 2015. Esta contração é originada, principalmente, no segmento de armas, tanto no mercado externo, com o movimento de normalização da demanda de armas no EUA com a eleição de Donald Trump, como no mercado interno, com os orçamentos governamentais mais restritos em 2017. As exportações da Companhia registraram 589,4 milhões em 2017, 4,7% menores do que os R$618,6 milhões registrados em 2016 e praticamente estável ao realizado em 2015. As vendas no mercado interno atingiram R$ 195,4 milhões, 7,7% inferiores ao contabilizado em 2016 e 16,4% menor do que o reportado em 2015. O destaque positivo da receita ficou por conta das exportações de armas para outros países, que registraram R$ 43,8 milhões em 2017, 18,1% superior ao registrado em 2016 e 4,5% acima do contabilizado em 2015. Importante para esse movimento foram os primeiros embarques da nova pistola Hammer para a Ásia, e do novo Fuzil T4 para o Oriente Médio no segundo semestre de 2017. Estes dois novos produtos terão contribuição importante tanto para o desenvolvimento de novos mercados. O segmento de capacetes, apesar de ter apresentado uma importante recuperação no último trimestre de 2017, fechou o ano com retração de 10,8% em suas vendas, totalizando R$ 89,6 milhões. No comparação com 2015, as vendas de capacetes em 2017 registraram contração de 18,9%.

(13) No ano, o resultado financeiro da Companhia contabilizou saldo negativo de R$ 114,1 milhões, frente a um resultado também negativo de R$ 2,7 milhões em 2016. Esta variação está ligada, principalmente, à linha de Variações Cambiais, que possui relevante sensibilidade em relação à volatilidade do câmbio. A conta de variações cambiais, que registrou um saldo negativo de R$ 13,0 milhões em 2017 contra um montante positivo de R$ 92,7 milhões em 2016. Cabe lembrar que o

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

dólar de fechamento em 2017 apresentou valorização de 1,5% em relação ao dólar de fechamento de 2016. Já ao final de 2016 o dólar de fechamento havia depreciado-se 16,5% em relação à 2015. Em 2017, a Companhia acumula um prejuízo de R$ 286,0 milhões, contra saldo também negativo de R$ 103,0 milhões em 2016. Em 2015, a Taurus havia registrado prejuízo de R$ 218,6 milhões.

FLUXO DE CAIXA - CONSOLIDADO	2015	2016	2017
Caixa no Início do Período	**104.536**	**60.312**	**26.708**
AH	-62,8%	-42,3%	-55,7%
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	**79.189**	**36.276**	**33.823**
AH	53,7%	-54,2%	-6,8%
Atividades de Investimento	**-25.623**	**-12.253**	**-20.776**
AH	-64,0%	-52,2%	69,6%
Atividades de Financiamento	**-97.790**	**-57.627**	**-33.076**
AH	-37,7%	-41,1%	-42,6%
Aumento (Redução) de Caixa	**-44.224**	**-33.604**	**-20.029**
AH	-75,0%	-24,0%	-40,4%
Caixa no Fim do Período	**60.312**	**26.708**	**6.679**
AH	-42,3%	-55,7%	-75,0%

(14) Na AGE de 29/09/2015 foi homologado o aumento de capital aprovado na AGE de 15/07/2015, no valor de R$ 39.858.904,40. Em 06/01/16, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$11.701.400,00, decorrente do exercício, pelo acionista Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC), de 7.135.000 bônus de subscrição classe 1, com a consequente emissão de 7.135.000 novas ações ordinárias, integralmente subscritas pela CBC ao preço de emissão de R$ 1,64 (um real e sessenta e quatro centavos) por ação, conforme termos e condições aprovados no âmbito do aumento de capital da Companhia homologado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2015. Em 31/12/2015 este valor foi contabilizado como adiantamento para aumento de capital.

(15) Em 2016, a Companhia apresentou geração de caixa operacional de R$ 36,3 milhões, recuo de 54,1% em relação a geração de caixa operacional em 2015. Já as atividades de investimento apresentaram desembolso de R$ 13,1 milhões em 2016, principalmente impactado pelos valores de obras e investimentos realizados na mudança da sede das operações para São Leopoldo e na implantação do novo sistema ERP SAP. Por fim, as atividades de financiamento também apresentaram consumo de caixa em 2016, no valor de R$ 57,6 milhões, montante inferior aos R$ 97,6 milhões consumidos em 2015. Assim o caixa e equivalentes de caixa da Companhia apresentou

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

redução de R$ 34,4 milhões em 2016 contra uma redução de R$ 44,1 milhões em 2015, fazendo com que o seu saldo final ficasse em R$ 26,0 milhões em 2016, 57,0% inferior ao saldo de 2015.

(16) Em 2016, houve 3 aumentos de capital que somaram R$ 29,2 milhões, os quais foram aprovados nas RCA's de 06/01/2016, 02/06/2016 e 27/06/2016. Contudo, para efeito de fluxo de caixa, dos R$29,2 milhões aportados, R$ 11,7 milhões, apesar de terem sido aprovados na RCA de 06/01/2016, ingressaram na Companhia em Dez/15, sendo contabilizados como adiantamento para futuro aumento de capital naquele ano, ficando apenas R$ 17,5 milhões contabilizados no fluxo de caixa de 2016 como aumento de capital.

(17) Em 2017, ocorreram novos exercícios de bônus de subscrição, resultando no aumento de capital social que totalizou R$ 10.511.814,52 (dez milhões, quinhentos e onze mil, oitocentos e quatorze reais e cinquenta e dois centavos), mediante a emissão de 6.409.643 (seis milhões, quatrocentos e nove mil, seiscentas e quarenta e três) novas ações, sendo 1.802.855 (um milhão, oitocentas e duas mil, oitocentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias e 4.606.788 (quatro milhões, seiscentas e seis mil, setecentas e oitenta e oito) ações preferenciais, todas ao preço de emissão de R$1,64 (um real e sessenta e quatro centavos) por ação, em decorrência do exercício de 1.802.855 (um milhão, oitocentos e dois mil, oitocentos e cinquenta e cinco) bônus de subscrição classe 1 e 4.606.788 (quatro milhões, seiscentos e seis mil, setecentos e oitenta e oito) bônus de subscrição classe 2, todos emitidos no âmbito do aumento de capital da Companhia homologado em 29 de setembro de 2015.

(18) em 2017, as dificuldades enfrentadas no EUA, com a eleição de Donald Trump e a normalização da demanda em patamares inferiores ao verificado na gestão Obama, fez com que houvesse um maior consumo de caixa em 2017, provocando uma redução no saldo final de caixa de 75%, o qual atingiu R$ 6,7 milhões em 2017.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Resultado Operacional e Financeiro

a) resultado das operações da Companhia

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Armas – o processo de produção de armas, por tratar-se de uma indústria preponderantemente metalúrgica, utiliza-se das seguintes fases básicas: forjamento (a partir de perfis chatos), usinagem (a partir de perfis chatos de aço e através de fresadoras, furadeiras, tornos, brochadeiras, etc.), MIM – Metal Injection Molding (peças injetadas em metal), montagem (manual), acabamento (basicamente polimento), tratamento térmico e superficial e montagem final (ajustes necessários); essas operações são realizadas pela Forjas Taurus S.A. e Taurus Holdings, Inc. e suas controladas. O mercado de exportação figura como o principal do segmento de armas.

Outros – MIM – *Metal Injection Molding* (peças injetadas em metal) para terceiros (Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.). A operação de plásticos foi descontinuada pela Companhia em Janeiro/2018.

Capacetes (Operação Descontinuada) – o processo de produção de capacetes utiliza-se das seguintes fases: injeção (a partir do ABS – Acrylonitrile Butadiene Styrene), pintura e acabamento (a partir de peças já injetadas, através de processo de pintura manual e automatizada), costura (a partir de tecidos, espuma e chapas de policarbonatos, utilizando-se máquinas de corte, costura e balancim) e montagem final; essas operações são realizadas pela Taurus Blindagens Ltda. e Taurus Blindagens Nordeste Ltda. As vendas de capacetes são majoritariamente para o mercado interno.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Armas

- 2015 foi marcado por uma importante recuperação nas vendas nos EUA, registrando incremento de 97,3% em relação a 2014, somando R$ 542,5 milhões. Este crescimento é bastante significativo, visto que, no período, o índice NICS (*National Instant Background Check System*), estatística do FBI, que permite apurar intenções de compras de armas nos EUA, cresceu apenas 8,8%, representando uma forte recuperação de *market share* da companhia. Além disso, o câmbio do período foi favorável às exportações

10.2 - Resultado operacional e financeiro

- No ano de 2016, as vendas de armas no mercado interno somaram R$ 93,1 milhões, queda de 6,9% em comparação à 2015. Esta queda foi resultado da estratégia da Companhia, principalmente nos primeiros meses do ano, de priorizar o atendimento ao mercado norte americano devido aos menores prazos de pagamento, dando preferência à geração de caixa, que foi um desafio constante durante todo o ano de 2016. O mesmo motivo impactou as vendas para outros países somaram R$ 37,1 milhões em 2016, um recuo de 11,5% frente ao acumulado de 2015. As vendas de armas nos EUA, em 2016, somam R$ 577,1 milhões, 6,4% acima do verificado em 2015. Apesar da priorização de atendimento à este mercado, o crescimento das vendas ficou limitado porque, na estratégia de direcionar os esforços para suportar o caixa, também priorizou-se a produção de armas de maior giro, que, consequentemente, possuem preços mais competitivos.

- Em 2017, a receita líquida consolidada da Companhia atingiu R$ 784,8 milhões, recuo de 5,5% em relação à 2016 e de 4,7% em comparação à 2015. Esta contração é originada, principalmente, no segmento de armas, tanto no mercado externo, com o movimento de normalização da demanda de armas no EUA com a eleição de Donald Trump, como no mercado interno, com os orçamentos governamentais mais restritos em 2017. As exportações da Companhia registraram 589,4 milhões em 2017, 4,7% menores do que os R$618,6 milhões registrados em 2016 e praticamente estável ao realizado em 2015. As vendas no mercado interno atingiram R$ 195,4 milhões, 7,7% inferiores ao contabilizado em 2016 e 16,4% menor do que o reportado em 2015. O destaque positivo da receita ficou por conta das exportações de armas para outros países, que registraram R$ 43,8 milhões em 2017, 18,1% superior ao registrado em 2016 e 4,5% acima do contabilizado em 2015. Importante para esse movimento foram os primeiros embarques da nova pistola Hammer para a Ásia, e do novo Fuzil T4 para o Oriente Médio no segundo semestre de 2017. Estes dois novos produtos terão contribuição importante tanto para o desenvolvimento de novos mercados.

Capacetes (Operação Descontinuada)

- redução na demanda por capacetes em 2014 quando comparada a 2013 e 2012; redução nos preços de venda visando aumento no volume, manutenção do market share e giro nos estoques; redução no preço médio dos capacetes também em

10.2 - Resultado operacional e financeiro

função do mix vendido; e aumento nos custos de mão-de-obra em função dos ajustes salariais acima da inflação aprovados nas unidades fabris.

- 2015 e 2016 foram anos desafiadores para o segmento de capacetes dado o momento adverso da economia brasileira, com elevações constantes nos índices de inflação e desemprego, além de projeções de crescimento negativo para o PIB doméstico. Em 2015 foi realizado um rebalanceamento de produção, quando se reduziu a produção na planta de Mandirituba/PR e aumentou-se a produção na planta de Simões Filho/BA com o objetivo de alcançar maior eficiência tributária.
- Em 2017, as vendas de capacetes apresentaram recuo de 10,8% em relação à 2016, totalizando R$ 89,6 milhões. Dado que este segmento possui forte correlação com o desempenho da economia, esse crescimento já é reflexo do período adverso vivido pela economia brasileira nos últimos anos. Contudo, já se foi possível verificar uma retomada das vendas deste segmento no quarto trimestre deste ano, dado melhora dos indicadores de desemprego, taxa de juros e PIB que ocorreram ao longo de 2017.

Outros

- descontinuidade da operação de forjaria para terceiros no final de 2013;
- mix de produtos vendidos em 2014 mais favorável à Companhia em relação a 2013 e 2012.
- Em 2015 e 2016, o segmento impactado negativamente pelos déficits orçamentários dos governos, o que reduziu o número de licitações nestes anos.
- Este segmento apresentou vendas líquidas de R$ 18,6 milhões, resultado 17,3% abaixo do apurado em 2016. Em janeiro/2018, as operações de plásticos foram descontinuadas.

Outros fatores geraram impactos relevantes no exercício de 2017 tais como:

- A eleição de Donald Trump provocou um processo de normalização de demanda nos EUA. A demanda de armas nos EUA, durante o governo Obama, apresentou patamares atipicamente mais elevados devido à temores de possíveis controles para

10.2 - Resultado operacional e financeiro

compras de armamento. Com Trump, esses temores esvaziaram-se, regularizando a demanda em patamares menores do que o verificado no governo anterior. Além disso, produtores e distribuidores, que estavam com estoques elevados, na expectativa de uma possível vitória de Hilary Clinton, passaram por um processo de redução de estoques, provocando uma maior competitividade e uma intensificação do ambiente promocional naquele país.

- Dessa forma, a Taurus precisou redimensionar-se em termos de nível de produção, estrutura de custos e mão de obra para adequar-se ao novo cenário norte-americano.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Em 2017, a receita líquida consolidada da Companhia atingiu R$ 784,8 milhões, recuo de 5,5% em relação à 2016 e de 4,7% em comparação à 2015. Esta contração é originada, principalmente, no segmento de armas, tanto no mercado externo, com o movimento de normalização da demanda de armas no EUA com a eleição de Donald Trump, como no mercado interno, com os orçamentos governamentais mais restritos em 2017. As exportações da Companhia registraram 589,4 milhões em 2017, 4,7% menores do que os R$618,6 milhões registrados em 2016 e praticamente estável ao realizado em 2015. As vendas no mercado interno atingiram R$ 195,4 milhões, 7,7% inferiores ao contabilizado em 2016 e 16,4% menor do que o reportado em 2015.

O destaque positivo da receita ficou por conta das exportações de armas para outros países, que registraram R$ 43,8 milhões em 2017, 18,1% superior ao registrado em 2016 e 4,5% acima do contabilizado em 2015. Importante para esse movimento foram os primeiros embarques da nova pistola Hammer para a Ásia, e do novo Fuzil T4 para o Oriente Médio no segundo semestre de 2017. Estes dois novos produtos terão contribuição importante tanto para o desenvolvimento de novos mercados.

O segmento de capacetes, apesar de ter apresentado uma importante recuperação no último trimestre de 2017, fechou o ano com retração de 10,8% em suas vendas, totalizando R$ 89,6 milhões. Na comparação com 2015, as vendas de capacetes em 2017 registraram contração de 18,9%.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Apesar da retração no mercado norte-americano, o segmento de armas ainda teve expansão em sua participação na receita líquida da Companhia, passando de 85% no ano de 2016, para 86% em 2017. Já o segmento de capacetes, que apesar da melhora de final de ano, apresentou retração em suas vendas em 2017, com redução em sua participação, de 12% para 11%, no mesmo período. O segmento de "outros", de menor proporção na receita, manteve sua participação estável em 2017 quando comparado a 2016.

I. Armas

Este segmento contempla armas curtas (revólveres e pistolas de uso de segurança pública, privada, uso restrito militar e civil), armas longas (rifles, carabinas e espingardas), além de submetralhadoras. As operações deste segmento são realizadas pela Forjas Taurus S.A. em São Leopoldo/RS e Taurus Holdings, Inc. nos Estados Unidos.

No mercado brasileiro, o destaque ficou por conta do crescimento da vendas individuais, que incluem policiais em geral, magistrados e CAC's (caçadores, atiradores e colecionadores) que adquirem uma arma para uso particular. Este crescimento compensou o decréscimo nas vendas governamentais, dado os orçamentos restritos dos organismos públicos nos últimos anos. Assim as vendas líquidas em 2017 de armas contabilizaram R$ 91,5 milhões, o que representa uma pequena queda de 1,7% em comparação apresentado em 2016.

Nos EUA, o ano de 2017 bastante competitivo, com as vendas da Companhia atingindo R$ 541,3 milhões, um recuo de 6,2% com relação à 2016. Este desempenho é impactado pela eleição de Donald Trump, que provocou um processo de normalização de demanda no país norte-americano. A demanda de armas nos EUA, durante o governo Obama, apresentou patamares atipicamente mais elevados devido à temores de possíveis controles para compras de armamento. Com Trump, esses temores esvaziaram-se, regularizando a demanda em patamares menores do que o verificado no governo anterior. Além disso, produtores e distribuidores, que estavam com estoques elevados, na expectativa de uma possível vitória de Hilary Clinton, passaram por um processo de redução de estoques, provocando uma maior competitividade e uma intensificação do ambiente promocional naquele país.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Este cenário de menor demanda é evidenciado na análise do indicador de mercado *Adjusted NICS* (*National Instant Background Check System*), o qual permite apurar intenções de compras de armas nos EUA. Em 2017 este indicador apresentou um recuo de 11% em comparação à 2016.

O destaque positivo ficou por conta das exportações para outros países, as quais registraram avanço de 18,1% em relação à 2016, contabilizando R$ 43,8 milhões. Vale destacar os embarques da Pistola Hammer e do Fuzil T4, que tiveram como destino Oriente Médio e Ásia. Estes dois novos produtos terão contribuição importante, em 2018, tanto para o desenvolvimento de novos mercados como para a recomposição das margens operacionais da Companhia.

Assim a receita líquida de armas registrou R$ 676,6 milhões, 4,3% abaixo do que o registrado em 2016, e 1,1% menor do que o reportado em 2015.

A margem bruta de armas, em 2017, registrou 12,4%, uma queda de 8,5p.p. em comparação à 2016. Esse desempenho é impactado pelo acirramento da competição nos EUA, que fez com que os níveis de preços naquele mercado fossem reduzidos ao longo do ano. Ainda, a menor demanda naquele mercado provocou uma readequação dos níveis de produção da Companhia, que apesar da agilidade em redimensionar-se, acabou por sofrer pressão em suas margens operacionais.

II. Capacetes (Operação Descontinuada)

O segmento de capacetes é o segundo maior da Companhia, com produção nas unidades da Taurus Blindagens Ltda., em Mandirituba/PR, e na unidade da Taurus Blindagens Nordeste Ltda., em Simões Filho/BA.

Em 2017, as vendas de capacetes apresentaram recuo de 10,8% em relação à 2016, totalizando R$ 89,6 milhões. Dado que este segmento possui forte correlação com o desempenho da economia, esse crescimento já é reflexo do período adverso vivido pela economia brasileira nos último anos. Contudo, já se foi possível verificar uma retomada das vendas deste segmento no quarto trimestre deste ano, dado melhora dos indicadores de desemprego, taxa de juros e PIB que ocorreram ao longo de 2017.

Comparando a evolução das vendas físicas de capacetes da Companhia com as vendas físicas de motocicletas no Brasil, verifica-se uma retração de 12,0% nas vendas físicas de capacetes da Companhia, em 2017, em relação à 2016, frente a uma queda de 14,7% nas vendas de motocicleta no período. Dessa forma, verifica-se uma recuperação de *market share* da Companhia no ano, movimento este que se percebe desde 2015.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

A margem bruta deste segmento ficou em 23,8%, em 2017, 6,2 p.p. abaixo dos 30,0% contabilizados em 2016.

III. Outros

Além de armas e capacetes, a Taurus também possui o segmento de peças metal-injetadas (M.I.M. - *Metal Injection Molding*). A operação de plásticos foi descontinuada pela Companhia em Janeiro/2018. Este segmento apresentou vendas líquidas de R$ 18,6 milhões, resultado 17,3% abaixo do apurado em 2016. Este segmento possui pouca representatividade na receita da Companhia e possui demandas pontuais.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

O impacto destas variáveis ocorre devido à exposição dos ativos e passivos da Companhia ao dólar, à inflação e à taxa de juros. A Companhia não possui instrumentos de hedge cambial, tampouco de hedge de juros. A Companhia possui hedge cambial natural visto que possui cerca de 86% de sua dívida em dólar, ao passo que possui cerca de 75% de suas receitas em moeda norte americana, além de possuir ativos na mesma moeda.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras.

a) introdução ou alienação de segmento operacional

A Forjas Taurus S.A. efetivou, no mês de janeiro de 2018, por meio de suas controladas Taurus Investimentos Imobiliários Ltda. e Taurus Plásticos Ltda., a venda de ativos, incluindo um imóvel e demais ativos imobilizados pelo valor total de R$ 8,6 Milhões, sendo que parte desse valor foi utilizado pela Forjas Taurus S.A. para amortização de dívidas bancárias. Esta operação de venda foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia e teve seu pagamento realizado em 19 de janeiro de 2018.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em junho de 2016 ocorreu o desinvestimento da participação minoritária que a Companhia possuía na Famastil pelo valor de R$ 5 milhões, conforme ata do Conselho de Administração de 02.06.2016.

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4. Os diretores devem opinar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis nos últimos 3 anos.

b) Efeitos significativos das alterações das práticas contábeis

Não aplicável.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases no parecer do auditor.

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Políticas contábeis críticas.

A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e os pronunciamentos do CPC requerem que a administração faça julgamentos, estimativas e tome decisões que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas sob variáveis, premissas ou condições diferentes.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos, avaliações ou estimativas referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis e as informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão discriminadas a seguir:

a. Ativos e passivos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferido são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. Os saldos registrados são originados, principalmente, de provisões temporárias diversas.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem.

O montante registrado passível de compensação refere-se ao valor de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativo e passivo ao qual a entidade tem o direito legal de compensação e foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

Os ativos fiscais diferidos reconhecidos sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportado por projeções de resultados tributáveis futuros, com base em estudos de viabilidade que consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e são revisados a cada final de exercício.

10.5 - Políticas contábeis críticas

b. Provisões

A Companhia registra uma provisão quando tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, em consequência de um evento passado, que seja provável haver desembolso para sua liquidação e na melhor estimativa de custos, mensurar esta obrigação.

b.1 – Provisão para contingências

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos e constitui provisão para os litígios baseado nas evidências disponíveis, na jurisprudência legal e também na opinião de seus assessores jurídicos.
As provisões são revisadas periodicamente e ajustadas levando em consideração as alterações das circunstâncias que levaram ao seu registro.

c. Teste de recuperabilidade de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada encerramento de exercício, no nível da unidade de negócios, para avaliar se existem indicativos de redução ao valor de recuperação. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado.
Os testes de recuperabilidade são baseados em projeções de expectativas de fluxo de caixas descontados que levam em consideração determinadas premissas tais como, custo de capital, taxa de crescimento, plano de investimentos e previsões econômico financeiras de longo prazo.
Uma perda de redução ao valor de recuperação será conhecida sempre que o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa exceder seu valor de recuperação. Perdas de redução ao valor de recuperação são reconhecidas no resultado do exercício.

d. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros derivativos.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, encerradas em 31 de dezembro de 2017.

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não houve outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, encerradas em 31 de dezembro de 2017.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.7. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não houve outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, encerradas em 31 de dezembro de 2017.

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

b) natureza e o propósito da operação

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

Perspectivas

Com relação ao segmento de armas, para 2018, no mercado norte-americano, principal mercado da Companhia, estima-se uma manutenção da demanda nos patamares regulares. Contudo, à medida que os novos produtos entrem em comercialização, Companhia passará a ter um incremento em sua receita nesse mercado, haja visto que estes fogem da guerra de preço dos produtos tradicionais, atingindo outro espaço no mercado. Assim, a entrada de novos produtos será importante para a recuperação da rentabilidade da Taurus, em especial nos EUA.

No Brasil, apesar das projeções econômicas para 2018 apontarem para uma melhora dos indicadores econômicos, os orçamentos dos governos ainda tendem a permanecer restritos, o que deve fazer com que as vendas governamentais de armas permaneçam estáveis. Contudo, é possível prever uma expansão das vendas individuais, as quais incluem policiais em geral, magistrados e CAC's (caçadores, atiradores e colecionadores) que adquirem uma arma para uso particular. Essa expansão sustenta-se no tanto colocação de novos produtos como na liberação do uso do calibre 9mm para policiais militares.

A melhora do cenário econômico doméstico, por outro lado deverá beneficiar o segmento de capacetes. Assim, em 2018, será possível perceber uma recuperação das vendas do segmento, bem como a recuperação de suas margens operacionais.

Do lado financeiro, o ingresso dos novos produtos, contribuindo para fluxos adicionais de caixa, aliados à renegociação da dívida bancária em andamento, bem como à renegociação dos vencidos com fornecedores já concluída, devem favorecer a gestão do caixa em 2018.

Dessa forma, 2018 será o ano o qual já será possível verificar a recuperação, de forma material, da rentabilidade da Companhia. Por fim, a Administração sublinha sua confiança no caminho que será percorrido em 2018, sob a regência de uma nova diretoria, totalmente renovada e credenciada para a condução dos negócios neste ano que se inicia.

Plano de Reestruturação para a Recuperação da Rentabilidade da Companhia:

Para o equacionamento econômico/financeiro da operação, a Companhia conta, além da possibilidade de desinvestimentos de ativos não "core", com um pesado plano de reestruturação dividido em 4 áreas: i) Renegociação da Dívida; ii) Eficiência Operacional, iii) Eficiência Comercial, e iv) Avaliação de Resultados. Segue abaixo a abertura de cada área:

10.8 - Plano de Negócios

I – Renegociação da Dívida:

A reestruturação da dívida será realizada através de uma renegociação direta e extrajudicial com os credores, compreendendo as seguintes atividades:

- Construção, análise e validação de projeções operacionais e financeiras;
- Elaboação de estratégias de negociação em diferentes cenários;
- Negociação com comitê o credores através de agendamento de reuniões e apresentações;
- Realização das devidas formalizações do processo (termsheets, taxas, contratos, sindicalização, etc);

II – Eficiência Operacional

De forma macro, haverá um reavaliação da Estrutura Organizacional da Companhia através da análise de atividades e processos, *Span of Control* e remuneração média. Para tanto, será feito:

- Realinhamento da estrutura com os objetivos estratégicos;
- Simplificação dos níveis hierárquicos para ganho de agilidade na tomada de decisão;
- Normalização das áreas para evitar conflitos e redundâncias;
- Revisão das responsabilidades e funções de cada posição;
- Definição clara das métricas;
- Remodelagem do relacionamento com as demais unidades da empresa;
- Reavaliação de terceirização de atividades “non-core”;
- Reavaliação dos níveis de serviço;
- Reavaliação da centralização de atividades;
- Eliminação de atividades que não agregam valor;
- Análises para ganhos de eficiência nos processos;
- Redução duradoura e inteligente dos custos;
- Desenvolvimento de um ambiente participativo e propício à mudanças;

De forma específica, o planejamento e a gestão operacional será segmentada conforme abaixo com seus respectivos planos de ação:

10.8 - Plano de Negócios

CPV – Custo do produto vendido:

- Analisar a evolução dos Custos Variáveis e GGF para identificação de principais desvios e oportunidades

Planejamento Mestre Operacional:

- Revisitar o modelo de S&OP;
- Aprimorar metodologia de previsão de demanda;
- Revisitar o processo e modelo lógico de planejamento de produção e inventário de estoques;

Eficácia da Gestão Operacional:

- Revisar métricas, metas e rotinas de apontamento de resultados dos indicadores chave dos processos
- Mapear pontos críticos de melhoria de cada processo e desenvolver/implementar as ações corretivas aplicáveis;

Perdas de Materiais (yield e refugo):

- Identificar pontos críticos de melhoria e implementar as ações corretivas aplicáveis.

Pesquisa e Desenvolvimento:

- Identificação das necessidades de Capex;
- Integração com todas as unidades industriais
- Cronograma de ações.

Ferramentas que serão usadas:

- Explosão de Ideias
- Análise de dados
- Simulações de cenários
- Análises de Causa/Efeito
- Matriz de Compensação

II – Eficiência Comercial

Para capturar maiores ganhos em eficiência na área comercial, será dado foco em 3 áreas conforme abaixo:

Análise de mercado

10.8 - Plano de Negócios

- Revisitar o modelo de pricing
- Mapeamento de canais de venda e análise das estratégias por canal;
- Analise de oportunidades para a redução da quantidades de *Layers* e aproximação do ponto de venda;

Portfolio de produtos

- Análise de performance das categorias de produtos
- Análise para racionalização de SKU's
- Definição de estratégias para itens de baixa margem
- Definição do posicionamento de cada categoria

Execução Comercial

- Avaliar o modelo de gestão de rotina de vendas
- Reavaliação e modelagem de um programa de remuneração variável da equipe de vendas
- Reestruturação do modelo de acompanhamento do atingimento de metas.

IV – Avaliação de Resultados

Essas iniciativas objetivam ajustar os processos chaves da Taurus de modo à incrementar a rentabilidade e competitividade da Companhia, tendo o ROIC como principal indicador a ser avaliado. Cabe destacar, como indicadores secundários, também serão avaliados: NOPAT, Capital Investido, EBIT e Capital de Giro.

Dessa forma, através da definição de papeis e responsabilidades, métricas de performance e uma cultura de disciplina na execução de planos de ação, a Companhia continua tomando ações objetivando uma maior eficiência operacional e financeira, visando atender a crescente demanda por seus produtos, a melhoria em suas margens, recuperação da rentabilidade e equilíbrio em seus fluxos de caixa

(a) investimentos, incluindo: i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

10.8 - Plano de Negócios

Os planos de negócios da Companhia são elaborados a partir de sondagens efetuadas nos mercados de atuação que servem de base para o planejamento de produtos, processos industriais, investimentos, projeções de rentabilidade, retorno de capital investido e fonte de suprimento de recursos.

Ressalta-se que por tratar-se de projeções e perspectivas de negócios, os mesmos envolvem riscos, incertezas e premissas, portanto dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. Fatos como condições econômicas gerais, condições da indústria e outros fatores operacionais, podem afetar os montantes previstos de alocação em ativos fixos e capital de giro.

A Companhia efetua o controle através de cronogramas e orçamento anual, revisados periodicamente.

Para 2018, estão revistos R$ 26,3 milhões em investimentos, conforme descrição abaixo:

CAPEX

Forjas Taurus			**Fonte dos Recursos**
Pesquisa e desenvolvimento de produtos	R$	9.288.467,89	Próprios
Modernização e ampliação da capacidade	R$	2.301.976,71	Próprios
Tecnologia da informação	R$	123.996,71	Próprios
Segurança do Trabalho e Meio Ambiente	R$	1.056.153,63	Próprios
Outros	R$	7.860,01	Próprios
SUB-TOTAL	R$	12.778.454,95	

Polimetal			
Modernização e ampliação da capacidade	R$	3.652.026,41	Próprios
Tecnologia da informação	R$	20.800,00	Próprios
Segurança do Trabalho e Meio Ambiente	R$	184.969,41	Próprios
Outros	R$	6.000,00	Próprios
SUB-TOTAL	R$	3.863.795,82	

Taurus Blindagens			
Pesquisa e desenvolvimento de produtos	R$	800.000,00	Próprios
Modernização e ampliação da capacidade	R$	510.000,00	Próprios
Tecnologia da informação	R$	276.500,00	Próprios
Outros	R$	24.000,00	Próprios
SUB-TOTAL	R$	1.610.500,00	

Taurus USA			
Pesquisa e desenvolvimento de produtos	R$	5.350.275,00	Próprios
Modernização e ampliação da capacidade	R$	2.075.850,00	Próprios
Tecnologia da informação	R$	472.500,00	Próprios
Outros	R$	157.500,00	Próprios
SUB-TOTAL	R$	8.056.125,00	

Consolidado Taurus			
Pesquisa e desenvolvimento de produtos	R$	15.438.742,89	Próprios
Modernização e ampliação da capacidade	R$	8.539.853,12	Próprios
Tecnologia da informação	R$	893.796,71	Próprios
Segurança do Trabalho e Meio Ambiente	R$	1.241.123,04	Próprios
Outros	R$	195.360,01	Próprios
TOTAL	R$	26.308.875,77	

10.8 - Plano de Negócios

iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos;

Em junho de 2016 ocorreu o desinvestimento da participação minoritária que a Companhia possuía na Famastil pelo valo de R$ 5 milhões, conforme ata do Conselho de Administração de 02.06.2016.

(b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia;

Não foram realizadas aquisições nos últimos 3 exercícios**.**

(c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

A Companhia lança anualmente inúmeros produtos ou modelos inovadores, especialmente nas feiras internacionais de defesa e segurança. A maior e mais conhecida é o Shot Show em janeiro de cada ano, realizada em Las Vegas nos EUA e a IWA realizada em Nuremberg, na Alemanha, todo o ano em março. Há feiras de segurança e defesa também em Paris e diversas de pequeno porte em cidades do interior dos EUA.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Outros fatores com influência relevante.

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Em 2015, 2016 e 2017 a Companhia já havia optado por não fornecer estimativas de receita e de EBITDA. Em linha com as decisões anteriores, a nova Administração optou novamente por não prover estimativas de resultados para 2018 até as ferramentas de gestão que permitam maior precisão para a divulgação de *guidance*.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Não aplicável, visto que, conforme o item 11.1, a Companhia optou por não fornecer estimativas de receita e de EBITDA para 2018.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Apresentamos as seções abaixo de acordo com o Estatuto Social da Companhia, conforme alteração em 28-04-2017. A administração da Companhia é exercida por um Conselho de Administração, com funções deliberativas, e por uma Diretoria, com funções representativas e executivas.

Conselho de Administração

De acordo com o Estatuto Social, o Conselho de Administração é composto de 5 (cinco) membros, eleitos pelo prazo de 2 (dois) anos, admitida a reeleição. O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, indicados por maioria dentre os Conselheiros eleitos.

O Presidente do Conselho será substituído pelo Vice-Presidente, nos casos de impedimento temporário. Vagando o cargo de Presidente do Conselho, competirá à Assembleia Geral eleger um substituto para completar o mandato do Presidente o qual, até a realização dessa Assembleia, será substituído pelo Vice-Presidente. Vagando qualquer outro cargo no Conselho de Administração, inclusive o de Vice-Presidente, os Conselheiros remanescentes designarão um substituto que irá servir até a primeira Assembleia Geral. Vagando a maioria dos cargos, convocar-se-á de imediato a Assembleia Geral para proceder-se a eleição de novos membros, os quais completarão o mandato dos substituídos.

As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos Conselheiros presentes, devendo sempre constar de atas lavradas em livro próprio. As atas que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros deverão ser arquivadas no registro do comércio e posteriormente publicadas.

Diretoria

A Diretoria será composta de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 8 (oito) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, pelo prazo de 2 (dois) anos, acionistas ou não, residentes no país, admitida a reeleição. Dentre eles serão eleitos: 1 (um) Diretor Presidente; até 3 (três) Diretores Vice-Presidentes; até 3 (três) Diretores sem designação especial e 1 (um) Diretor de Relações com Investidores em todos os casos atendidos os requisitos estabelecidos na legislação aplicável e no Estatuto Social da Companhia.

Em caso de ausência temporária de qualquer Diretor, caberá ao Conselho de Administração designar, dentre os demais Diretores, um substituto provisório. Na hipótese de ocorrência de vaga definitiva na Diretoria, o Conselho de Administração designará um substituto definitivo para completar o mandato do substituído.

A Diretoria reunir-se-á por convocação de qualquer Diretor, instalando-se validamente com presença da maioria de seus membros. A Diretoria deliberará por maioria de votos dos presentes, devendo suas decisões constarem sempre de atas circunstanciadas, lavradas no livro próprio. Os Diretores poderão praticar, isoladamente, apenas os atos de mera rotina e de correspondência não obrigacional da companhia.

Os Diretores poderão praticar, isoladamente, apenas os atos de mera rotina e de correspondência não obrigacional da Companhia.

Dependerá sempre da assinatura do Diretor Presidente ou de um Diretor Vice-Presidente, juntamente com outro Diretor ou Procurador, a prática dos seguintes atos:

l. a alienação de bens do ativo permanente e a constituição ou cessão de direitos reais de garantia sobre tais bens, observado o disposto no Artigo 27 deste Estatuto Social;

ll. a prestação de garantias a obrigações de terceiros, observado o disposto no Artigo 27 deste Estatuto Social; e

lll. a nomeação de procuradores, que deverá ser feita com precisa indicação dos atos e operações que poderão ser praticados assim como do prazo de duração do mandato, ressalvadas as procurações para fins judiciais que terão prazo indeterminado.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Dependerá sempre da assinatura de dois Diretores ou de um Diretor em conjunto com um Procurador ou, ainda, de dois Procuradores em conjunto, a prática de atos que envolvam responsabilidade para a Companhia e que não estejam previstos no Parágrafo 2º supra, tais como:

l. a assinatura de contratos, termos de responsabilidade, títulos de crédito e emissão de cheques; e

ll. a concessão de avais ou fianças em nome da Companhia, observado o disposto no Artigo 27 deste Estatuto Social.

Qualquer Diretor ou Procurador poderá agir isoladamente nos seguintes casos:

l. a emissão de duplicatas e seu respectivo endosso para cobrança ou desconto bancário; e

ll. endosso de cheques para depósito em contas bancárias da Companhia.

Dois Diretores poderão autorizar um Diretor ou Procurador a agir individualmente, desde que para fim específico e por tempo determinado.

Compete à Diretoria a prática de todos os atos necessários ao funcionamento da Companhia, exceto os que, por lei ou por este Estatuto, sejam atribuição de outros órgãos.

Compete à Diretoria, além de outras funções previstas em lei ou neste Estatuto Social, submeter anualmente à apreciação do Conselho de Administração o relatório da Administração, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras, acompanhados dos pareceres do Conselho Fiscal, dos auditores independentes e do Comitê de Auditoria e Riscos, bem como da proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior.

Conselho Fiscal

A Companhia terá um Conselho Fiscal cujo funcionamento será permanente. A Assembleia Geral elegerá e empossará os seus membros, fixando-lhes a respectiva remuneração, a qual não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão seus cargos até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo ser reeleitos.

O Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no País. Na constituição do Conselho Fiscal deverão ser observadas as normas constantes do § 4º do Artigo 161 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Membros do Conselho de Administração e atribuições:

Membros do Conselho eleitos na AGO de 28/04/2017:

Jorio Dauster
Sérgio Laurimar Fioravanti
Magno Neves Fonseca
Bernardo Simões Birmann*
Armenio de Oliveira dos Santos*
*membros substitutos eleitos na Reunião de Conselho de Administração de 25/01/2018.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Compete ao Presidente do Conselho convocar e presidir reuniões do Conselho de Administração, as quais se instalarão e funcionarão, validamente, com a presença da maioria de seus membros.

Compete ao Vice Presidente do Conselho, na ausência do Presidente do Conselho, convocar e presidir reuniões do Conselho de Administração, as quais se instalarão e funcionarão, validamente, com a presença da maioria de seus membros.

Compete ao Conselho de Administração:

a) fixar a orientação geral dos negócios da companhia;

b) eleger e destituir os Diretores da companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o disposto neste Estatuto;

c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;

d) convocar anualmente a Assembleia Geral Ordinária, e a Extraordinária quando julgar conveniente;

e) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;

f) deliberar sobre as emissões de ações, dentro do limite do capital autorizado, estabelecendo as condições a que estiverem sujeitas;

g) escolher e destituir os auditores independentes, observado o direito de veto assegurado pela lei aos conselheiros eleitos pelos acionistas minoritários e preferencialistas, se houver;

h) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da companhia, para cancelamento, permanência em tesouraria ou posterior alienação;

i) deliberar sobre a emissão de notas promissórias, para distribuição pública, estabelecendo as condições a que estiverem sujeitas; e

j) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, e sem garantia real.

Membros da Diretoria e atribuições:

Diretor Presidente:

Fazer executar a política administrativa da companhia, coordenar as atividades dos demais Diretores e presidir as reuniões da Diretoria.

Diretor Vice-Presidente:

Substituir o Diretor Presidente em seus impedimentos temporários e supervisionar os setores econômico-financeiro, de mercado de capitais, administrativo, contábil, de processamento de dados, industrial e de produção, conforme a divisão de atribuições definida pelo Conselho de Administração.

Diretor de Relações com Investidores:

Prestar informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários e às bolsas de valores e mercados de balcão organizado em que a Companhia estiver registrada, e manter atualizado o registro de companhia aberta da Companhia, cumprindo toda a legislação e regulamentação aplicáveis às companhias abertas; e

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Diretores sem Designação Especial:

Desempenhar as atribuições que lhes forem confiadas pelo Conselho de Administração.

Membros do Conselho Fiscal eleitos AGO de 30/04/2018 e suas atribuições:

Conselheiros efetivos:
Amoreti Franco Gibbon
Haroldo Zago
Mauro César Medeiros de Mello

Conselheiros suplentes:
Edson Pereira Ribeiro
Heldo Jorge dos Santos Pereira Junior
Nildo Teixeira Freire

As atribuições e poderes do Conselho Fiscal são os definidos em Lei, não podendo ser outorgados a outro órgão da Companhia.

Durante o período de funcionamento do Conselho Fiscal, ao menos um de seus membros deverá comparecer às assembleias gerais e responder aos pedidos de informações formulados pelos acionistas.

Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração, dos Comitês e da Diretoria

O mecanismo de avaliação dos membros da Diretoria está alinhado com as estratégias da Companhia e com os indicadores e metas de desempenho orçamentário. Anualmente, são definidas metas específicas a cada executivo. No final do ano é feita uma avaliação do atendimento das metas individuais e da Companhia. Inexiste processo formal de avaliação de desempenho dos membros do Conselho Fiscal.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

(a) Prazos de convocação

As Assembleias Gerais da Companhia são convocadas com, no mínimo, 15 dias corridos de antecedência em primeira convocação e com oito dias corridos de antecedência no caso de segunda convocação, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

(b) Competências

As Assembleias Gerais Ordinárias deverão ocorrer em até 120 dias contados do fim do exercício fiscal anterior. Nessas Assembleias, deverão ser deliberadas e aprovadas as demonstrações contábeis, bem como a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos relativos ao exercício social imediatamente anterior, além da eleição de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

As Assembleias Gerais Extraordinárias podem ser realizadas concomitantemente com Assembleias Gerais Ordinárias e a qualquer tempo ao longo do ano.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e sem prejuízo de outras matérias de sua competência, compete aos acionistas decidirem, exclusivamente em Assembleias gerais, as seguintes matérias:

- reforma do Estatuto Social;
- eleição ou destituição, a qualquer tempo, dos administradores e conselheiros fiscais, exceto conforme estabelecido no artigo 142, inciso II, da Lei de Sociedade por Ações;
- fixação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e Diretoria da Companhia, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- aprovação de planos de outorga de opção de compra de ações aos administradores e empregados da Companhia e a pessoas naturais que a ela prestem serviços, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;
- apreciação anual das contas dos administradores da Companhia e deliberação sobre as demonstrações contábeis por eles apresentadas;
- destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio, com base nas demonstrações contábeis anuais, de acordo com proposta apresentada pela administração;
- distribuição de dividendos que excedam o dividendo obrigatório estabelecido ou pagamento de juros sobre o capital próprio com base em balanços semestrais, trimestrais ou mensais, de acordo com proposta apresentada pela administração;
- autorização para a emissão de debêntures, ressalvada a hipótese descrita no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações;
- aumento ou redução do capital social, bem como qualquer decisão que envolva a recompra, o resgate ou a amortização de ações;
- suspensão do exercício dos direitos dos acionistas que deixarem de cumprir obrigação imposta por lei ou pelo Estatuto Social;
- avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social da Companhia;
- avaliação da transformação, da fusão, da incorporação, da cisão, da dissolução ou da liquidação da Companhia;
- atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- eleição e destituição dos liquidantes da Companhia, bem como a revisão de seus relatórios e os do Conselho Fiscal que esteja atuando durante o processo de liquidação;

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

- autorização aos administradores para confessar falência e iniciar procedimentos de recuperação judicial ou extrajudicial;
- deliberação sobre a saída do Novo Mercado e cancelamento do registro de companhia aberta; e
- contratação de empresa especializada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, administradores e acionista controlador, para a elaboração de laudo de avaliação de suas ações, em caso de cancelamento de registro como companhia aberta.

(c) Endereços (físico e eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos às Assembleias Gerais estarão disponíveis em nossa sede social na Av. São Borja, 2181 – CEP: 93.032-000 – São Leopoldo/RS e no site http://www.taurusri.com.br/.

(d) Identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico de identificação de conflitos de interesse, aplicando-se a estes pontos, as regras constantes da legislação societária vigente, na qual o acionista que tiver interesse conflitante com a matéria colocada em pauta na ordem do dia não poderá proferir o seu voto. Os conflitos de interesse são identificados nos termos da Lei das Sociedades por Ações e administrados pelo Presidente do Conselho de Administração. Adicionalmente, com a adesão ao Nível 2 de Práticas de Governança Corporativa, as ações preferenciais adquirirão direito de voto para deliberar sobre aprovação da celebração de contratos entre a companhia e seu acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o acionista controlador tenha interesse, nos termos do inciso II do parágrafo 4º do artigo 5º do estatuto social aprovado na Assembleia geral realizada em 22-12-2015.

(e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

É conferido aos acionistas da Companhia a possibilidade de se fazerem representar nas Assembleias de Acionistas por meio de procurações físicas, nos termos da Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009.

(f) Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Os acionistas devem encaminhar a Companhia procuração física com antecedência de 72 horas à realização do evento, juntamente com o comprovante da respectiva participação acionária, sendo esta expedida com antecedência não superior a 4 (quatro) dias contados da realização da Assembleia.

Não serão exigidos reconhecimento de firma, notorização ou consularização. A Companhia não aceita procurações outorgadas por meio eletrônico.

Acionistas domiciliados no exterior deverão apresentar documentos originais acompanhados de tradução juramentada.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

(g) Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

Para o exercício do voto à distância, por meio de envio diretamente à Companhia, o acionista deverá observar os prazos estabelecidos no Art. 21-B da instrução CVM 481/2009, devendo, o boletim de voto à distância ser recebido em até 7 (sete) dias antes da assembleia. Os boletins recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados pela Companhia.

A Companhia, por sua vez, conforme disposto no Art. 21-U da instrução CVM 481/2009, comunicará ao acionista, em até 3 (três) dias do recebimento do boletim de voto à distância, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido.

Não serão exigidos reconhecimento de firma, notorização ou consularização. Acionistas domiciliados no exterior deverão apresentar documentos originais acompanhados de tradução juramentada.

(h) Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

O sistema eletrônico para recebimento de voto à distância será disponibilizado pelo agente escriturador da Companhia conforme a instrução CVM 561/2015.

(i) Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

O acionista que optar por incluir propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância deverá encaminhá-las aos cuidados do departamento de Relações com Investidores, para endereço da Companhia Av. São Borja, 2181 – CEP: 93.032-000 – São Leopoldo/RS ou pelo e-mail ri@taurus.com.br.

(j) se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias gerais.

(k) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não há outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância.

A Companhia mantém uma área de relações com investidores dedicada ao esclarecimento de dúvidas dos seus acionistas e mercado em geral. O contato pode ser feito pelo e-mail ri@taurus.com.br ou pelo telefone (51) 30213079.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(a) Frequência das reuniões

Em 2017, o Conselho de administração se reuniu 9 vezes, sendo 4 vezes de caráter ordinário e 5 vezes de caráter extraordinário.

(b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Na data deste Formulário de Referência, não há acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do nosso conselho de administração.

(c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não faz uso de mecanismo específico de identificação de conflitos de interesses, diante do que vigoram, exclusivamente, as hipóteses legais para tanto. Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia está proibido de votar em qualquer assembléia ou reunião do Conselho de Administração, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia. Uma vez identificados, os conflitos de interesses são administrados pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Com a adesão da Companhia ao Nível 2 de Práticas de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA e nos termos do artigo 53 do Estatuto Social da Companhia aprovado na AGE realizada em 22 de dezembro de 2015, com alteração do artigo 5º na AGO de 28 de abril de 2017, a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa, no Regulamento do Nível 2, no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA, no próprio Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, nas disposições da Lei das S.A., nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, no Regulamento de Aplicação Sanções Pecuniárias no Nível 2, nos regulamentos da BM&FBOVESPA e nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, nos termos de seu Regulamento de Arbitragem.

Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência por qualquer das partes do procedimento arbitral ao Poder Judiciário, quando aplicável, deverá obedecer às previsões do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, notadamente o disposto no item 5.1 e respectivos subitens.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Eduardo Minghelli	08/05/1971	Pertence apenas à Diretoria	28/12/2017	Até AGO de 2019	0
634.093.640-72	Engenheiro	19 - Outros Diretores	28/12/2017	Não	0.00%
		Diretor sem designação especial			
Ricardo Machado	07/07/1980	Pertence apenas à Diretoria	28/12/2017	Até a AGO de 2019	0
029.931.379-48	Engenheiro Mecânico	19 - Outros Diretores	28/12/2017	Não	0.00%
		Diretor sem designação especial			
Salésio Nuhs	22/05/1960	Pertence apenas à Diretoria	28/12/2017	Até AGO 2019	0
437.953.159-72	Industriário	10 - Diretor Presidente / Superintendente	28/12/2017	Não	0.00%
Sergio Castilho Sgrillo Filho	04/11/1977	Pertence apenas à Diretoria	02/04/2018	Até a AGO de 2019	1
904.896.160-20	Administrador	19 - Outros Diretores	02/04/2018	Não	0.00%
		Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor de Relações com Investidores			
Armenio de Oliveira dos Santos	27/02/1970	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/01/2018	Até AGO 2019	0
564.269.920-20	Advogado	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	25/01/2018	Não	0.00%
Membro do Comitê de Ética					
Sérgio Laurimar Fioravanti	28/02/1962	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2017	Até a AGO de 2019	0
363.631.380-00	Contador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	02/05/2017	Sim	0.00%
Presidente do Comitê de Auditoria e Risco					
Jorio Dauster Magalhães e Silva	19/11/1937	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2017	Até a AGO de 2019	3
334.357.077-04	Diplomata	24 - Presidente do Conselho de Administração Independente	02/05/2017	Sim	0.00%
Membro Independente do CA					
Magno Neves Fonseca	15/09/1965	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2017	Até a AGO de 2019	0
857.205.187-20	Contador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	02/05/2017	Sim	0.00%
Membro do Comitê de Auditoria e Risco					
Bernardo Simões Birmann	10/05/1984	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/01/2018	Até a AGO 2019	0
099.054.297-19	Empresário	21 - Vice Presidente Cons. de Administração		Não	0.00%

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Membro do Comitê de Auditoria e Riscos					
Amoreti Franco Gibbon	16/12/1947	Conselho Fiscal	30/04/2018	Até AGO de 2019	0
070.645.780-34	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		Sim	0.00%
Heldo Jorge dos Santos Pereira Junior	01/01/1968	Conselho Fiscal	30/04/2018	Até AGO de 2019	0
391.017.545-72	Advogado	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		Sim	0.00%
Haroldo Zago	10/10/1945	Conselho Fiscal	30/04/2018	Até AGO de 2019	0
206.982.758-53	Administrador	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador		Sim	0.00%
Nildo Teixeira Freire	13/11/1951	Conselho Fiscal	30/04/2018	Até AGO de 2019	0
324.026.787-04	Contador	47 - C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas		Não	0.00%
Mauro César Medeiros de Mello	22/02/1949	Conselho Fiscal	30/04/2018	Até AGO de 2019	0
097.687.857-72	Economista	44 - C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas		Não	0.00%
Edson Pereira Ribeiro	07/02/1957	Conselho Fiscal	30/04/2018	Até AGO de 2019	0
406.568.027-15	Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		Sim	0.00%

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Eduardo Minghelli - 634.093.640-72

MBA em Gestão Empresarial pela FGV (2008), Especialização em Qualidade Total pela Fundação Cristiano Ottoni(MG), Graduação em Engenharia Mecânica pela PUC-RS (2006); 28 anos de experiência em industrias de porte no segmento de armas(ROSSI E TAURUS), exercendo funções executivas nas áreas industrial, qualidade, marketing, exportação e vendas.
O Sr. Eduardo Minghelli declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Ricardo Machado - 029.931.379-48

MBA em Gestão Empresarial pela FGV (2009). Mestre em Ciência e Engenharia de Materiais pela UFSC (2007). Engenheiro Mecânico pela UFSC (2003). 15 anos de experiência na área de manufatura, nos mais diversos processos de transformação metal mecânica. Diretor Industrial, de Planejamento e Compras na Forjas Taurus (2013/Atual) – empresa especializada no ramo de defesa. Gerente de Operações na Steelinject (2003/2012) – empresa especializada na produção de componentes pelo processo MIM. Professor de graduação na área de materiais e engenharia mecânica na UCS (2008/2011).
O Sr. Ricardo Machado declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Salésio Nuhs - 437.953.159-72

Cursou Ciências Contábeis na FURB em Blumenau - SC e na Unisinos em São Leopoldo - RS, trabalhou por 14 anos na área comercial de uma grande empresa de varejo, ingressou em 1990 na CBC – Companhia Brasileira de Cartuchos, fabricante brasileira de munições com presença global, como Gerente Comercial atuando nas áreas de Marketing, Vendas e Produtos no mercado interno, assumindo em 1997 a Diretoria Comercial.
Em 2010 agregou à Diretoria Comercial as funções de Relações Institucionais com grande destaque no executivo e legislativo. Neste período assumiu também a Presidência da ANIAM - Associação Nacional da Indústria de Armas e Munições.
O Sr. Salésio Nuhs, eleito como Diretor Vice-Presidente de Vendas e Marketing, declarou, para todos os fins de direito, que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Sergio Castilho Sgrillo Filho - 904.896.160-20

Administrador de empresas, possui experiência de mais de 20 anos na área de finanças, tendo atuado em grandes empresas tais como: Sodexo do Brasil, Brookfield e Stihl Ferramentas Motorizadas. Desde 2016 ocupava o cargo de gerente financeiro na Taurus, tendo conduzido as negociações de reestruturação da dívida da Companhia nos últimos dois anos.
O Sr. Sergio Castilho Sgrillo Filho declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Armenio de Oliveira dos Santos - 564.269.920-20

Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS (1999), Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS (2008) e Pós-Graduado em Filosofia pela Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias - FAC. Advogado, exerceu, dentre outros, o cargo de Secretário de Estado da Habitação e Desenvolvimento Urbano do Estado do Rio Grande do Sul (2006) e Superintendente-Geral da Assembleia Legislativa do RS (2008). Tem experiência na área do Direito como Advogado, Consultor, Parecerista e Docente, com ênfase em Direito Público, atuando principalmente nas áreas de Direito Constitucional, Administrativo, Orçamentário, Eleitoral e Tributário. Atualmente é sócio do Escritório de Advocacia Homrich Portinho & Associados - Advocacia Pública e Empresarial S.S. (www.homrichportinho.com.br) e integrante da Comissão de Estudos Constitucionais da OAB/RS. O Sr. Armenio de Oliveira dos Santos declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Sérgio Laurimar Fioravanti - 363.631.380-00

Contador, Auditor e Consultor; Especializado em Finanças Empresariais;
28 anos de experiência profissional em auditoria interna externa, sempre entre as 10 maiores do Brasil;
18 anos de experiência acadêmica; Sócio da empresa de Auditoria e Consultoria Baker Tilly do Brasil SS;
Sócio de Auditoria responsável por empresas de capital Aberto e outras empresas, como Tintas Killing, Motrisa, IMEC, Docile, Motormac, Panambra, TMSA, Terramar - holding da Évora, Farmácias São João, Recrusul, Charrua distribuidora de combustíveis, Coopersinos e Elo sistemas;
Conselheiro Fiscal Suplente da empresa Tupy S.A, por indicação do BNDESPAR (renovação de indicação pelo quarto ano);
Conselheiro fiscal em empresas de diversos segmentos como Ritter Alimentos S.A; Everest hotéis S.A e Azevedo Bento S.A;
Professor de graduação e de pós-graduação (MBA- Especialização), atuando nos cursos de Contabilidade, Controladoria e Finanças, Gestão de tributos e Auditoria e Perícia nas seguintes universidades: PUC do Rio Grande do Sul, Unirriter, FACCAT, São Judas e IPA, em especial com disciplinas de I.F.R.S e Gestão de Riscos Corporativos;
O Sr. Sérgio Laurimar Fioravanti, eleito como Conselheiro de Administração, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Jorio Dauster Magalhães e Silva - 334.357.077-04

Currículo formado pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB); Instituto Rio Branco; Curso de Economia Cafeeira pela IBC e Curso de Economia, em Nível de Mestrado, pela Universidade McGill, Montreal, Canadá.
1965-1968 – Consulado Geral em Montreal, Terceiro Secretário
1968-1972 – Embaixada em Praga, Segundo Secretário
1979-1985 – Embaixada em Londres, Conselheiro e Ministro
1991-1998 – Missão junto à União Européia, Bruxelas, Embaixador
1965 – Gabinete Civil da Presidência da República
1972-1974 – Secretaria de Informações e Transferência de Tecnologia do Instituto Nacional de Propriedade Industrial, MIC
1973-1974 – Coordenador do Projeto de Modernização do Sistema Brasileiro de Patentes, INPI/PNUD/OMP
1974-1979 – Divisão de Produtos de Base do MRE
1987-1990 – Presidente do Instituto Brasileiro do Café
1990-1991 – Embaixador Extraordinário para a Negociação da Dívida Externa
1999-2001 – Presidente Executivo da Companhia Vale do Rio Doce
2000-2001 – Presidente do Comitê de Cooperação Empresarial da Fundação Getúlio Vargas
2001-2003 - Sócio e Diretor do Grupo Invixx
2003-2007 - Membro, Conselho Consultivo do Synergy Group
2004 – 2007 - Diretor, Conselho de Administração da Rubiales Holdings Limited
2005 – 2009 - Presidente do Conselho de Administração da Brasil Ecodiesel
2003 - 2006 - Presidente do Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IEPES)
2003 - Membro da Academia Nacional de Agricultura
2003-2005 - Coordenador, Câmara de Articulação Estratégica da Federação de Comércio do Estado do Rio de Janeiro
2006 – 2008 - Coordenador dos Conselhos de Negócios da Associação Comercial do Rio de janeiro
2006 -2009 - Membro do Comitê Executivo do Fundo Mundial de Diversidade de Cultivos (Roma, Itália)
2008-2010 – Membro do Conselho de Administração da Ferrous Resources Limited
2010-2012 – Membro do Conselho de Administração da GDK Engenharia S/A.
2009-Presente – Presidente do Conselho de Administração da Goldsea Participações S/A.
Atual Presidente do Conselho de Administração da Forjas Taurus S.A. O Sr. Jorio Dauster Magalhães e Silva, eleito como Conselheiro de Administração Independente, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Magno Neves Fonseca - 857.205.187-20

MBA em Finanças Corporativas pela IBMEC-RJ (2008). Graduado em Ciências Contábeis pela Somley (1988). CEO na MNF Serviços Administrativos e Financeiros (2007/Atual) – Empresa especializada em gestão financeira e administração. Foi Gestor de Recursos na Adipar Participações – (2010/2014) – Empresa especializada em gestão de recursos. Foi Agente Autônomo de Investimentos na ICAP Brasil – (2009/2010) – Maior corretora de valores do mundo presente em mais de 30 países. O Sr. Magno Neves Fonseca, eleito como Conselheiro de Administração, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Bernardo Simões Birmann - 099.054.297-19

Amoreti Franco Gibbon - 070.645.780-34

Desde 2011 Lupatech S.A.: Ocupa o cargo de Conselheiro Fiscal com mandato até o dia 30 de Abril de 2012. Sua principal atividade é fiscalizar os atos da administração da companhia, que fabrica de equipamentos e provém serviços para o setor de Petróleo e Gás, sendo a mesma não integrante do Grupo Taurus.
Desde 2011 Forjas Taurus S.A.: Ocupa o cargo de Conselheiro Fiscal, exercendo funções de caráter fiscalizador na empresa Taurus, atuante nos setores de Defesa e Segurança, bem como dos setores de Metalurgia e Plásticos, sendo esta vinculada ao Grupo Taurus.
Desde 2011 Lupatech S.A.:Conselheiro Fiscal
O Sr. Amoretti Franco Gibbon, eleito como Conselheiro Fiscal Efetivo, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Heldo Jorge dos Santos Pereira Junior - 391.017.545-72

Administração de Empresas – Faculdades Católica de Salvador – 1990
Direito – Faculdade Candido Mendes Centro (RJ) – 2007
Pós-Graduado em Direito Tributário – Universidade Candido Mendes Ribeiro Centro (RJ) – 2009
Desde Ago/07, sócio responsável pela área de consultoria tributária e empresarial para o escritório Pereira & Maron Advogados Associados (escritório jurídico com especialização em direito tributário e empresarial)
.

Haroldo Zago - 206.982.758-53

Formado em Administração em 1976 pela Faculdade Capital (SP).
A sua principal atividade dos últimos 5 anos foi como sócio-diretor na Engecer Ltda., localizada em São Carlos-SP.
Já atual nos Conselhos Fiscais de outras companhias como por exemplo: Companhia Brasileira de Cartuchos e BrasilPrev.
O Sr. Haroldo Zago, eleito como Conselheiro Fiscal Efetivo, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nildo Teixeira Freire - 324.026.787-04

Formado em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pela Asa (USA) em Business Valuation.
Experiência profissional: Arthur Andersen – início em 1975 onde exerceu a função de Sócio-Diretor de Consultoria Fiscal-Financeira. A partir de 2002, sócio encarregado da Divisão de Consultoria Fiscal-Financeira da Deloitte Touche Tohmatsu, até 2010.

Mauro César Medeiros de Mello - 097.687.857-72

Bacharel em Ciências Econômicas – UFRJ (1973).
Diretor Financeiro do Sindicato das Corretoras e DTVM do Rio de Janeiro – 1999/2008
Membro do Conselho do Clube Americano do RJ – 2002/2003
Presidente do Clube Americano do RJ – 2004/2005
Diretor da ANDIMA (2002/2005)
Membro do Comitê do SINACOR/BOVESPA – 2003
Membro do Comitê do Tesouro Direto/ BOVESPA – 2004
Conselheiro Efetivo da ANCOR – 2006/2009
Rio de Janeiro Investimentos: Diretor Acionista – Junho/2009 até a presente data.
Consultoria Internacional: Consultor - outubro 2007 até a presente data. Implantação em Angola da CMC-Comissão do Mercado de Capitais e da BVDA-Bolsa de Valores e Derivativos de Angola.
Geração Futuro Corretora de Valores : Diretor Acionista - 2002 até outubro 2007.
O Sr. Mauro César Medeiros de Mello, eleito como Conselheiro Fiscal Efetivo, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Edson Pereira Ribeiro - 406.568.027-15

Contador, formado pela Faculdade Celso Lisboa (RJ), com cursos de especialização na área de Auditoria, Controladoria, Gestão de qualidade, Análise Estruturada e Planejamento Estratégico. Experiência como empresário no ramo de locação de veículos com foco em clientes pessoa-física, com vivência em processo de atendimento a clientes e gerência administrativo-financeira. Ampla vivência na condução de equipes em projetos de gestão de contabilidade, Auditoria e Controladoria. 35 anos em atividades executivas liderando projetos de reestruturação de negócios, Join Ventures, Incorporações e Fusões. Profunda experiência no planejamento e desenvolvimento de estudos de viabilidade econômica, planejamento societário e fiscal. Negociação e elaboração de contratos com fornecedores.
Desde 2006 atua como Diretor na Aurizônia Petróleo S.A/Quantra Petróleo S.A./Potióleo S.A., respondendo pela implantação e gerenciamento dos controles internos e de gestão de caixa, plena gestão administrativa- financeira do negócio. (Planejamento e Gestão do caixa, Pessoal, Sistemas, RH, Relacionamento Comercial, Licitações e regulamento fiscal voltado na área de Petróleo.). Larga experiência na negociação com fornecedores e regulação de mercado e ações junto à ANP.
Atuou como Conselheiro Fiscal na Companhia Brasileira de Cartuchos de 2002 a 2006.

12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data posse	Número de Mandatos Consecutivos	
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Armenio de Oliveira dos Santos	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Advogado	25/01/2018	Até AGO 2019	100.00%
564.269.920-20	Comitê de Ética		27/02/1970	25/01/2018	1	
Conselheiro de Administração Independente						
Bernardo Simões Birmann	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Empresário	25/01/2018	Até a AGO de 2019	100.00%
099.054.297-19	Comitê de Auditoria e Riscos		10/05/1984	25/01/2018	1	
Conselheiro de Administração						
Magno Neves Fonseca	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Contador	02/05/2017	Até AGO de 2019	100.00%
857.205.187-20	Comitê de Auditoria e Riscos		15/09/1965	02/05/2017	1	
Conselheiro de Administração Independente						
Sérgio Laurimar Fioravanti	Outros Comitês	Presidente do Comitê	Contador	02/05/2017	Até a AGO de 2019	100.00%
363.631.380-00	Comitê de Auditoria e Riscos		28/02/1962	02/05/2017	2	
Conselheiro de Administração Independente						

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Armenio de Oliveira dos Santos - 564.269.920-20

Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS (1999), Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS (2008) e Pós-Graduado em Filosofia pela Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias - FAC. Advogado, exerceu, dentre outros, o cargo de Secretário de Estado da Habitação e Desenvolvimento Urbano do Estado do Rio Grande do Sul (2006) e Superintendente-Geral da Assembleia Legislativa do RS (2008). Tem experiência na área do Direito como Advogado, Consultor, Parecerista e Docente, com ênfase em Direito Público, atuando principalmente nas áreas de Direito Constitucional, Administrativo, Orçamentário, Eleitoral e Tributário. Atualmente é sócio do Escritório de Advocacia Homrich Portinho & Associados - Advocacia Pública e Empresarial S.S. (www.homrichportinho.com.br) e integrante da Comissão de Estudos Constitucionais da OAB/RS. O Sr. Armenio de Oliveira dos Santos declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Bernardo Simões Birmann - 099.054.297-19

Magno Neves Fonseca - 857.205.187-20

MBA em Finanças Corporativas pela IBMEC-RJ (2008). Graduado em Ciências Contábeis pela Somley (1988). CEO na MNF Serviços Administrativos e Financeiros (2007/Atual) – Empresa especializada em gestão financeira e administração. Foi Gestor de Recursos na Adipar Participações – (2010/2014) – Empresa especializada em gestão de recursos. Foi Agente Autônomo de Investimentos na ICAP Brasil – (2009/2010) – Maior corretora de valores do mundo presente em mais de 30 países.
O Sr. Magno Neves Fonseca, eleito como Conselheiro de Administração, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Sérgio Laurimar Fioravanti - 363.631.380-00

Contador, Auditor e Consultor; Especializado em Finanças Empresariais; 28 anos de experiência profissional em auditoria interna externa, sempre entre as 10 maiores do Brasil; 18 anos de experiência acadêmica; Sócio da empresa de Auditoria e Consultoria Baker Tilly do Brasil SS; Sócio de Auditoria responsável por empresas de capital Aberto e outras empresas, como Tintas Killing, Motrisa, IMEC, Docile, Motormac, Panambra, TMSA, Terramar - holding da Évora, Farmácias São João, Recrusul, Charrua distribuidora de combustíveis, Coopersinos e Elo sistemas; Conselheiro Fiscal Suplente da empresa Tupy S.A, por indicação do BNDESPAR (renovação de indicação pelo quarto ano); Conselheiro fiscal em empresas de diversos segmentos como Ritter Alimentos S.A; Everest hotéis S.A e Azevedo Bento S.A; Professor de graduação e de pós-graduação (MBA- Especialização), atuando nos cursos de Contabilidade, Controladoria e Finanças, Gestão de tributos e Auditoria e Perícia nas seguintes universidades: PUC do Rio Grande do Sul, Unirriter, FACCAT, São Judas e IPA, em especial com disciplinas de I.F.R.S e Gestão de Riscos Corporativos;
O Sr. Sérgio Laurimar Fioravanti, eleito em 17/03/2017 como Conselheiro de Administração, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste formulário de referência, inexiste relação conjugal, união estável ou grau de parentesco até o segundo grau entre os administradores de qualquer empresa do grupo Taurus, inclusive dos controladores da Companhia.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2017

Administrador do Emissor

Salésio Nuhs — 437.953.159-72 — Controle — Controlada Indireta

Diretor Presidente

Pessoa Relacionada

Taurus Blindagens Ltda. — 04.290.323/0001-18

Adminstrador

Observação

Administrador do Emissor

Salésio Nuhs — 437.953.159-72 — Controle — Controlada Indireta

Diretor Presidente

Pessoa Relacionada

Taurus Blindagens Nordeste Ltda. — 09.003.200/0001-72

Administrador

Observação

Administrador do Emissor

Salésio Nuhs — 437.953.159-72 — Controle — Controlada Indireta

Diretor Presidente

Pessoa Relacionada

Taurus Investimentos Imobiliários Ltda. — 09.587.633/0001-12

Administrador

Observação

Administrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Salésio Nuhs	437.953.159-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	90.420.811/0001-34		
Administrador			
Observação			

Exercício Social 31/12/2016

Administrador do Emissor			
Marco Aurélio Salvany	120.260.930-91	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Taurus Blindagens Ltda.	04.290.323/0001-18		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marco Aurélio Salvany	120.260.930-91	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Taurus Blindagens Nordeste Ltda.	09.003.200/0001-72		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marco Aurélio Salvany	120.260.930-91	Controle	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.	89.545.511/0001-00		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marco Aurélio Salvany	120.260.930-91	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.	09.587.633/0001-12		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marco Aurélio Salvany	120.260.930-91	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	90.420.811/0001-34		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Thiago Piovesan	710.081.790-00	Controle	Controlada Indireta
Diretor Vice-Presidente Administrativo Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Taurus Blindagens Ltda.	04.290.323/0001-18		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Thiago Piovesan	710.081.790-00	Controle	Controlada Indireta
Diretor Vice-Presidente Administrativo Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Taurus Blindagens Nordeste Ltda.	09.003.200/0001-72		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Thiago Piovesan	710.081.790-00	Controle	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente Administrativo Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.	89.545.511/0001-00		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Thiago Piovesan	710.081.790-00	Controle	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente Administrativo Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.	09.587.633/0001-12		
Administrador			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Thiago Piovesan	710.081.790-00	Controle	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente Administrativo Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	90.420.811/0001-34		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Salésio Nuhs	437.953.159-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor Vice-Presidente de Vendas e Marketing			
Pessoa Relacionada			
Taurus Blindagens Ltda.	04.290.323/0001-18		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Salésio Nuhs	437.953.159-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor Vice-Presidente de Vendas e Marketing			
Pessoa Relacionada			
Taurus Blindagens Nordeste Ltda.	09.003.200/0001-72		
Administador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Salésio Nuhs	437.953.159-72	Controle	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente de Vendas e Marketing			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.	89.545.511/0001-00		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Salésio Nuhs	437.953.159-72	Controle	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente de Vendas e Marketing			
Pessoa Relacionada			
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.	09.587.633/0001-12		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Salésio Nuhs	437.953.159-72	Controle	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente de Vendas e Marketing			
Pessoa Relacionada			
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	90.420.811/0001-34		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marco Aurélio Salvany	120.260.930-91	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Taurus Plásticos LTDA	23.491.060/0001-50		
Administrador			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Thiago Piovesan | 710.081.790-00 | Controle | Controlada Indireta

Diretor Vice-Presidente Administrativo e Financeiro

Pessoa Relacionada

Taurus Plásticos LTDA | 23.491.060/0001-50

Administrador

Observação

Administrador do Emissor

Salésio Nuhs | 437.953.159-72 | Controle | Controlada Indireta

Diretor Vice-Presidente de Vendas e Marketing

Pessoa Relacionada

Taurus Plásticos LTDA | 23.491.060/0001-50

Administrador

Observação

Administrador do Emissor

Armenio de Oliveira dos Santos | 564.269.920-20 | Controle | Fornecedor

Conselheiro de Administração

Pessoa Relacionada

Homrich Portinho & Associados - Advocacia Pública e Empresarial | 07.166.420/0001-91

Sócio

Observação

Administrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Armenio de Oliveira dos Santos	564.269.920-20	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Conselheiro de Administração			
Pessoa Relacionada			
Companhia Brasileira de Cartuchos	57.494.031/0001-63		
Prestador de Serviços			
Observação			

Exercício Social 31/12/2015

Administrador do Emissor			
Marco Aurélio Salvany	120.260.930-91	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Taurus Blindagens Ltda.	04.290.323/0001-18		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marco Aurélio Salvany	120.260.930-91	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Taurus Blindagens Nordeste Ltda.	09.003.200/0001-72		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marco Aurélio Salvany	120.260.930-91	Controle	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.	89.545.511/0001-00		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marco Aurélio Salvany	120.260.930-91	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.	09.587.633/0001-12		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marco Aurélio Salvany	120.260.930-91	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	90.420.811/0001-34		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Thiago Piovesan	710.081.790-00	Controle	Controlada Indireta
Diretor Vice-Presidente Administrativo e Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Taurus Blindagens Ltda.	04.290.323/0001-18		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Thiago Piovesan	710.081.790-00	Controle	Controlada Indireta
Diretor Vice-Presidente Administrativo e Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Taurus Blindagens Nordeste Ltda.	09.003.200/0001-72		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Thiago Piovesan	710.081.790-00	Controle	Controlada Indireta
Diretor Vice-Presidente Administrativo e Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.	89.545.511/0001-00		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Thiago Piovesan	710.081.790-00	Controle	Controlada Indireta
Diretor Vice-Presidente Administrativo e Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.	09.587.633/0001-12		
Administrador			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Thiago Piovesan	710.081.790-00	Controle	Controlada Indireta
Diretor Vice-Presidente Administrativo e Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	90.420.811/0001-34		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Salésio Nuhs	437.953.159-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor Vice-Presidente de Vendas e Marketing			
Pessoa Relacionada			
Taurus Blindagens Ltda.	04.290.323/0001-18		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Salésio Nuhs	437.953.159-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor Vice-Presidente de Vendas e Marketing			
Pessoa Relacionada			
Taurus Blindagens Nordeste Ltda.	09.003.200/0001-72		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Salésio Nuhs	437.953.159-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor Vice-Presidente de Vendas e Marketing			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.	89.545.511/0001-00		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Salésio Nuhs	437.953.159-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor Vice-Presidente de Vendas e Marketing			
Pessoa Relacionada			
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.	09.587.633/0001-12		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Salésio Nuhs	437.953.159-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor Vice-Presidente de Vendas e Marketing			
Pessoa Relacionada			
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	90.420.811/0001-34		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marco Aurélio Salvany	120.260.930-91	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.	89.545.511/0001-00		
Administrador			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Thiago Piovesan | 710.081.790-00 | Controle | Controlada Direta

Diretor Vice-Presidente Administrativo e Financeiro

Pessoa Relacionada

Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. | 89.545.511/0001-00

Administrador

Observação

Administrador do Emissor

Salésio Nuhs | 437.953.159-72 | Controle | Controlada Direta

Diretor Vice-Presidente de Vendas e Marketing

Pessoa Relacionada

Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. | 89.545.511/0001-00

Administrador

Observação

Administrador do Emissor

Armenio de Oliveira dos Santos | 564.269.920-20 | Controle | Fornecedor

Conselheiro de Administração

Pessoa Relacionada

Homrich Portinho & Associados - Advocacia Pública e Empresarial | 07.166.420/0001-91

Sócio

Observação

Administrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Armenio de Oliveira dos Santos	564.269.920-20	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Conselheiro de Administração			
Pessoa Relacionada			
Companhia Brasileira de Cartuchos	57.494.031/0001-63		
Prestador de Serviços			
Observação			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia possui duas apólices de seguro, com vigência no período de 21-09-2016 a 21-09-2017, cujo objeto compreende o pagamento devido a terceiros pelo segurado, em decorrência de sua condição de Diretor ou Administrador da Companhia, a título de perdas decorrentes de reclamações pela prática de qualquer ato danoso por ele praticado durante o período de vigência da apólice ou, quando expressa e contratualmente previsto, em data anterior compreendida no período de retroatividade da garantia. As apólices são complementares, e totalizam um limite máximo de garantia de R$ 78.500.000,00. O valor total do prêmio do seguro, para o período mencionado, foi de R$ 1.099.276,63.

12.12 - Outras informações relevantes

Em complemento de informações ao item 12.10 deste formulário de referência, especificamente quanto à relação de subordinação de controle entre administrador da Companhia e suas Controladas Diretas situadas no exterior, em virtude da impossibilidade da inclusão de pessoa relacionada sem cadastro de CNPJ no item referido.

- **Pessoa relacionada:** Taurus Holdings, Inc., controlada direta localizada em Miami, USA.
  Exercício Social 31-12-2017
  Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada: Controle
  Tipo de pessoa relacionada: Controlada Direta

  - Nome do Administrador: David Blenker
  ID: 206788062
  Cargo/Função no Emissor: N/A
  Cargo/Função na Pessoa relacionada: CFO

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração

A remuneração atribuída tem por escopo o reconhecimento e a retribuição aos administradores da Companhia, considerando o impacto do cargo exercido, a responsabilidade decorrente, a capacitação profissional, a competência e a reputação do dirigente, em consonância com o porte da organização e a correspondente prática de mercado.

b) composição da remuneração, inclusive:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A fixação da remuneração dos administradores da Companhia observa o processo previsto no Estatuto Social, sendo o montante global proposto pelo Conselho de Administração, cuja proposta é encaminhada para aprovação em Assembleia Geral Ordinária, realizada anualmente no mês de abril, valendo para o ano em curso, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer os critérios e a metodologia para a sua distribuição entre os administradores.

O cálculo considera um estabelecimento de pró-labore que engloba honorários mensais do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, correspondentes a 12 meses por ano e outras eventuais verbas, mais a remuneração variável, benefícios e encargos do ponto de vista de ônus para o empregador. O Conselho de Administração não possui remuneração variável.

Os objetivos da política de remuneração estão atrelados às práticas e salários de mercado no que tange ao pró-labore e quanto à remuneração variável a um sistema de incentivo fundamentado em desempenho da Companhia como um todo, influenciado pelo desempenho individual.

A participação nos resultados é prevista no Estatuto Social, conforme prevê o art. 37 do Estatuto Social da Companhia, cuja redação foi consolidada em Reunião do Conselho de Administração do dia 22 de dezembro de 2015 é integralmente descrita abaixo:

> "Artigo 37 - Feitas as deduções referidas no Artigo 36 supra, por deliberação do Conselho de Administração, observada a legislação societária, poderá ser destacada uma participação aos administradores, em montante equivalente a até 10% (dez por cento) dos lucros remanescentes, a qual não poderá ultrapassar a sua remuneração global anual.
>
> Parágrafo 1º - Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório de que trata o Parágrafo 1º do Artigo 38 deste Estatuto Social.
>
> Parágrafo 2º - A participação atribuída aos administradores, nos termos deste Artigo, será rateada entre seus membros, por deliberação do Conselho de Administração.
>
> Parágrafo 3º - O disposto neste artigo não se aplica à remuneração aos administradores, fixa ou variável, aprovada em plano de incentivo, estímulo ou participação, que venha a ser definida pelo

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Conselho de Administração, conforme orçamento de remuneração global aprovado em Assembleia Geral."

A remuneração da Administração, incluindo Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, varia de acordo com o montante global aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa: valor recebido mensalmente pelo profissional, o qual visa remunerá-lo de acordo com o nível de atribuições e responsabilidades atribuídas a posição do cargo ocupado na Companhia e é composta de 12 parcelas dentro do exercício fiscal. Inclui-se também os encargos de 20% de contribuição previdenciária.

Remuneração Variável Anual: valor recebido anualmente pelo profissional, de acordo com o resultado obtido das metas pactuadas anualmente com o Conselho de Administração. A remuneração variável da Diretoria Estatutária não poderá ultrapassar a sua remuneração global anual, conforme previsto no Art. 37 do Estatuto Social da Companhia.

Participação Estatutária: até 10% do lucro líquido anual ajustado da Companhia, conforme apurado em balanço.

Benefícios: refere-se ao conjunto de benefícios concedidos ao profissional, de acordo com a posição ocupada na Companhia. Os benefícios oferecidos pela Companhia seguem as práticas de mercado, sendo que a seus Diretores são concedidos os seguintes benefícios: plano de saúde, *check-up* médico, automóvel e seguro de vida.

Conselho de Administração

Remuneração 100% Fixa: valor recebido mensalmente pelos membros do Conselho de Administração, o qual visa remunerá-los de acordo as práticas de mercado. Inclui-se também os encargos de 20% de contribuição previdenciária.

Conselho Fiscal

Remuneração 100% Fixa: valor recebido mensalmente pelos membros do Conselho Fiscal, o qual visa remunerá-los de acordo com as práticas de mercado e da legislação vigente. Esta remuneração equivale à 10% da remuneração média dos diretores estatutários.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração

Os participantes que são membros do Conselho de Administração ou da Companhia não são remunerados. Os especialistas externos são contratados mediante contrato de prestação de serviços quando aplicável, não havendo atualmente, nenhum especialista contratado para compor os comitês.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Para fins de cálculo da proporção de cada elemento, foram considerados os valores de pró-labore, mais remuneração variável, mais benefícios. Foram considerados os encargos do Emissor (os 20% do INSS) neste cálculo, apesar de mostrados de forma segregada nas tabelas do Item 13.2. do FRE – Formulário de Referência. Tendo sido revistos os cálculos para os exercícios de 2015, 2016, 2017 e previsto para 2018.

Forjas Taurus Realizado 2015

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	47,7%	50,1%	2,2%	100,0%

Forjas Taurus Realizado 2016

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	56,2%	43,3%	0,5%	100,0%

Forjas Taurus Realizado 2017

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	100%	0%	0%	100,0%

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Forjas Taurus Previsto 2018

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	47,4%	51,3%	1,3%	100,0%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

2016/2017/2018

A remuneração dos Administradores é atrelada à evolução dos índices de inflação nacionais, em especial o INPC, podendo, a critério do Conselho de Administração, não ser deliberado qualquer reajuste, dependendo das condições de mercado e do desempenho da Companhia.

A remuneração estabelecida para os administradores segue as práticas e tendências de mercado, obtida através de pesquisas realizadas por consultoria especializada.

A remuneração fixa é baseada na mediana de mercado, podendo ser reajustada pela reposição da inflação ou de acordo com a variação da mediana no mercado.

A remuneração variável é baseada no conceito de metas, as quais são definidas previamente, existindo um “target” (premiação alvo) a ser atingida, levando em consideração o nível ocupado por cada profissional. No fechamento do exercício do ano, é avaliado o atingimento das metas.

2014/2015

O reajuste da remuneração dos Administradores leva em conta a evolução dos índices de inflação, podendo, a critério do Conselho de Administração, não ser deliberado qualquer reajuste, dependendo das condições de mercado e do desempenho da Companhia.

A remuneração estabelecida para os administradores segue as práticas e tendências de mercado, obtida através de pesquisas realizadas por consultoria especializada.

A remuneração fixa é baseada na mediana de mercado (Percentil 50), podendo ser reajustada pela reposição da inflação ou de acordo com a variação da mediana no mercado.

A remuneração variável é baseada no conceito de metas, as quais são definidas previamente, existindo um “target” (premiação alvo) a ser atingida, levando em consideração o nível ocupado por cada profissional. No fechamento do exercício do ano, é avaliado o atingimento das metas.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	3,00	11,00
Nº de membros remunerados	5,00	3,00	3,00	11,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	417.833,33	3.406.541,67	357.500,00	4.181.875,00
Benefícios direto e indireto	0,00	23.539,20	0,00	23.539,20
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	83.566,67	681.308,33	71.500,00	836.375,00
Descrição de outras remunerações fixas	20% de INSS	20% de INSS	20% de INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	501.400,00	4.111.389,20	429.000,00	5.041.789,20

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	5,00	4,00	3,00	12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	480.000,00	2.399.796,00	179.984,70	3.059.780,70
Benefícios direto e indireto	0,00	81.753,04	0,00	81.753,04
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	96.000,00	479.959,20	35.996,94	611.956,14

Descrição de outras remunerações fixas	20% de INSS	20% de INSS	20% de INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.632.500,00	0,00	2.632.500,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	526.500,00	0,00	526.500,00
Descrição de outras remunerações variáveis		20% de INSS		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	576.000,00	6.081.243,04	215.981,64	6.873.224,68

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	4,17	12,17
Nº de membros remunerados	5,00	3,00	4,17	12,17
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	300.000,00	2.925.000,00	453.221,10	3.678.221,10
Benefícios direto e indireto	0,00	28.366,65	0,00	28.366,65
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	60.000,00	585.000,00	94.250,00	739.250,00
Descrição de outras remunerações fixas	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.255.002,00	0,00	2.255.002,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	451.000,40	0,00	451.000,40

Descrição de outras remunerações variáveis		Bônus de Desempenho; a empresa recolhe 20% a título de INSS.		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	360.000,00	6.244.369,05	547.471,10	7.151.840,15

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,08	3,58	5,00	17,66
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	544.999,99	3.273.804,99	478.651,24	4.297.456,22
Benefícios direto e indireto	0,00	181.821,00	0,00	181.821,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	109.000,00	654.716,00	95.730,25	859.446,25
Descrição de outras remunerações fixas	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.438.597,79	0,00	3.438.597,79
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	687.719,56	0,00	687.719,56
Descrição de outras remunerações variáveis		Bônus de Desempenho; a empresa recolhe 20% a título de INSS.		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação				
Total da remuneração	653.999,99	8.236.659,34	574.381,49	9.465.040,82

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3 – Remuneração variável do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2018)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	4,00	5	14,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	3.119.734,80	-	3.119.734,80
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	3.119.734,80	-	3.119.734,80
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

Remuneração variável - exercício social encerrado 31/12/2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	3,00	5	13,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	2.632.500,00	-	2.632.500,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

Obs.: Não houve remuneração variável paga em 2017

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável - exercício social encerrado 31/12/2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	3,00	4,7	12,7
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	4.506.002,40	-	4.506.002,40
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	2.706.002,40	-	2.706.002,40
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

Obs1.: Apenas os 3 membros da Diretoria Estatutária possuem remuneração variável.
Obs2.: Não houve remuneração variável paga em 2016

Remuneração variável - exercício social encerrado 31/12/2015

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,08	3,58	5	17,66
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	4.126.317,35	-	4.126.317,35
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	4.126.317,35	-	4.126.317,35
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

Obs1.: Apenas os 3,58 membros da Diretoria Estatutária possuíam remuneração variável.
Obs2.: Não houve remuneração variável paga em 2015

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

a) termos e condições gerais

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

b) principais objetivos do plano

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

c) forma como o plano contribui para esses objetivos

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

d) como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

e) como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

f) número máximo de ações abrangidas

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

g) número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

h) condições de aquisição de ações

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

j) critérios para fixação do prazo de exercício

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

k) forma de liquidação

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

l) restrições à transferência das ações

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

n) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

13.5 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da Diretoria Estatutária

Não houve remuneração baseada em ações nos últimos três exercícios sociais.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatuária

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.9. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Posição em 31 de dezembro de 2017:

Órgão	Emissor dos Valores Mobiliários	Quantidade de Ações			Debêntures
		ON	PN	Total	
Conselho de Administração	Forjas Taurus S.A.	9	-	9	-
Diretoria	Forjas Taurus S.A.	-	-	-	-
Conselho Fiscal	Forjas Taurus S.A.	8.090	-	8.090	-

Posição em 31 de dezembro de 2016:

Órgão	Emissor dos Valores Mobiliários	Quantidade de Ações			Debêntures
		ON	PN	Total	
Conselho de Administração	Forjas Taurus S.A.	9	-	9	-
Diretoria	Forjas Taurus S.A.	-	-	-	-
Conselho Fiscal	Forjas Taurus S.A.	141.190	1.125.318	1.266.508	-

Posição em 31 de dezembro de 2015:

Órgão	Emissor dos Valores Mobiliários	Quantidade de Ações			Debêntures
		ON	PN	Total	
Conselho de Administração	Forjas Taurus S.A.	10.746	2.628.198	2.638.944	-
Diretoria	Forjas Taurus S.A.	-	-	-	-
Conselho Fiscal	Forjas Taurus S.A.	9.090	181.818	190.908	-

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, incluir as seguintes informações:

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Nº de membros	3,00	3,00	3,58	5,00	5,00	9,08	3,00	4,67	5,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	3,58	5,00	5,00	9,08	3,00	4,67	5,00
Valor da maior remuneração(Reais)	1.781.000,00	1.560.000,00	4.187.913,35	240.000,00	60.000,00	60.000,00	119.166,67	97.500,00	114.876,30
Valor da menor remuneração(Reais)	706.875,00	585.000,00	53.334,00	60.000,00	30.000,00	10.000,00	119.166,67	32.500,00	114.876,30
Valor médio da remuneração(Reais)	1.135.513,89	975.000,00	2.246.417,17	96.000,00	50.083,33	72.026,43	119.166,67	95.730,25	114.876,30

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia)

Para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária são previstos os seguintes mecanismos de indenização:

- Apólice de seguro denominada D&O – Directors and Officer;

Para a Diretoria Estatutária são previstos, ainda, em contrato:

- Seguro saúde e vida, sendo estendido de acordo com o contrato individual.

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Exercício social 2017 – Percentual da remuneração total de cada órgão abaixo detida por membros que são partes relacionadas ao Controlador

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	14%	21%	-	18%

Exercício social 2016 – Percentual da remuneração total de cada órgão abaixo detida por membros que são partes relacionadas ao Controlador

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	20,0%	15,0%	-	15%

Exercício social 2015 – Percentual da remuneração total de cada órgão abaixo detida por membros que são partes relacionadas ao Controlador

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	9,2%	4,3%	-	4,4%

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.14. Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria não recebem remuneração além das referentes aos cargos que ocupam na Companhia.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.15. Valores reconhecidos no resultado dos três últimos exercícios sociais de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Exercício social 2017 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2017 – demais remunerações recebidas a título do cargo ocupado no controlador da Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	1.582.983,05	1.247.853,16	-	2.830.836,21
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2016 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2016 – demais remunerações recebidas a título do cargo ocupado no controlador da Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	1.493.100,00	812.075,34	-	2.305.175,34
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Exercício social 2015 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2015 – demais remunerações recebidas a título do cargo ocupado no controlador da Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	829.475,43	829.273,41	-	1.658.748,84
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

13.16 - Outras informações relevantes

Não aplicável.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

A Companhia, em sintonia com sua visão, missão e valores, tem como políticas para desenvolvimento do seu patrimônio humano, a atração, manutenção e retenção de talentos. Para isso, realiza o mapeamento de competências de seus colaboradores, bem como o acompanhamento e desenvolvimento das pessoas no decorrer de sua vida funcional; desenvolve avaliações de competências com todos os seus colaboradores; investe em treinamentos e educação; paga salários na média das maiores empresas da região; possui projetos de inclusão social; realiza promoções internas e programas motivacionais e investe em programas participativos.

Atualmente a Forjas Taurus S.A. conta com 2.491 colaboradores (data base 05/2018) assim distribuídos:

Brasil:

- Operação Armas e Outros: 1.864 colaboradores
- Operação Capacetes (Operação Descontinuada): 362 colaboradores

EUA

- A Taurus Manufacturing Incorporated, Inc.: 265 colaboradores.

Distribuição geográfica no Brasil:

Rótulos de Linha	Contagem de Unidade
FORJAS TAURUS	693
PARANA	279
POLIMETAL	1171
BAHIA	83
Total Geral	**2226**

Distribuição por tempo de empresa no Brasil:

Rótulos de Linha	Contagem de tempo empresa
Acima de 30 anos	8
De 0 até 5 anos	1344
De 11 até 15 anos	221
De 16 até 20 anos	97
De 21 até 30 anos	55
De 6 até 10 anos	501
Total Geral	**2226**

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Distribuição por escolaridade no Brasil:

Rótulos de Linha	Contagem de Instrução
Ensino Fundamental Completo	160
Ensino Fundamental Incompleto	54
Ensino Médio Completo	1483
Ensino Médio Imcompleto	127
Pós-graduação/Mestrado	52
Superior Completo	122
Superior em Andamento	64
Superior Incompleto	164
Total Geral	**2226**

Distribuição Etária no Brasil:

	Contagem de Faixa etária
Acima de 50 anos	205
Até 18 anos	6
De 19 até 29 anos	680
De 30 até 39 anos	908
De 40 até 49 anos	427
Total Geral	**2226**

Distribuição Funcional no Brasil:

	Contagem de Funcional
Administração	238
Comercial	54
Mão-de-Obra Direta	1470
Mão-de-Obra Indireta	464
Total Geral	**2226**

Distribuição por Gênero no Brasil:

	Contagem de Sexo
Feminino	682
Masculino	1544
Total Geral	**2226**

A Companhia também trabalha com 1 empregado temporário em 12/2017.

A Companhia apresentou, em 2017, um índice de rotatividade na média de 0,55%.

A Companhia monitora constantemente seus passivos e contingências trabalhistas. Em 31.12.2017, a Taurus registrava 1179 reclamatórias. Em 31.12.2016 Companhia registrava 1.150 reclamatórias trabalhistas, enquanto que em 31.12.2015 eram 981.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não ocorreram alterações relevantes com relação às informações divulgadas no item 14.1

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

Política de salários e remuneração variável
A Companhia tem como política de remuneração pagar a média de mercado de grandes empresas. Acompanha o mercado através de pesquisas salariais anuais. Quanto à remuneração variável (PLR), todas as unidades possuem contrato negociado entre comissão de empregados e sindicato. É baseada exclusivamente no lucro da empresa.

Política de benefícios
Descrição dos principais benefícios fornecidos pela Companhia:

- **Auxílio creche**
Benefício concedido por 18 meses, a contar do retorno a licença maternidade, limitado à 22 meses da criança.

- **TaurusPrev**
Opção de complemento à aposentadoria a partir de 2 anos de tempo de serviço. Os planos são divididos em básico e especial. O básico é um pecúlio ao cônjuge de 50% do último salário, em caso de falecimento do titular e o especial é a formação de reserva que garante uma renda complementar de aposentadoria, mediante a contribuição de 5% do salário por parte do empregado e a participação proporcional por parte da empresa.

- **Seguro de Vida**
É uma indenização por invalidez total ou parcial, morte e auxílio funeral. O funcionário que optar por esse benefício, contribui com uma porcentagem de seu salário.

- **Incentivo à Educação**
A empresa oferece subsídio de 30% para cursos relacionados ao cargo. O funcionário para usufruir do benefício precisa ter mais de 2 anos de empresa.

- **Restaurante**
Todas as unidades oferecem alimentação em restaurante no local, o funcionário contribui com 20% do valor do custo da alimentação.

- **Vale transporte**
De acordo com a exigência legal, o funcionário contribui com 6% de seu salário.

- **Planos de saúde**
É oferecido para os funcionários e seus dependentes, possui cobertura ambulatorial, hospitalar e odontológica. O funcionário contribui com coparticipação na mensalidade, consultas e exames.

- **Ambulatórios**
Possui ambulatórios médicos nas unidades, além do controle de saúde clínica, são realizados exames periódicos de controle de riscos ocupacionais.

- **Empréstimo Consignado**
A empresa disponibiliza empréstimo consignado para todos os funcionários com mais de 6 meses de empresa. O valor da parcela não ultrapassa 30% da remuneração mensal.

- **Posto Bancário**
A empresa conta com agência interna para facilitar o atendimento de todos os funcionários.

- **Good Card**
Cartão de crédito com desconto em folha de pagamento, com limite de 15% do salário nominal.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A Companhia e suas controladas possuem um bom relacionamento com todos os sindicatos dos empregados através da área de Recursos Humanos. Sempre que necessário são realizadas reuniões para que sejam debatidas negociações, esclarecimentos, dentre outros, sejam estes por imposição de lei ou outros assuntos oriundos de ambas as partes.

Segue abaixo, breve resumo da relação das Empresas Taurus com os sindicatos:

Unidades de São Leopoldo / RS		
Patronal	Metalúrgicas, Mecânica e de Material Elétrico e Eletrônico de São Leopoldo	Representante Adilso Klaus
Empregados	Sindicato dos trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Leopoldo	Dirigente – Forjas Taurus: 01 Dirigentes – Polimetal: 08
Unidades de Mandirituba / PR		
Patronal	Sindicato das Indústrias de Material Plástico do Estado do Paraná	Não há representantes
Empregados	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado do Paraná.	Não há representantes
Unidade Bahia		
Patronal	SINDIQUIMICA – Sindicato da Indústria de Material Plástico do Estado da Bahia.	Não há representantes
Empregados	SINDIPLASBA – Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Químico/Petroleiro do Estado da Bahia	Dirigente: 2 - Deise Lucia Souza da Silva de Jesus - Jaqueline Carvalho dos Santos da Silva

14.5 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes estão relatadas nos itens anteriores.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Tauruspar Participações S.A.					
24.713.697/0001-06	Brasileira-SP	Não	Sim	31/01/2017	
Não					
39.965.440	86,048000%	8.103.900	28,694000%	48.069.340	64,360000%
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000%			
OUTROS					
6.479.874	13,952000%	20.138.998	71,306000%	26.618.872	35,640000%
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000%			
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 12/08/2014					
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL					
46.445.314	100,000000%	28.242.898	100,000000%	74.688.212	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Tauruspar Participações S.A.				**24.713.697/0001-06**	
Bernardo Simões Birmann					
099.054.297-19	Brasileira-RJ	Não	Sim		
Não					
174.810	4,978000	10	0,000000	174.820	2,489000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
CBC AMMO LLC					
05.876.564/0001-06	Norte Americana	Não	Não	22/02/2016	
Não					
3.316.326	94,439000	3.291.210	93,740000	6.607.536	94,090000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL)					
00.444.232/0001-39	Brasileira-RJ	Não	Não	22/02/2016	
Não					
20.464	0,583000	3.203	0,091000	23.667	0,337000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Tauruspar Participações S.A.				**24.713.697/0001-06**	
Thais Neves Birmann					
631.584.770-68	Brasileira-RS	Não	Não		
Não					
0	0,000000	216.567	6,169000	216.567	3,084000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
TOTAL					
3.511.600	100,000000	3.510.990	100,000000	7.022.590	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2018
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	3.802
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	56
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	26

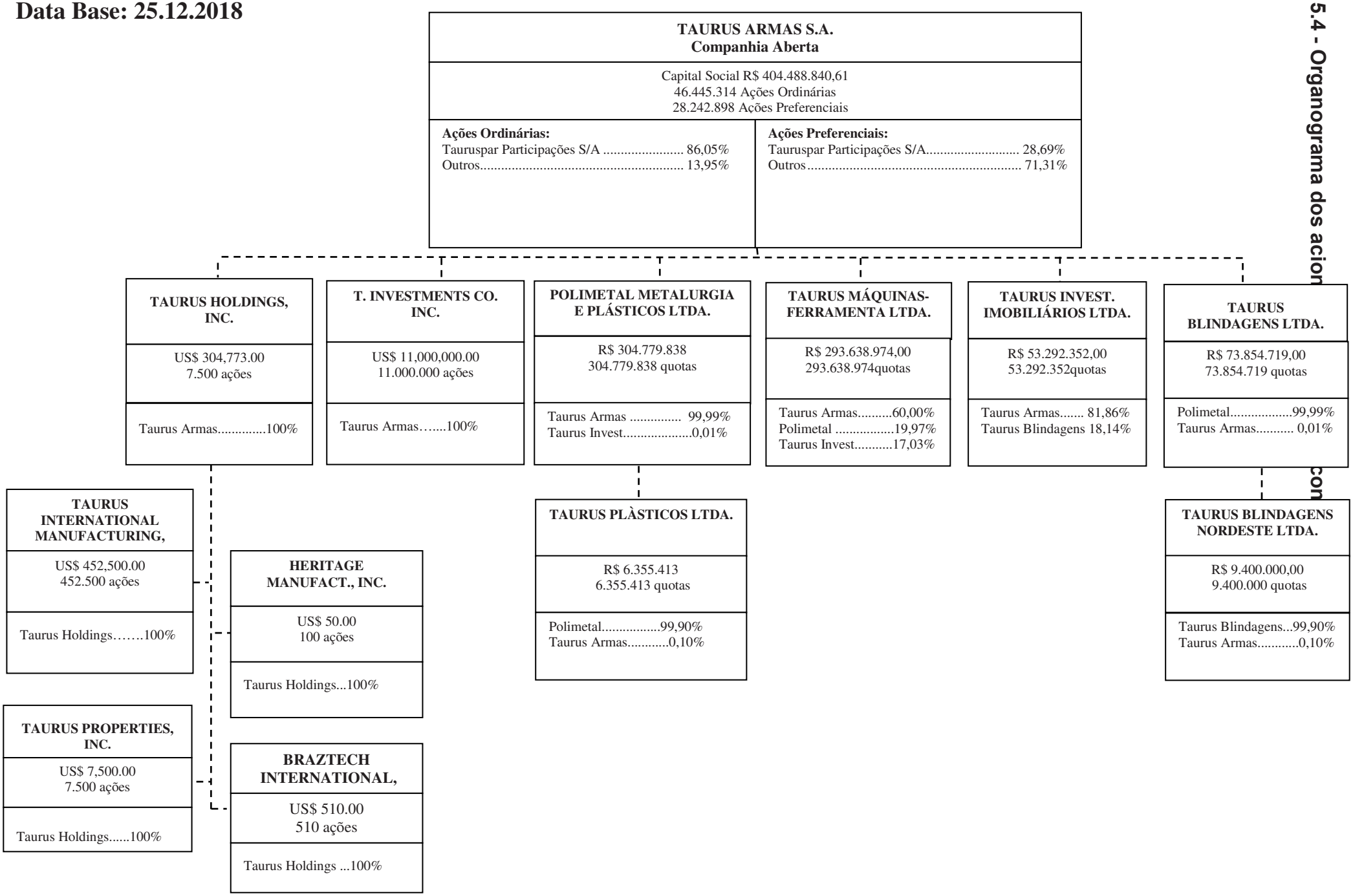
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	5.071.274	10,918817%
Quantidade preferenciais (Unidades)	16.359.079	57,922806%
Total	21.430.353	28,693086%

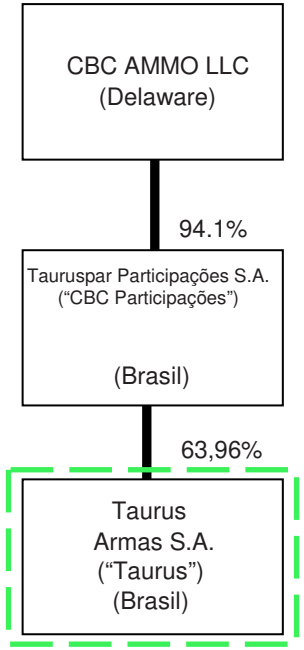
ORGANOGRAMA: Taurus Armas S.A
Data Base: 25.12.2018

15.4 - Organograma dos acion



15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

ORGANOGRAMA: Grupo Econômico / Taurus Armas S.A.



15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Até a data deste formulário de referência, não há acordos de acionistas regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Controlador

- **Após o Aumento de Capital homologado em 20/08/2014**

Em Assembleia Geral Extraordinária de 29/04/2014, foi aprovado o aumento de capital da Forjas Taurus S.A. de até R$ 200.906.000,04, mediante a emissão de até 48.528.020 ações ordinárias e 97.056.038 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$1,38 por ação.
Após as duas rodadas de sobras e o período de revisão, foram subscritas 48.522.214 ações ordinárias e 85.703 ações preferenciais. As 5.806 ações ordinárias não subscritas e as 96.970.335 ações preferenciais não subscritas foram canceladas, nos termos do item 10.4 do Aviso aos Acionistas de 05 de maio de 2014.
Com o término do período de revisão, as ações subscritas perfizeram o montante de R$67.078.925,46, valor superior, portanto, ao limite mínimo total de R$ 50.000.000,00, para a realização do aumento de capital.
Em Assembleia Geral Extraordinária de 20/08/2014, a operação foi homologada por maioria dos acionistas presentes. Com a conclusão do aumento de capital, a composição acionária da Companhia foi alterada conforme quadro abaixo:

Acionistas	Antes do Aumento de Capital homologado em 20/08/2014			Após o Aumento de Capital homologado em 20/08/2014		
	TOTAL	ON	PN	TOTAL	ON	PN
COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS - CBC	6,0%	15,6%	0,9%	27,9%	52,5%	0,9%
CAIXA DE PREVID.DOS FUNC.DO BANCO DO BRASIL - PREVI	26,8%	15,3%	32,7%	19,4%	7,3%	32,7%
ESTIMAPAR INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	12,8%	37,3%	0,1%	12,1%	23,2%	0,0%
FIGI FUNDO DE INVESTIMENTO DE ACOES	3,5%	10,1%	0,0%	2,5%	4,8%	0,0%
OUTROS	50,9%	21,7%	66,3%	38,1%	12,2%	66,4%

Desta forma, a COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS – CBC (“CBC”) passou a ser a acionista controladora da Forjas Taurus S.A.
A CBC, por sua vez, é controlada pelo Sr. Bernardo Simões Birmann, brasileiro, CPF 099.054.297-19. A quantidade de ações da CBC detidas pelo seu acionista controlador* é a seguinte:
a. ON – 120.000 ações (9,24% da classe ON)
b. PN-A – 24.575 ações (1,89% da classe PN-A)
*Obs: Controle advindo de disposição Estatutária de vedação de direitos políticos das ações dos acionistas estrangeiros da CBC, nos termos da Lei das S.A.

Cabe ressaltar que em 23 de janeiro de 2015 a Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) aprovou, sem restrições, o Ato de Concentração nº 08700.003843/2014-96 envolvendo as empresas Forjas Taurus S.A. e Companhia Brasileira de Cartuchos (“CBC”) mediante despacho de aprovação nº 109 publicado no Diário Oficial da União de 26 de janeiro de 2015.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Em 11 de fevereiro de 2015 o CADE emitiu certidão informando a conclusão e arquivamento do processo face o transcorrer em branco do prazo de quinze dias contados a partir da publicação da decisão de aprovação do referido ato de concentração para eventual interposição de recurso ou de avocação da decisão, conforme previsto no art. 65 da Lei 12.529/11. Desta forma, a Taurus informou em Fato Relevante que está permitido o exercício dos direitos políticos da totalidade das ações detidas pela CBC, representando em 30 de março de 2015: 4.431.622 ações ordinárias (52,51% das ações ON) e 71.790 ações preferenciais (0,93% das ações PN), o que totaliza 4.503.412 ações (27,90% do capital total).

- **Após o Aumento de Capital homologado em 29/09/2015**

Os acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram em 29/09/2015, a homologação do aumento de capital aprovado em 15 de julho de 2015. Em decorrência do aumento de capital ora homologado foram subscritas 19.007.305 ações ordinárias e 5.296.905 ações preferenciais, do total de 31.875.098 ações ordinárias e 29.100.511 ações preferenciais, sem valor nominal, a serem emitidas pela Companhia.

As 12.867.793 ações ordinárias não subscritas e as 23.803.606 ações preferenciais não subscritas foram canceladas, nos termos do item 11.4 do Aviso aos Acionistas de 15 de julho de 2015. As ações subscritas totalizaram o montante de R$ 39.858.904,40, valor superior, portanto, ao limite mínimo total de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), para a homologação do Aumento de Capital. Assim, o capital social da Companhia passou de R$324.876.395,25 (trezentos e vinte e quatro milhões, oitocentos e setenta e seis mil, trezentos e noventa e cinco reais e vinte e cinco centavos) para R$364.735.299,65 (trezentos e sessenta e quatro milhões, setecentos e trinta e cinco mil, duzentos e noventa e nove reais e sessenta e cinco centavos), dividido em 27.446.627 (vinte e sete milhões, quatrocentas e quarenta e seis mil, seiscentas e vinte e sete) ações ordinárias e 13.001.621 (treze milhões, um mil, seiscentas e vinte e uma) ações preferenciais.

Forjas Taurus S.A.	% sobre o Total de Ações Antes do Aumento de Capital homologado em 29/09/2015		
	ON %	PN %	Total %
COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS - CBC	59,08	0,93	31,33
CAIXA DE PREVID. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	6,80	28,13	16,98
ESTIMAPAR INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	17,24	0,0	9,01
LUIZ BARSI FILHO	1,43	6,39	3,80
FIGI FUNDO DE INVESTIMENTO DE ACOES	6,60	0,0	3,45
Demais Acionistas	9,57	64,55	35,43
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Forjas Taurus S.A.	% sobre o Total de Ações Após o Aumento de Capital homologado em 29/09/2015		
	ON %	PN %	Total %
COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS - CBC	86,84	2,64	59,77
CAIXA DE PREVID. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	2,09	16,67	6,78
MARCOS BODIN DE SAINT ANGE COMNENE	0,04	20,14	6,50
ANTONIO MARCOS MORAES BARROS	0,25	16,69	5,53
ESTIMAPAR INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	5,30	0,0	3,60
Demais Acionistas	5,48	43,86	17,82
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

- **Após o Exercício de Bônus aprovado em 06/01/2016**

Em 06/jan/16 os membros do Conselho de Administração da Companhia analisaram e aprovaram o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$11.701.400,00 (onze milhões, setecentos e um mil e quatrocentos reais), decorrente do exercício, pela acionista Companhia Brasileira de Cartuchos – CBC, sociedade anônima com sede na cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, na Avenida Humberto de Campos, nº 3.220, Guapituba, devidamente inscrita perante o CNPJ/MF sob o nº 57.494.031/0001-63, em 30 de dezembro de 2015, de 7.135.000 (sete milhões, centro e trinta e cinco mil) bônus de subscrição classe 1, com a consequente emissão de 7.135.000 (sete milhões, centro e trinta e cinco mil) novas ações ordinárias, integralmente subscritas pela CBC ao preço de emissão de R$ 1,64 (um real e sessenta e quatro centavos) por ação, conforme termos e condições aprovados no âmbito do aumento de capital da Companhia homologado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 29 de setembro de 2015.

Em razão do referido aumento de capital, o novo capital social da Companhia passou a ser de R$376.436.699,65 (trezentos e setenta e seis milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, seiscentos e noventa e nove reais e sessenta e cinco centavos), representado por 47.583.248 (quarenta e sete milhões, quinhentas e oitenta e três mil, duzentas e quarenta e oito) ações, sendo 34.581.627 (trinta e quatro milhões, quinhentas e oitenta e uma, seiscentas e vinte e sete) ações ordinárias e 13.001.621 (treze milhões, mil, seiscentas e vinte e uma) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. As novas ações ordinárias farão jus ao recebimento de dividendos integrais que vierem a ser declarados e a todos os demais direitos e benefícios conferidos aos demais detentores de ações ordinárias de emissão da Companhia, em igualdade de condições. A alteração no Estatuto Social da Companhia, para consignar o novo montante do capital social, deverá ser objeto de deliberação na próxima Assembleia Geral a ser realizada, conforme os termos e condições aprovados no âmbito do aumento de capital homologado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2015.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Forjas Taurus S.A.	% sobre o Total de Ações Antes do Exercício do Bônus aprovado em 06/01/2016		
	ON %	PN %	Total %
COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS - CBC	86,84	2,64	59,77
CAIXA DE PREVID. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	2,09	14,28	6,01
MARCOS BODIN DE SAINT ANGE COMNENE	0,04	20,14	6,50
ANTONIO MARCOS MORAES BARROS	0,25	16,69	5,53
ESTIMAPAR INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	5,30	0,00	3,60
Demais Acionistas	5,48	46,25	18,59
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Forjas Taurus S.A.	% sobre o Total de Ações Após o Exercício do Bônus aprovado em 06/01/2016		
	ON %	PN %	Total %
COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS - CBC	89,55	2,64	65,80
CAIXA DE PREVID. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	1,66	9,12	3,70
MARCOS BODIN DE SAINT ANGE COMNENE	0,03	20,14	5,52
ANTONIO MARCOS MORAES BARROS	0,20	16,69	4,70
ESTIMAPAR INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	4,21	0,00	3,06
Demais Acionistas	4,35	51,41	17,22
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

- **Após a Cisão da CBC (Acionista Controlador)**

Em 22/fev/16 foi realizado uma cisão parcial da Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) e a transferência das ações de emissão da Taurus de propriedade da CBC para a CBC Participações S/A. A cisão não alterou, sob qualquer aspecto, a composição do controle indireto da Taurus, tampouco da estrutura administrativa da Companhia.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Forjas Taurus S.A.	% sobre o Total de Ações Antes da Cisão da CBC em 22/02/2016		
	ON %	PN %	Total %
COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS - CBC	89,55	2,64	65,80
CAIXA DE PREVID. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	1,66	4,87	2,53
MARCOS BODIN DE SAINT ANGE COMNENE	0,03	20,14	5,52
ANTONIO MARCOS MORAES BARROS	0,20	16,69	4,70
ESTIMAPAR INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	4,21	0,00	3,06
ZENITH ASSET MANAGEMENT	0,00	5,76	1,57
Demais Acionistas	4,35	49,90	16,82
Total	89,55	2,64	65,80

Forjas Taurus S.A.	% sobre o Total de Ações Após a Cisão da CBC em 22/02/2016		
	ON %	PN %	Total %
CBC PARTICIPAÇÕES S/A	89,55	2,64	65,80
CAIXA DE PREVID. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	1,66	4,87	2,53
MARCOS BODIN DE SAINT ANGE COMNENE	0,03	20,14	5,52
ANTONIO MARCOS MORAES BARROS	0,20	16,69	4,70
ESTIMAPAR INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	4,21	0,00	3,06
ZENITH ASSET MANAGEMENT	0,00	5,76	1,57
Demais Acionistas	4,35	49,90	16,82
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

- **Após aumento de capital aprovado em RCA de 02.06.2016**

Em 02/jun/16 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de capital social de R$17.540.321,52, mediante a emissão de 10.695.318 novas ações, sendo 10.006.829 ações ordinárias, e 634.489 ações preferenciais, ao preço de emissão de R$1,64 por ação, em decorrência dos exercícios de (i) 7.926.829 bônus de subscrição classe 1 pelo acionista CBC Participações S.A., em 20.05.2016; (ii) 634.489 bônus de subscrição classe 2 pelo acionista pelo acionista Marcos Bodin de Saint Ange Comnene, em 25.05.2016; e (iii) 2.134.000 bônus de subscrição classe 1 pelo acionista CBC Participações S.A., em 31.05.2016, conforme termos e condições aprovados no âmbito do aumento de capital da Companhia homologado em 29 de setembro de 2015.

Em razão do referido aumento de capital, o novo capital social da Companhia passa a ser de R$393.977.021,17 (trezentos e noventa e três milhões, novecentos e setenta e sete mil, vinte e um reais e dezessete centavos), representado por 58.278.566 (cinquenta e oito milhões, duzentas e setenta e oito mil, quinhentas e sessenta e seis) ações, sendo 44.642.456 (quarenta e quatro milhões, seiscentas e quarenta e dois mil, quatrocentas e cinquenta e seis) ações ordinárias e 13.636.110 (treze milhões, seiscentas e trinta e seis mil, cento e dez) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. As novas ações ordinárias e preferenciais farão jus ao recebimento de dividendos integrais que vierem a ser declarados e a todos os demais direitos e benefícios conferidos aos demais detentores de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, em igualdade de condições.

Forjas Taurus S.A.	% sobre o Total de Ações Antes da RCA de 02/06/2016		
	ON %	PN %	Total %
CBC PARTICIPAÇÕES S/A	89,55	2,64	65,80
CAIXA DE PREVID. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	1,66	4,87	2,53
MARCOS BODIN DE SAINT ANGE COMNENE	0,03	20,14	5,52
ANTONIO MARCOS MORAES BARROS	0,20	16,69	4,70
ESTIMAPAR INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	4,21	0,00	3,06
ZENITH ASSET MANAGEMENT	0,00	5,76	1,57
Demais Acionistas	4,35	49,90	16,82
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Forjas Taurus S.A.	% sobre o Total de Ações Após a RCA de 02/06/2016		
	ON %	PN %	Total %
CBC PARTICIPAÇÕES S/A	91,91	2,51	70,99
CAIXA DE PREVID. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	1,28	4,64	2,07
MARCOS BODIN DE SAINT ANGE COMNENE	0,02	23,84	5,60
ANTONIO MARCOS MORAES BARROS	0,15	15,91	3,84
ESTIMAPAR INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	3,26	0,00	2,50
ZENITH ASSET MANAGEMENT	0,00	5,50	1,29
Demais Acionistas	3,38	47,60	13,71
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Obs.: O aumento de capital aprovado em RCA de 27.06.2016 não alterou as participações societárias relevantes.

- **Após aumento de capital aprovado em RCA de 31.01.2017**

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião ocorrida em 31/01/2017, cuja ata foi reapresentada em 03/02/2017, aprovou o aumento de capital social da Companhia no montante de R$ 10.511.814,52 (dez milhões, quinhentos e onze mil, oitocentos e quatorze reais e cinquenta e dois centavos), mediante a emissão de 6.409.643 (seis milhões, quatrocentos e nove mil, seiscentas e quarenta e três) novas ações, sendo 1.802.855 (hum milhão, oitocentas e duas mil, oitocentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias e 4.606.788 (quatro milhões, seiscentas e seis mil, setecentas e oitenta e oito) ações preferenciais, todas ao preço de emissão de R$1,64 (hum real e sessenta e quatro centavos) por ação, em decorrência do exercício de 1.802.855 (hum milhão, oitocentos e dois mil, oitocentos e cinquenta e cinco) bônus de subscrição classe 1 e 4.606.788 (quatro milhões, seiscentos e seis mil, setecentos e oitenta e oito) bônus de subscrição classe 2, todos emitidos no âmbito do aumento de capital da Companhia homologado em 29 de setembro de 2015.

Em razão do referido aumento de capital, o novo capital social da Companhia passa a ser de R$ 404.488.840,61 (quatrocentos e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e quarenta reais e sessenta e um centavos), representado por 64.688.212 (sessenta e quatro milhões, seiscentas e oitenta e oito mil, duzentas e doze) ações, sendo 46.445.314 (quarenta e seis milhões, quatrocentas e quarenta e cinco mil, trezentas e quatorze) ações ordinárias e 18.242.898 (dezoito milhões, duzentas e quarenta e duas mil, oitocentas e noventa e oito) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

As novas ações ordinárias e preferenciais farão jus ao recebimento de dividendos integrais que vierem a ser declarados e a todos os demais direitos e benefícios conferidos aos demais

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

detentores de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, em igualdade de condições.

Forjas Taurus S.A.	% sobre o Total de Ações Antes da RCA de 31/01/2017		
	ON %	PN %	Total %
CBC PARTICIPAÇÕES S/A	91,91	2,51	70,99
CAIXA DE PREVID. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	1,28	4,64	2,07
MARCOS BODIN DE SAINT ANGE COMNENE	0,02	23,84	5,60
ANTONIO MARCOS MORAES BARROS	0,15	15,91	3,84
ESTIMAPAR INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	3,26	0,00	2,50
ZENITH ASSET MANAGEMENT	0,00	5,50	1,29
Demais Acionistas	3,38	47,60	13,71
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Forjas Taurus S.A.	% sobre o Total de Ações Após a RCA de 31/01/2017		
	ON %	PN %	Total %
CBC PARTICIPAÇÕES S/A	91,90	3,37	66,93
CAIXA DE PREVID. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	1,23	3,47	1,86
MARCOS BODIN DE SAINT ANGE COMNENE	0,02	28,23	7,98
ANTONIO MARCOS MORAES BARROS	0,29	23,79	6,92
ESTIMAPAR INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	3,13	0,00	2,25
ZENITH ASSET MANAGEMENT	0,00	4,11	1,16
Demais Acionistas	3,43	37,03	12,90
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Obs.: O aumento de capital aprovado em RCA de 31.01.2017 não alterou as participações societárias relevantes.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

- **Comunicado ao mercado de 01/08/2017**

A Forjas Taurus S.A. recebeu, em 01/08/2017, informe da acionista Zenith Asset Management LTDA, com sede na Av. Carlos Gomes, 1492/Conj. 1208, na cidade de Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.279.184/0001-48, informando que, após negociações realizadas, sua participação na Taurus, através do conjunto de ações detidas por suas carteiras administradas e por seus administradores, passou para 4,78% do total de ações preferenciais, totalizando 872.600 ações preferenciais de emissão da Companhia. Dessa forma, segundo o disposto na Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, a Zenith Asset Management LTDA deixa de fazer parte do quadro de acionistas relevantes da Companhia.

Forjas Taurus S.A.	% sobre o Total de Ações Antes de 01/08/2017		
	ON %	PN %	Total %
CBC PARTICIPAÇÕES S/A	91,90	3,37	66,93
CAIXA DE PREVID. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	1,23	3,47	1,86
MARCOS BODIN DE SAINT ANGE COMNENE	0,02	28,23	7,98
ANTONIO MARCOS MORAES BARROS	0,29	23,79	6,92
ESTIMAPAR INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	3,13	0,00	2,25
ZENITH ASSET MANAGEMENT	0,00	4,11	1,16
Demais Acionistas	3,43	37,03	12,90
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Forjas Taurus S.A.	% sobre o Total de Ações Após 01/08/2017		
	ON %	PN %	Total %
CBC PARTICIPAÇÕES S/A	91,90	3,37	66,93
CAIXA DE PREVID. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	1,23	3,47	1,86
MARCOS BODIN DE SAINT ANGE COMNENE	0,02	28,23	7,98
ANTONIO MARCOS MORAES BARROS	0,29	23,79	6,92
ESTIMAPAR INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	3,13	0,00	2,25
Demais Acionistas	3,43	41,14	14,06
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Administradores

Seguem abaixo as alterações nas quantidades de ações dos membros da administração da Companhia, a qual inclui: Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria:

Administração Qtd. Ações	2017		2016		2015	
	% Mesma Espécie	% Total de Ações	% Mesma Espécie	% Total de Ações	% Mesma Espécie	% Total de Ações
ON	0,02	0,01	0,02	0,01	24,83	8,28
PN	0,00	0,00	1,26	0,29	1,95	1,3

15.7 - Principais operações societárias

Evento

Alienação do ativo TMFL e repactuação do contrato.

21-06-2012 – Alienação do Ativo Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. ("TMFL").

12-09-2013 – Repactuação do contrato

Principais Condições de negócio

Em 21 de junho de 2012 foi assinado contrato de venda da controlada TMFL, localizada no Distrito Industrial de Gravataí (RS), para a Renill Participações Ltda. ("RPL"), CNPJ nº 06.376.138/0001-76, empresa pertencente ao grupo Südmetal, conforme contrato no valor de R$ 115,35 milhões. A operação, aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de junho de 2012, foi realizada pela SM Metalurgia Ltda. ("SML"), empresa controlada pela TMFL, e foi contabilizada no balanço do 2º trimestre de 2012 da Companhia.

A empresa vendedora foi a Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda., com a anuência da Wotan Máquinas Ltda. e da Taurus Investimentos Imobiliários Ltda., por meio da constituição de uma empresa denominada SM Metalurgia Ltda. cujo capital subscrito no valor de R$ 115.349, representando o montante final da alienação, pela integralização dos seguintes bens, apurados com base no balanço encerrado em 31 de maio de 2012:

- Pela Wotan Máquinas Ltda., o conjunto de máquinas e equipamentos industriais e imóveis localizados no Distrito Industrial de Gravataí (RS);
- Pela Taurus Investimentos Imobiliários Ltda., um imóvel registrado no Distrito Industrial de Gravataí (RS);
- Pela Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda., (a) o conjunto de máquinas e equipamentos industriais, matrizes e ferramentas, instalações, móveis e utensílios, computadores e periféricos e veículos; e (b) estoques.

Com o pagamento de dívida, de capitalização e de dação em pagamento, da Wotan Máquinas Ltda. e da Taurus Investimentos Imobiliários Ltda., a Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. passou a deter a totalidade das quotas da SM Metalurgia Ltda., ficando o compromisso de venda e o compromisso de compra pela Renill Participações Ltda. de adquirir a totalidade das quotas pelo preço de R$ 115.350, a ser pagos da seguinte forma:

a) R$ 64.000 em 18 (dezoito) parcelas semestrais, com vencimento a partir de 30 de junho de 2013, sendo as duas primeiras parcelas no valor de R$2.600 e as demais com vencimento a partir de 30 de junho de 2014 no valor de R$3.675, com notas promissórias garantidas pela Sudmetal Indústria Metalúrgica S.A.;
b) R$ 51.350 a serem pagos em parcelas mensais, vencendo-se a primeira 180 dias após o vencimento da última parcela prevista no item (a) acima.

A atualização das parcelas foi acordada em TJLP + 1,8% a.a.

Além das quotas adquiridas da SM Metalurgia Ltda. pela Renill Participações Ltda., também foram adquiridos todos os direitos de propriedade industrial, relativos à marca "WOTAN"; patentes; dados técnicos de engenharia; cadastros juntos aos órgãos financiadores; os estoques de peças e de produtos semiprontos, sem prejuízo aos clientes no que tange á manutenção da assistência técnica.

A Renill Participações Ltda. assumiu também, todas as responsabilidades pelos encargos fiscais, trabalhistas, ambientais e quaisquer outros que decorram da operação a ser realizada nos bens que constituem a nova empresa SM Metalurgia Ltda., sendo o presente negócio realizado em caráter irrevogável e irretratável.

A venda das operações da Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda., por intermédio da SM Metalurgia Ltda., estava alinhada com a estratégia de focar nos principais negócios da

15.7 - Principais operações societárias

Companhia, segmentados em Defesa e Segurança e em Metalurgia e Plásticos, e visavam o cumprimento das metas de curto e médio prazo, com o objetivo de maximizar o retorno do acionista, já eliminando do resultado da Companhia a contar do 2º semestre de 2012, o impacto negativo que as operações descontinuadas vinham gerando.
Porém, em 12 de setembro de 2013 foi feito um aditamento do contrato, repactuando o preço de venda e as condições de pagamento. Isso resultou numa perda de R$ 57,83 milhões, alterando o valor dos R$ 115,35 milhões do contrato inicial para R$ 57,52 milhões. Dado que a Administração da Companhia, em revisão de todos os contratos e correspondências relacionados à operação, concluiu que os eventos que levaram a redução do valor já estavam presentes em 21 de junho de 2012, foi deliberada a reabertura das Informações Trimestrais desde o 2º trimestre de 2012 e, consequentemente, das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2012.
Com esta reapresentação, eliminou-se a conclusão com ressalva do auditor independente sobre a posição patrimonial, e a conclusão adversa do auditor independente sobre o resultado e fluxos de caixa dos períodos reapresentados. Como resultado da repactuação, foi gerado um prejuízo de R$ 11,2 milhões no exercício de 2012. Por fim, a companhia registrou uma provisão adicional para perda em 31 de março de 2014 no valor de R$ 64,039 milhões, tendo em vista que: entende ter havido deterioração das condições de crédito; ainda não concluiu a formalização plena das garantias da operação; pelo fato do comprador ser uma empresa Limitada, não sendo possível, portanto, avaliar sua presente situação econômica.

Sociedades envolvidas

- Wotan Máquinas Ltda
- Taurus Investimentos Imobiliários Ltda
- Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.
- Forjas Taurus S/A
- Renill Participações Ltda.

Efeitos resultantes da operação no quadro acionário

Não aplicável.

Quadro acionário antes e depois da operação

Não aplicável.

Mecanismos utilizados para garantir tratamento equitativo entre os acionistas

Não houve impacto aos acionistas, pois se trata de operação com subsidiária.

Evento

Cancelamento da totalidade das ações em tesouraria detidas pela Companhia até 12/08/2014

Condições de negócio

Após debates acerca da matéria objeto da ordem do dia e análise das informações, os Conselheiros deliberaram pelo cancelamento de 2.827.206 (dois milhões, oitocentos e vinte e sete mil, duzentos e seis) ações ordinárias e 9.608.901 (nove milhões, seiscentos e oito mil, novecentos e uma) ações preferenciais, sem valor nominal, de emissão da Companhia e mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital social. Em função do cancelamento das ações mantidas em tesouraria, o capital social da Companhia de R$ 257.797.469,79 (duzentos e cinquenta e sete milhões, setecentos e noventa e sete mil, quatrocentos e sessenta e nove reais, e setenta e nove centavos), passa a ser dividido em 44.310.333 (quarenta e quatro milhões, trezentos e dez mil, trezentos e trinta e três) ações ordinárias e 84.666.177 (oitenta e quatro milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, cento e setenta e sete) ações preferenciais. Será oportunamente convocada nova Assembleia Geral Extraordinária para ajustar o número de ações em que se divide o capital social constante do artigo 5º do Estatuto Social, tendo em vista o cancelamento de ações ora aprovado. A Diretoria fica

15.7 - Principais operações societárias

autorizada a tomar as providências legais necessárias à implementação das deliberações tomadas.

Sociedades envolvidas

Forjas Taurus S.A.

Efeitos resultantes da operação no quadro acionário

A partir do cancelamento das ações em tesouraria, o capital social passa a ser dividido em menos ações do que anteriormente e, consequentemente os acionistas passam a deter participações maiores da Companhia se considerada a totalidade das ações.

Quadro acionário antes e depois da operação

Forjas Taurus S.A.	% sobre o Total de Ações Antes do Cancelamento das Ações em Tesouraria		
	ON %	PN %	Total %
CAIXA DE PREVID. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	14,4	29,4	24,4
ESTIMAPAR INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	35,0	0,0	11,7
COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS - CBC	14,6	0,8	5,4
FIGI FUNDO DE INVESTIMENTO DE ACOES	9,5	0,0	3,2
Ações em Tesouraria	6,0	10,2	8,8
Demais Acionistas	20,5	59,6	46,5
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Forjas Taurus S.A.	% sobre o Total de Ações Após o Cancelamento das Ações em Tesouraria		
	ON %	PN %	Total %
CAIXA DE PREVID. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	15,3	32,7	26,8
ESTIMAPAR INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	37,2	0,0	12,8
COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS - CBC	15,6	0,9	6,0
FIGI FUNDO DE INVESTIMENTO DE ACOES	10,1	0,0	3,5
Demais Acionistas	21,8	66,4	50,9
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

15.7 - Principais operações societárias

Mecanismos utilizados para garantir tratamento equitativo entre os acionistas
Não houve impacto aos acionistas, todos tiveram suas participações ajustadas de forma equânime.

Evento
Homologação do Aumento de Capital em Assembleia Geral Extraordinária em 20-08-2014
Principais Condições de negócio
Após exame e discussões acerca da matéria, tendo sido verificada a subscrição de ações no montante total de R$ 67.078.925,46 (sessenta e sete milhões, setenta e oito mil, novecentos e vinte e cinco reais e quarenta e seis centavos), valor este superior ao limite mínimo total de R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) estabelecido para a realização do aumento de capital, foi aprovada, por maioria de votos dos acionistas presentes, a homologação do aumento de capital social da Companhia que havia sido aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 29.04.2014, com a consequente emissão de 48.522.214 (quarenta e oito milhões, quinhentas e vinte e duas mil, duzentas e quatorze) ações ordinárias e 85.703 (oitenta e cinco mil, setecentas e três) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.
Sociedades envolvidas
Forjas Taurus S.A.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário
O quadro acionário da Companhia foi alterado consideravelmente em função das subscrições feitas pelos acionistas ao longo do exercício dos direitos de preferência e rodadas de sobras.
Quadro acionário antes e depois da operação

Forjas Taurus S.A.	% sobre o Total de Ações Antes do Aumento de Capital		
	ON %	PN %	Total %
CAIXA DE PREVID. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	15,3	32,7	26,8
ESTIMAPAR INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	37,2	0,0	12,8
COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS - CBC	15,6	0,9	6,0
FIGI FUNDO DE INVESTIMENTO DE ACOES	10,1	0,0	3,5
Demais Acionistas	21,8	66,4	50,9
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

15.7 - Principais operações societárias

Forjas Taurus S.A.	% sobre o Total de Ações Após ao Aumento de Capital		
	ON %	PN %	Total %
CAIXA DE PREVID. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	7,3	32,7	19,4
ESTIMAPAR INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	23,2	0,0	12,1
COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS - CBC	52,5	0,9	27,9
FIGI FUNDO DE INVESTIMENTO DE ACOES	4,8	0,0	2,5
Demais Acionistas	12,2	66,4	38,1
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Mecanismos utilizados para garantir tratamento equitativo entre os acionistas

Processo de aumento de capital disponibilizado a todos os acionistas

Evento

Aprovação de Grupamento de Ações em Assembleia Geral Extraordinária em 19-12-2014

Principais Condições de negócio

Em 19 de janeiro de 2015 a Taurus comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, tendo em vista a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2014 às 11h, aprovou o grupamento das ações à razão de onze ações de cada espécie (ON e PN), para uma da respectiva espécie, a partir de 20 de janeiro de 2015, as ações ordinárias e preferenciais passaram a ser negociadas de forma agrupada e com cotação unitária na BM&FBOVESPA.

Após a aprovação assemblear do referido grupamento, os acionistas tiveram trinta dias para alienarem ou adquirirem, a seu livre critério, as ações ordinárias e/ou preferenciais necessárias para eliminar frações de ações resultantes do processo de grupamento. Ao longo de fevereiro de 2015, a Companhia alienou as ações resultantes da referida operação e disponibilizou proporcionalmente aos acionistas detentores das frações de ações o valor resultante das vendas.

O grupamento das ações não afetou: (i) o valor em reais do capital social da Companhia; e (ii) os direitos atribuídos às ações ordinárias e preferenciais.

Sociedades envolvidas

Forjas Taurus S.A.

Efeitos resultantes da operação no quadro acionário

O grupamento das ações não afetou a participação de cada acionista no capital social da Companhia, exceto nas hipóteses em que o grupamento resultou em um acionista deter uma fração de ação, conforme o caso.

Quadro acionário antes e depois da operação

Não aplicável.

15.7 - Principais operações societárias

Evento

Homologação do Aumento de Capital em Assembleia Geral Extraordinária em 29-09-2015

Principais Condições de negócio

Após exame e discussões acerca da matéria, tendo sido verificada a subscrição de ações no montante total de R$ 39.858.904,40 (trinta e nove milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, novecentos e quatro reais e quarenta centavos), valor este superior ao limite mínimo total de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) estabelecido para a realização do aumento de capital, foi aprovada, por maioria de votos, a homologação do aumento de capital social da Companhia que havia sido aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 15 de julho de 2015, com a consequente emissão de 19.007.305 (dezenove milhões, sete mil, trezentas e cinco) novas ações ordinárias e 5.296.905 (cinco milhões, duzentas e noventa e seis mil, novecentas e cinco) novas ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal ("Novas Ações"), com a atribuição de bônus de subscrição aos subscritores das Novas Ações;

Sociedades envolvidas

Forjas Taurus S.A.

Efeitos resultantes da operação no quadro acionário

O quadro acionário da Companhia foi alterado em função das subscrições feitas pelos acionistas ao longo do exercício dos direitos de preferência e rodadas de sobras.

Quadro acionário antes e depois da operação

Forjas Taurus S.A.	% sobre o Total de Ações Antes do Aumento de Capital		
	ON %	PN %	Total %
COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS - CBC	59,08	0,93	31,33
CAIXA DE PREVID. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	6,80	28,13	16,98
ESTIMAPAR INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	17,24	0,00	9,01
LUIZ BARSI FILHO	1,43	6,39	3,80
FIGI FUNDO DE INVESTIMENTO DE ACOES	6,60	0,00	3,45
Demais Acionistas	9,57	64,55	35,43
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

15.7 - Principais operações societárias

Forjas Taurus S.A.	% sobre o Total de Ações Após ao Aumento de Capital		
	ON %	PN %	Total %
COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS - CBC	86,84	2,64	59,77
CAIXA DE PREVID. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	2,09	16,67	6,78
MARCOS BODIN DE SAINT ANGE COMNENE	0,04	20,14	6,50
ANTONIO MARCOS MORAES BARROS	0,25	16,69	5,53
ESTIMAPAR INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	5,30	0,00	3,60
Demais Acionistas	5,48	43,86	17,82
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Mecanismos utilizados para garantir tratamento equitativo entre os acionistas

Processo de aumento de capital disponibilizado a todos os acionistas

Evento

Aprovação de Exercício de Bônus de Subscrição e Novo Capital Social em Reunião de Conselho de Administração em 06-01-2016.

Principais Condições de negócio

Debatida a matéria objeto da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia analisaram e aprovaram o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$11.701.400,00 (onze milhões, setecentos e um mil e quatrocentos reais), decorrente do exercício, pela acionista Companhia Brasileira de Cartuchos – CBC, sociedade anônima com sede na cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, na Avenida Humberto de Campos, nº 3.220, Guapituba, devidamente inscrita perante o CNPJ/MF sob o nº 57.494.031/0001-63, em 30 de dezembro de 2015, de 7.135.000 (sete milhões, centro e trinta e cinco mil) bônus de subscrição classe 1, com a consequente emissão de 7.135.000 (sete milhões, centro e trinta e cinco mil) novas ações ordinárias, integralmente subscritas pela CBC ao preço de emissão de R$ 1,64 (um real e sessenta e quatro centavos) por ação, conforme termos e condições aprovados no âmbito do aumento de capital da Companhia homologado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 29 de setembro de 2015.

Em razão do referido aumento de capital, o novo capital social da Companhia passa a ser de R$376.436.699,65 (trezentos e setenta e seis milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, seiscentos e noventa e nove reais e sessenta e cinco centavos), representado por 47.583.248 (quarenta e sete milhões, quinhentas e oitenta e três mil, duzentas e quarenta e oito) ações, sendo 34.581.627 (trinta e quatro milhões, quinhentas e oitenta e uma, seiscentas e vinte e sete) ações ordinárias e 13.001.621 (treze milhões, mil, seiscentas e vinte e uma) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. As novas ações ordinárias farão jus ao recebimento de dividendos integrais que vierem a ser declarados e a todos os demais direitos e benefícios conferidos aos demais detentores de ações ordinárias de emissão da Companhia, em igualdade de condições. A alteração no Estatuto Social da Companhia, para consignar o novo montante do capital social, deverá ser objeto de deliberação na próxima

15.7 - Principais operações societárias

Assembleia Geral a ser realizada, conforme os termos e condições aprovados no âmbito do aumento de capital homologado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2015.

Sociedade envolvida

Forjas Taurus S.A.

Efeitos resultantes da operação no quadro acionário

O quadro acionário da Companhia foi alterado em função do exercício de bônus realizado pela CBC e da alienação de ações em bolsa de valores realizada pela PREVI conforme Comunicado ao Mercado de 08.01.2016.

Quadro acionário antes e depois da operação

Forjas Taurus S.A.	% sobre o Total de Ações Antes do Exercício do Bônus		
	ON %	PN %	Total %
COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS - CBC	86,84	2,64	59,77
CAIXA DE PREVID. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	2,09	14,28	6,01
MARCOS BODIN DE SAINT ANGE COMNENE	0,04	20,14	6,50
ANTONIO MARCOS MORAES BARROS	0,25	16,69	5,53
ESTIMAPAR INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	5,30	0,00	3,60
Demais Acionistas	5,48	46,25	18,59
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Forjas Taurus S.A.	% sobre o Total de Ações Após o Exercício do Bônus		
	ON %	PN %	Total %
COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS - CBC	89,55	2,64	65,80
CAIXA DE PREVID. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	1,66	9,12	3,70
MARCOS BODIN DE SAINT ANGE COMNENE	0,03	20,14	5,52
ANTONIO MARCOS MORAES BARROS	0,20	16,69	4,70
ESTIMAPAR INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	4,21	0,00	3,06
Demais Acionistas	4,35	51,41	17,22
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

15.7 - Principais operações societárias

Mecanismos utilizados para garantir tratamento equitativo entre os acionistas
Exercício do bônus proveniente de processo de aumento de capital disponibilizado a todos os acionistas

Evento
Cisão CBC (Acionista Controlador) em 22-02-2016
Condições de negócio
Realização de cisão parcial da Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) e a transferência das ações de emissão da Taurus de propriedade da CBC para a CBC Participações S/A.
Sociedades envolvidas
Forjas Taurus S.A.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário
Alteração do acionista controlador Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) para CBC Participações S/A.
Quadro acionário antes e depois da operação

Forjas Taurus S.A.	**% sobre o Total de Ações Antes da Cisão da CBC**		
	ON %	**PN %**	**Total %**
COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS - CBC	89,55	2,64	65,80
CAIXA DE PREVID. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	1,66	4,87	2,53
MARCOS BODIN DE SAINT ANGE COMNENE	0,03	20,14	5,52
ANTONIO MARCOS MORAES BARROS	0,20	16,69	4,70
ESTIMAPAR INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	4,21	0,00	3,06
ZENITH ASSET MANAGEMENT	0,00	5,76	1,57
Demais Acionistas	4,35	49,90	16,82
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

15.7 - Principais operações societárias

Forjas Taurus S.A.	% sobre o Total de Ações Após Cisão da CBC		
	ON %	PN %	Total %
CBC Participações S/A	89,55	2,64	65,80
CAIXA DE PREVID. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	1,66	4,87	2,53
MARCOS BODIN DE SAINT ANGE COMNENE	0,03	20,14	5,52
ANTONIO MARCOS MORAES BARROS	0,20	16,69	4,70
ESTIMAPAR INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	4,21	0,00	3,06
ZENITH ASSET MANAGEMENT	0,00	5,76	1,57
Demais Acionistas	4,35	49,90	16,82
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Mecanismos utilizados para garantir tratamento equitativo entre os acionistas

A cisão não alterou, sob qualquer aspecto, a composição do controle indireto da Taurus, tampouco da estrutura administrativa da Companhia, não trazendo impacto aos acionistas minoritários.

Evento

Aprovação de Exercício de Bônus de Subscrição e Novo Capital Social em Reunião de Conselho de Administração em 02-06-2016

Condições de negócio

O Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de capital social de R$17.540.321,52, mediante a emissão de 10.695.318 novas ações, sendo 10.006.829 ações ordinárias, e 634.489 ações preferenciais, ao preço de emissão de R$1,64 por ação, em decorrência dos exercícios de (i) 7.926.829 bônus de subscrição classe 1 pelo acionista CBC Participações S.A., em 20.05.2016; (ii) 634.489 bônus de subscrição classe 2 pelo acionista pelo acionista Marcos Bodin de Saint Ange Comnene, em 25.05.2016; e (iii) 2.134.000 bônus de subscrição classe 1 pelo acionista CBC Participações S.A., em 31.05.2016, conforme termos e condições aprovados no âmbito do aumento de capital da Companhia homologado em 29 de setembro de 2015.

Em razão do referido aumento de capital, o novo capital social da Companhia passa a ser de R$393.977.021,17 (trezentos e noventa e três milhões, novecentos e setenta e sete mil, vinte e um reais e dezessete centavos), representado por 58.278.566 (cinquenta e oito milhões,

15.7 - Principais operações societárias

duzentas e setenta e oito mil, quinhentas e sessenta e seis) ações, sendo 44.642.456 (quarenta e quatro milhões, seiscentas e quarenta e dois mil, quatrocentas e cinquenta e seis) ações ordinárias e 13.636.110 (treze milhões, seiscentas e trinta e seis mil, cento e dez) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. As novas ações ordinárias e preferenciais farão jus ao recebimento de dividendos integrais que vierem a ser declarados e a todos os demais direitos e benefícios conferidos aos demais detentores de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, em igualdade de condições.

Sociedades envolvidas

Forjas Taurus S.A.

Efeitos resultantes da operação no quadro acionário

O quadro acionário da Companhia foi alterado em função do exercício de bônus realizado pela CBC Participações S.A. e pelo Sr. Marcos Bodin de Saint Ange Comnene, diluindo os demais acionistas da Companhia.

Quadro acionário antes e depois da operação

Forjas Taurus S.A.	% sobre o Total de Ações Antes da RCA de 02/06/2016		
	ON %	PN %	Total %
CBC PARTICIPAÇÕES S/A	89,55	2,64	65,80
CAIXA DE PREVID. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	1,66	4,87	2,53
MARCOS BODIN DE SAINT ANGE COMNENE	0,03	20,14	5,52
ANTONIO MARCOS MORAES BARROS	0,20	16,69	4,70
ESTIMAPAR INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	4,21	0,00	3,06
ZENITH ASSET MANAGEMENT	0,00	5,76	1,57
Demais Acionistas	4,35	49,90	16,82
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

15.7 - Principais operações societárias

Forjas Taurus S.A.	% sobre o Total de Ações Após a RCA de 02/06/2016		
	ON %	PN %	Total %
CBC PARTICIPAÇÕES S/A	91,91	2,51	70,99
CAIXA DE PREVID. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	1,28	4,64	2,07
MARCOS BODIN DE SAINT ANGE COMNENE	0,02	23,84	5,60
ANTONIO MARCOS MORAES BARROS	0,15	15,91	3,84
ESTIMAPAR INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	3,26	0,00	2,50
ZENITH ASSET MANAGEMENT	0,00	5,50	1,29
Demais Acionistas	3,38	47,60	13,71
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Mecanismos utilizados para garantir tratamento equitativo entre os acionistas

Aumento de Capital no âmbito do aumento de capital homologado em AGE de 29.09.2015, a qual foi disponibilizado direito a todos os acionistas.

Evento

Aprovação de Exercício de Bônus de Subscrição e Novo Capital Social em Reunião de Conselho de Administração em 28-06-2016

Condições de negócio

Em 27/06/2015 Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$ 4,92 (quatro reais e noventa e dois centavos), decorrente do exercício, pelo acionista Sérgio Feijão Filho, inscrito perante o CPF sob o nº 010.171.738-50, de 3 (três) bônus de subscrição classe 1, comunicado à Companhia em 06 de junho de 2016, com a consequente emissão de 3 (três) novas ações ordinárias, integralmente subscritas ao preço de emissão de R$ 1,64 (hum real e sessenta e quatro reais) por ação, conforme termos e condições aprovados no âmbito do aumento de capital da Companhia homologado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2015. Em razão do referido aumento de capital, o novo capital social da Companhia passa a ser de R$393.977.026,09 (trezentos e noventa e três milhões, novecentos e setenta e sete mil, vinte e seis reais e nove centavos), representado por 58.278.569 (cinquenta e oito milhões, duzentas e setenta e oito mil, quinhentas e sessenta e nove) ações, sendo 44.642.459 (quarenta e quatro milhões, seiscentas e quarenta e dois mil, quatrocentas e cinquenta e nove) ações ordinárias e 13.636.110 (treze milhões, seiscentas e trinta e seis mil, cento e dez) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. As novas ações ordinárias farão jus ao recebimento de dividendos integrais que vierem a ser declarados e a todos os demais direitos e benefícios conferidos aos demais detentores de ações ordinárias de emissão da Companhia, em igualdade de condições. A alteração no Estatuto Social da Companhia, para consignar o novo montante do capital social, deverá ser objeto de deliberação na próxima Assembleia Geral a ser realizada, conforme os termos e condições

15.7 - Principais operações societárias

aprovados no âmbito do aumento de capital homologado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2015.

Sociedades envolvidas

Forjas Taurus S.A.

Efeitos resultantes da operação no quadro acionário

O quadro acionário da Companhia não foi alterado em função do exercício de bônus realizado pelo Sr. Sérgio Feijão Filho.

Quadro acionário antes e depois da operação

Não se aplica

Mecanismos utilizados para garantir tratamento equitativo entre os acionistas

Aumento de Capital no âmbito do aumento de capital homologado em AGE de 29.09.2015, a qual foi disponibilizado direito a todos os acionistas.

Evento

Aprovação de Exercício de Bônus de Subscrição e Novo Capital Social em Reunião de Conselho de Administração em 31-01-2017.

Condições de negócio

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião ocorrida em 31/01/2017, cuja ata foi reapresentada em 03/02/2017, aprovou o aumento de capital social da Companhia no montante de R$ 10.511.814,52 (dez milhões, quinhentos e onze mil, oitocentos e quatorze reais e cinquenta e dois centavos), mediante a emissão de 6.409.643 (seis milhões, quatrocentos e nove mil, seiscentas e quarenta e três) novas ações, sendo 1.802.855 (hum milhão, oitocentas e duas mil, oitocentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias e 4.606.788 (quatro milhões, seiscentas e seis mil, setecentas e oitenta e oito) ações preferenciais, todas ao preço de emissão de R$1,64 (hum real e sessenta e quatro centavos) por ação, em decorrência do exercício de 1.802.855 (hum milhão, oitocentos e dois mil, oitocentos e cinquenta e cinco) bônus de subscrição classe 1 e 4.606.788 (quatro milhões, seiscentos e seis mil, setecentos e oitenta e oito) bônus de subscrição classe 2, todos emitidos no âmbito do aumento de capital da Companhia homologado em 29 de setembro de 2015.

Em razão do referido aumento de capital, o novo capital social da Companhia passa a ser de R$ 404.488.840,61 (quatrocentos e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e quarenta reais e sessenta e um centavos), representado por 64.688.212 (sessenta e quatro milhões, seiscentas e oitenta e oito mil, duzentas e doze) ações, sendo 46.445.314 (quarenta e seis milhões, quatrocentas e quarenta e cinco mil, trezentas e quatorze) ações ordinárias e 18.242.898 (dezoito milhões, duzentas e quarenta e duas mil, oitocentas e noventa e oito) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

As novas ações ordinárias e preferenciais farão jus ao recebimento de dividendos integrais que vierem a ser declarados e a todos os demais direitos e benefícios conferidos aos demais detentores de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, em igualdade de condições.

Sociedades envolvidas

Forjas Taurus S.A.

Efeitos resultantes da operação no quadro acionário

O quadro acionário da Companhia foi alterado em função do exercício de bônus realizado pela CBC Participações S.A., pelo Sr. Antônio Marcos Moraes Barros e pelo Sr. Marcos Bodin de Saint Ange Comnene, diluindo os demais acionistas da Companhia.

15.7 - Principais operações societárias

Quadro acionário antes e depois da operação

Forjas Taurus S.A.	% sobre o Total de Ações Antes da RCA de 31/01/2017		
	ON %	PN %	Total %
CBC PARTICIPAÇÕES S/A	91,91	2,51	70,99
CAIXA DE PREVID. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	1,28	4,64	2,07
MARCOS BODIN DE SAINT ANGE COMNENE	0,02	23,84	5,60
ANTONIO MARCOS MORAES BARROS	0,15	15,91	3,84
ESTIMAPAR INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	3,26	0,00	2,50
ZENITH ASSET MANAGEMENT	0,00	5,50	1,29
Demais Acionistas	3,38	47,60	13,71
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Forjas Taurus S.A.	% sobre o Total de Ações Após a RCA de 31/01/2017		
	ON %	PN %	Total %
CBC PARTICIPAÇÕES S/A	91,90	3,37	66,93
CAIXA DE PREVID. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	1,23	3,47	1,86
MARCOS BODIN DE SAINT ANGE COMNENE	0,02	28,23	7,98
ANTONIO MARCOS MORAES BARROS	0,29	23,79	6,92
ESTIMAPAR INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	3,13	0,00	2,25
ZENITH ASSET MANAGEMENT	0,00	4,11	1,16
Demais Acionistas	3,43	37,03	12,90
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Mecanismos utilizados para garantir tratamento equitativo entre os acionistas

Aumento de Capital no âmbito do aumento de capital homologado em AGE de 29.09.2015, a qual foi disponibilizado direito a todos os acionistas.

15.8 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

As operações celebradas pela Companhia, com partes relacionadas, seguem os padrões de mercado e são amparadas pelas devidas avaliações prévias de seus termos e condições e do grau de interesse da Companhia em sua realização. Com efeito, as transações realizadas com partes relacionadas observam condições de preços e prazos efetuados de acordo com o pactuado entre as partes. A Companhia possui uma **Política de Transações com Partes Relacionadas**, divulgada em 22/07/2015, que pode ser acessada em www.taurusri.com.br.

Vale destacar as operações da Companhia com seu controlador. Com a homologação do aumento de capital em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de agosto de 2014, a Companhia Brasileira de Cartuchos – "CBC", passou a ser acionista majoritário da Forjas Taurus S.A. Em 11 de fevereiro de 2015, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), emitiu certidão informando a conclusão e arquivamento do processo para permissão do exercício dos direitos políticos da totalidade das ações detidas pela Companhia Brasileira de Cartuchos ("CBC") sobre a Taurus.

Além de operações referentes à venda de armas para comercialização e compra de munições, em 24 de fevereiro de 2017, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a transferência temporária da fabricação de determinados modelos de armas longas junto à CBC, conforme fato relevante divulgado na mesma data. A vigência do contrato será de 36 (trinta e seis) meses e, além da produção de determinadas armas longas do portfólio da Companhia, o mesmo prevê também a locação de máquinas e equipamentos para a fabricação das armas longas de propriedade da Companhia. As condições estabelecidas foram determinadas com base em condições de mercado, de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos pela Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia. De acordo com as condições pactuadas no contrato, a comercialização das referidas armas longas continuará sendo realizada pela Taurus, sendo efetivada apenas a transferência temporária de licença de operação e processos de fabricação.

A responsabilidade pela assistência técnica e garantia dos produtos será integralmente da fabricante das armas, nos termos do contrato. Ainda, a CBC somente poderá produzir e/ou comercializar as armas longas objeto do contrato durante a vigência do mesmo, não sendo permitida a manutenção de operação das referidas armas após o término do contrato.

Os principais objetivos do contrato são: (I) aumentar a eficiência da operação de armas longas tendo em vista os menores custos de produção da planta da CBC em Montenegro-RS, em comparação com os custos incorridos pela Companhia; (II) permitir que a Companhia possa focar seus esforços na produção de revólveres, pistolas e armas táticas, que representam a maior parte de sua produção e melhores margens operacionais; (III) viabilizar o atendimento da demanda global de armas longas, considerando a maior capacidade instalada de fabricação da CBC; e, consequentemente, (iv) a otimização da distribuição destas armas junto a vários mercados.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS S.A. (CBC)	24/02/2017	191.475,90	Não há	Não é possível auferir.	36 meses	NÃO	0,000000

Relação com o emissor	Pessoa jurídica ligada ao controlador da Forjas Taurus S.A.
Objeto contrato	Transferência temporária pela TAURUS à CBC das licenças de operação e processos de fabricação das armas longas, incluindo projetos, especificações, desenhos, demais dados de engenharia necessários para a produção dos produtos para a TAURUS e suas subsidiárias, bem como a locação dos equipamentos para o processo de fabricação das aludidas armas longas e alienação do estoque de matéria prima existente em poder da TAURUS.
Garantia e seguros	Não há
Rescisão ou extinção	(i) Liquidação, recuperação judicial ou extrajudicial, e falência de qualquer das partes; (II) Descumprimento contratual, não sanado no prazo indicado pela parte para o efetivo atendimento das obrigações decorrentes do contrato; (III) Prática de atos ilícitos que venham a comprometer a idoneidade de qualquer das partes, (IV) Cessão a terceiros das obrigações assumidas no presente contrato sem o prévio e expresso consentimento da Forjas Taurus S.A.
Natureza e razão para a operação	
Posição contratual do emissor	Outra
Especificar	Contrato de natureza sinalagmática, trazendo diretos e obrigações recíprocas.

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

A Companhia atualizou seu Código de Ética em 26 de julho de 2016, onde foram elencadas as regras de identificação e administração de conflitos de interesses amplamente divulgados na Companhia. Este aplica-se a todos os administradores e colaboradores da TAURUS, nas relações com clientes, acionistas, fornecedores, prestadores de serviços, concorrentes, órgãos públicos, sociedade e o público em geral.

Um potencial conflito de interesses surge quando há envolvimento, direto ou indireto, de administradores e colaboradores em situações que podem influenciar ou pareçam influenciar suas decisões profissionais. É importante evitar situações que caracterizem este ato.

São vedadas aos administradores e colaboradores as seguintes situações que caracterizam conflitos de interesses:

a) Participar de qualquer atividade que possa pôr em risco a sua integridade moral e/ou física, que conflite com o cargo exercido, que venha a prejudicar os resultados do trabalho e os resultados da Companhia.

b) Realizar atividades paralelas que comprometam seu horário de trabalho ou desempenho na Companhia.

c) Aproveitar recursos da Companhia em benefício próprio ou de outros.

d) Usar o prestígio do cargo e de informações privilegiadas da Companhia em benefício próprio ou de outros.

e) Contratar fornecedores que tenham como sócios pessoas com vínculo familiar de até 2º grau com o responsável pela tomada da decisão na Companhia.

f) demais situações que possam acarretar conflitos de interesses não especificadas devem ser informadas para o Canal de Ética.

16.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
05/10/2018	404.488.840,61		46.445.314	28.242.898	74.688.212
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	**Quantidade de ações (Unidades)**	**Título**	**Condições para conversão**		
		BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO	Até a data dos respectivos vencimentos, cada bônus de subscrição, independentemente da série, dará ao seu titular o direito de subscrever 1 ação preferencial de emissão da Companhia, a qual terá os mesmos direitos atribuídos às demais ações preferenciais da Companhia, mediante pagamento dos seguintes preços de exercício: Série A - R$4,00; Série B - R$5,00; Série C - R$6,00; e Série D - R$7,00. Caso exercidos todos os bônus de subscrição, serão emitidas novas 74.000.000 ações preferenciais. O percentual de diluição potencial resultante do exercício dos bônus de subscrição para os acionistas da companhia é de 53,35%		
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
31/01/2017	404.488.840,61		46.445.314	18.242.898	64.688.212
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
22/12/2015	0,00		51.851.293	103.702.585	155.553.878

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
30/04/2010	AGE	03/05/2010	36.000.000,00	Subscrição particular	7.124.120	14.248.240	21.372.360	21,80000000	1,68	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Conforme Instrução Normativa SRF nº 1022 de 05-04-2011, artigo 47 paragrafo 1º									
Forma de integralização	Reserva de lucros									
29/04/2011	AGE	05/05/2011	18.000.000,00	Subscrição particular	4.274.472	8.548.944	12.823.416	9,00000000	1,40	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Conforme Instrução Normativa SRF nº 1022 de 05-04-2011, artigo 47 paragrafo 1º									
Forma de integralização	Reserva de lucros									
27/05/2011	AGE	13/07/2011	38.797.469,79	Subscrição particular	3.961.171	7.922.341	11.883.512	17,70000000	3,26	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Valor econômico									
Forma de integralização	Versão patrimonial do acervo líquido da Polimetal Participações S.A									
29/04/2014	AGE	20/08/2014	67.078.925,46	Subscrição particular	48.522.214	85.703	48.607.917	26,02000000	1,38	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Conforme Lei nº 6.404/76, artigo 170, §1º, III.									
Forma de integralização	Os subscritores efetuaram o pagamento do preço de emissão à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.									
15/07/2015	AGE	29/09/2015	39.858.904,40	Subscrição particular	19.007.305	5.296.905	24.304.210	12,27000000	1,64	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Conforme Lei nº 6.404/76, artigo 170, §1º, III.									
Forma de integralização	Os subscritores efetuaram o pagamento do preço de emissão à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.									
06/01/2016	RCA	06/01/2016	11.701.400,00	Subscrição particular	7.135.000	0	7.135.000	17,63980000	1,64	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Conforme Lei nº 6.404/76, artigo 170, §1º, III.									
Forma de integralização	O subscritor efetuou o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.									

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
02/06/2016	RCA	02/06/2016	17.540.321,52	Subscrição particular	10.060.829	634.489	10.695.318	19,04960491	1,64	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão Conforme Lei nº 6.404/76, artigo 170, §1º, III.

Forma de integralização Os subscritores efetuaram o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

27/06/2016	RCA	27/06/2016	4,92	Subscrição particular	3	0	3	0,00000515	1,64	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão Conforme Lei nº 6.404/76, artigo 170, §1º, III.

Forma de integralização O subscritor efetuou o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

31/01/2017	RCA	31/01/2017	10.511.814,52	Subscrição particular	1.802.855	4.606.788	6.409.643	10,99828481	1,64	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão Conforme Lei nº 6.404/76, artigo 170, §1º, III.

Forma de integralização O subscritores efetuaram o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos últimos 3 exercícios não houve aprovação de desbobramento, grupamento ou bonificação de ações.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
12/08/2014	12/08/2014	0,00	2.827.206	9.608.901	12.436.107	8,79000000	0,00

Forma de restituição Não aplicável

Razão para redução Cancelamento de Ações em Tesouraria deliberada em RCA de 12/08/2014 sem redução do capital social

17.5 - Outras informações relevantes

Emissão dos bônus de subscrição foi privada e deliberada em reunião do conselho de administração de 05 de outubro de 2018, de acordo com a proposta da diretoria e que constitui o Anexo I.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Dividendo obrigatório de 35% calculado sobre o lucro líquido do exercício ajustado na forma
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Nos casos de liquidaçao da Companhia, nos termos da Lei.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não aplicável
Outras características relevantes	Estatuto Social assegura aos Acionistas Não-Controladores dois representantes no Conselho de Administração caso os mecanismos previstos no artigo 141 da Lei das S.A. não lhes assegurem a eleição de, pelo menos, dois membros; Estatuto Social assegura aos dois Acionistas Não-Controladores titulares da maior quantidade de ações de emissão da Companhia o direito de sugerir a indicação de um membro para compor o Conselho de Administração, ficando a critério do Acionista Controlador aceitar ou não tal indicação

Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Dividendo obrigatório de 35% calculado sobre o lucro líquido do exercício ajustado na forma de lei. E pelo art. 5o, parágrafo 3o , inciso (ii) participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias
Direito a voto	Restrito
Descrição de voto restrito	Direito de voto em assembleia geral acerca das seguintes matérias, caso em que cada ação preferencial corresponderá a um voto: I. transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; II. aprovação da celebração de contratos entre a Companhia e seu Acionista Controlador, conforme definido no Regulamento do Nível 2, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, tais matérias devam ser submetidas à deliberação da Assembleia Geral; III. avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; IV. escolha da empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia, nos termos do Capítulo VII deste Estatuto Social; e V. alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento do Nível 2.
Conversibilidade	Sim

18.1 - Direitos das ações

Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	Conforme dispõe o artigo 52 do Estatuto Social aprovado em 27 de maio de 2011, caso o Veículo de Controle venha a deter menos de 35% do total de ações ordinárias de emissão da Companhia, exclusivamente em razão da transferência de ações pelos Controladores Atuais, incluindo, mas não limitado às hipóteses de transferência em virtude da excussão de garantias, inclusive penhor ou alienação fiduciária em garantia, no momento de sua execução, cada ação preferencial de emissão da Companhia será, obrigatoriamente, convertida em 1 ação ordinária, de modo que a totalidade das ações de emissão da Companhia sejam ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Para fins deste Artigo, não será computada qualquer outra forma de diluição, seja em razão do aumento de capital não acompanhado pelos Controladores Atuais ou qualquer outra forma de redução percentual da participação do Veículo de Controle, com exceção da transferência voluntária de participação no capital votante da Companhia.
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não aplicável
Outras características relevantes	Direito a participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ações ordinárias; Estatuto Social assegura aos Acionistas Não-Controladores dois representantes no Conselho de Administração caso os mecanismos previstos no artigo 141 da Lei das S.A. não lhes assegurem a eleição de, pelo menos, dois membros; Estatuto Social assegura aos dois Acionistas Não-Controladores titulares da maior quantidade de ações de emissão da Companhia o direito de sugerir a indicação de um membro para compor o Conselho de Administração, ficando a critério do Acionista Controlador aceitar ou não tal indicação.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não há regras no Estatuto Social da Companhia que limitem o direito de voto de acionistas significativos.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Conforme dispõe o artigo 9º do Estatuto Social, a Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive de voto, do acionista que deixar de cumprir obrigação imposta pela lei, sua regulamentação ou pelo próprio Estatuto Social.

Essa suspensão do exercício dos direitos poderá ser deliberada pela Assembleia Geral em qualquer reunião, ordinária ou extraordinária, em que a matéria constar da ordem do dia.

Os acionistas que representem 5% (cinco por cento), no mínimo, do capital social, poderão convocar Assembleia Geral, quando o Conselho de Administração não atender, no prazo de 8 (oito) dias, ao pedido de convocação que apresentarem, com indicação do descumprimento de obrigação e da identidade do acionista inadimplente.

Caberá à Assembleia Geral que aprovar a suspensão dos direitos políticos do acionista estabelecer, além de outros aspectos, o alcance e o prazo da suspensão, sendo vedada a suspensão dos direitos de fiscalização e de pedido de informações assegurados em lei.

A suspensão de direitos cessará logo que cumprida a obrigação.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Exercício social **31/12/2017**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	518.734	1,90	1,61	R$ por Unidade	1,72
30/06/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	222.889	1,93	1,65	R$ por Unidade	1,75
30/09/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.419.068	2,59	1,67	R$ por Unidade	2,09
31/12/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	424.538	2,30	1,75	R$ por Unidade	2,04
31/01/2017	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.229.956	2,04	1,74	R$ por Unidade	1,81
30/06/2017	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.237.902	2,10	1,69	R$ por Unidade	1,82
30/09/2017	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	41.517.114	3,05	1,70	R$ por Unidade	2,30
31/12/2017	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	8.694.512	1,95	1,52	R$ por Unidade	1,72

Exercício social **31/12/2016**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	55.172	2,05	1,35	R$ por Unidade	1,58
31/03/2016	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.922.222	2,44	1,15	R$ por Unidade	1,60
30/06/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	79.450	1,85	1,37	R$ por Unidade	1,63
30/06/2016	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.000.611	1,89	1,31	R$ por Unidade	1,60
30/09/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	11.800	2,45	1,60	R$ por Unidade	1,96
30/09/2016	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	8.528.716	2,44	1,42	R$ por Unidade	1,94
31/12/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	336.318	1,83	1,50	R$ por Unidade	1,66
31/12/2016	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	46.172	1,95	1,52	R$ por Unidade	1,72

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Exercício social **31/12/2015**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.686.189	5,71	0,50	R$ por Unidade	3,52
31/03/2015	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.044.207	3,75	0,34	R$ por Unidade	2,73
30/06/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	268.566	4,31	2,00	R$ por Unidade	2,69
30/06/2015	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.304.311	3,16	1,64	R$ por Unidade	2,20
30/09/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	25.355	2,00	1,45	R$ por Unidade	1,84
30/09/2015	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	983.450	1,57	1,15	R$ por Unidade	1,27
31/12/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	53.195	2,50	1,26	R$ por Unidade	1,70
31/12/2015	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.070.050	1,25	1,00	R$ por Unidade	1,13

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	Debêntures Quirografárias Não Conversíveis em Ações
Data de emissão	23/08/2011
Data de vencimento	23/08/2016
Quantidade (Unidades)	200
Pessoas Físicas (Unidades)	0
Pessoas Jurídicas (Unidades)	0
Investidores Institucionais (Unidades)	0
Valor nominal global (Reais)	50.000.000,00
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Colocação Privada
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Conforme claúsula 8 e 8.4.2 da Escritura de Emissão: Para alterações em qualquer caractrística e consequentemente na Escritura das Debêntures, é necessária a convocação de Assembleia de Debenturistas onde a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em circulação.

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	Debêntures Quirografárias Não Conversíveis em Ações
Data de emissão	25/06/2014
Data de vencimento	14/06/2021
Quantidade (Unidades)	10.000
Pessoas Físicas (Unidades)	0
Pessoas Jurídicas (Unidades)	1
Investidores Institucionais (Unidades)	0
Valor nominal global (Reais)	50.000.000,00
Saldo devedor em aberto	75.771.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Colocação Privada
Conversibilidade	Não

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Conforme claúsula 6.2 da Escritura de Emissão: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Conforme claúsula 9.6 da Escritura de Emissão: Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas ("AGDEB"), a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto se de outra forma disposta na Escritura, todas as deliberações a serem tomadas em AGDEB dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação.
Outras características relevantes	Esta 3ª Emissão de Debêntures foi incluida no processo de reperfilamento de dívida da Companhia concluido em dezembro de 2016, sendo que 50% destes títulos permaneceram sob a forma de debêntures, contudo nas mesmas características do reperfilamento. Já os outros 50% foram convertidos em Empréstimos e Financiamentos. Assim, o prazo da operação foi repactuado para 5 anos, com 2 anos de carência para pagamento do principal.

Valor mobiliário	**Bônus de Subscrição**
Identificação do valor mobiliário	Bônus Série A, B, C e D
Data de emissão	05/10/2018
Data de vencimento	05/10/2020
Quantidade (Unidades)	74.000.000
Pessoas Físicas (Unidades)	0
Pessoas Jurídicas (Unidades)	0
Investidores Institucionais (Unidades)	0
Valor nominal global (Reais)	9.900.000,00
Saldo devedor em aberto	3.273.975,60
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	Até a data dos respectivos vencimentos, cada bônus de subscrição, independentemente da série, dará ao seu titular o direito de subscrever 1 ação preferencial de emissão da Companhia, a qual terá os mesmos direitos atribuídos às demais ações preferenciais da Companhia, mediante pagamento dos seguintes preços de exercício: Série A - R$4,00; Série B - R$5,00; Série C - R$6,00; e Série D - R$7,00. Caso exercidos todos os bônus de subscrição, serão emitidas novas 74.000.000 ações preferenciais. O percentual de diluição potencial resultante do exercício dos bônus de subscrição para os acionistas da companhia é de 53,35%
Possibilidade resgate	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há.

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	Os bônus de subscrição serão subscritos privadamente, observado o direito de preferência dos acionstas, nos termos divulgados em aviso aos acionistas de 08/10/2018. Vencimentos das Série A - 05/04/2019; Série B - 05/07/2019; Série C - 07/10/2019; Série D - 05/10/2020 Quantidades de bônus por série: A - 25.000.000; B - 20.000.000; C - 20.000.000; e D - 9.000.000

Valor mobiliário	**Bônus de Subscrição**
Identificação do valor mobiliário	FJTA12
Data de emissão	29/09/2015
Data de vencimento	30/01/2017
Quantidade (Unidades)	0
Pessoas Físicas (Unidades)	0
Pessoas Jurídicas (Unidades)	0
Investidores Institucionais (Unidades)	0
Valor nominal global (Reais)	0,00
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	Preço de Exercício do Bônus R$ 1,64
Possibilidade resgate	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há.
Outras características relevantes	Os 55.628 bônus FJTA12 lançados e não exercidos foram cancelados em 30/01/2017.

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	Debêntures Quirografárias Não Conversíveis em Ações
Data de emissão	15/04/2010
Data de vencimento	15/04/2014
Quantidade (Unidades)	10.300
Pessoas Físicas (Unidades)	0
Pessoas Jurídicas (Unidades)	0
Investidores Institucionais (Unidades)	0

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor nominal global (Reais)	103.000.000,00
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Colocação Privada
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Conforme cláusula 9.6 da Escritura de Emissão: Cláusula 9.6 - Para alterações em qualquer característica e consequentemente na escritura das Debêntures, é necessária a convocação de Assembléia de Debenturistas onde a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.6.1 da Escritura de Emissão de Debêntures, descrita abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembléia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação. Cláusula 9.6.1 - Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.6 acima: I. os quoruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura de Emissão; e II. as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, as quais sejam: (a) dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (b) da remuneração, exceto pelo diposto na cláusula 6.13.6 da Escritura de Emissão; (c) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (d) da espécie das Debêntures; (e) da criação de evento de rapactuação; (f) da criação de evento de resgate antecipado facultativo; ou (g) de qualquer evento de inadimplemento.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações de emissão da Companhia são negociadas no segmento BM&FBOVESPA da B3.

As debêntures de emissão da Companhia são negociadas no mercado secundário, no segmento CETIP UTVM da B3.

Os bônus de subscrição emitidos pela Companhia serão negociados no segmento BM&FBOVESPA da B3, uma vez admitida a negociação conforme será informado pela companhia.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

A Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui títulos emitidos no exterior

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

A AGE de 15 de julho de 2015 aprovou o aumento de capital no valor de até R$100.000.000,00 (cem milhões de reais), mediante a emissão de até 31.875.098 (trinta e um milhões, oitocentos e setenta e cinco mil e noventa e oito) novas ações ordinárias e 29.100.511 (vinte e nove milhões, cem mil, quinhentos e onze) novas ações preferenciais, (“Novas Ações”) todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$1,64 (um real e sessenta e quatro centavos).

A AGE de 29 de setembro de 2015 homologou o aumento de capital aprovado em AGE de 15 de julho de 2015, no montante total de R$ 39.858.904,40 (trinta e nove milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, novecentos e quatro reais e quarenta centavos), com a consequente emissão de 19.007.305 (dezenove milhões, sete mil, trezentas e cinco) ações ordinárias e 5.296.905 (cinco milhões, duzentas e noventa e seis mil, novecentas e cinco) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, com a atribuição de bônus de subscrição aos subscritores das novas ações, conforme aviso aos acionistas publicado em 15 de julho de 2015.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

O aumento de capital, aprovado na AGE de 15 de julho de 2015, teve por objetivo fortalecer a estrutura de capital da Companhia, melhorar seus índices financeiros e permitir o atendimento de compromissos de curto prazo voltados a capital de giro, gestão do endividamento financeiro e de acordos contingentes, em especial do montante relacionado com o processo movido por Hunter Douglas N.V (sociedade organizada segundo as leis de Curacao, com sede principal em Rotterdan, Holanda) contra a empresa Wotan Máquinas Ltda. relativo à cobrança originada de contrato de mútuo para financiamento às exportações firmado entre ambas em 2001, no qual a Controlada Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda., figura no polo passivo da demanda em razão da superveniente locação do parque industrial realizado com a Wotan Máquinas Ltda. no ano de 2004. Ademais, o aumento de capital objetivou ainda o suporte financeiro para atendimento ao acordo no processo Chris Carter v. Forjas Taurus, S.A. et. al., conforme detalhamento divulgado em Fato Relevante de 17.04.2015.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

A Companhia não realizou ofertas públicas de ações de emissão de terceiros nos últimos 3 anos.

18.12 - Outras infomações relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui planos de recompra de ações.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos últimos três exercícios não houve movimentação de valores mobiliários em tesouraria.

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Não aplicável dado a inexistência de movimentação de valores mobiliários em tesouraria nos últimos 3 exercícios.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação	**04/07/2011**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	As obrigações previstas na Política de Negociação alcançam, para fins de expressa adesão, (i) a Companhia, (ii) os seus acionistas controladores, (iii) os seus administradores (conselheiros de administração, diretores e conselheiros fiscais), (iv) os seus ex-administradores e (v) empregados, executivos e/ou quaisquer outras pessoas da Companhia assim indicadas pelo Diretor de Relações com Investidores, a seu exclusivo critério.

Principais características e locais de consulta

Nos termos da Lei das S.A. e da regulamentação editada pela CVM, cumpre, a qualquer pessoa, guardar sigilo sobre qualquer informação relevante que ainda não tenha sido divulgada ao mercado, obtida em razão de cargo e capaz de influir de modo ponderável na cotação de valores mobiliários.
Além do sigilo, é vedado valer-se da informação para obter, para si ou para outrem, vantagem indevida no mercado de capitais, sendo caracterizada como crime contra o mercado de capitais a utilização de informação relevante ainda não divulgada ao mercado, por quem tenha dela conhecimento e da qual deva manter sigilo, capaz de propiciar, para si ou para outrem, vantagem indevida, mediante negociação, em nome próprio ou de terceiro, com valores mobiliários.
Em convergência com referidos dispositivos e considerando os pressupostos de que a alocação eficiente de recursos em uma economia de mercado tem como pré-condição a existência de um sistema confiável e oportuno de divulgação de informações, a Companhia, fixou determinados parâmetros e limites específicos para a negociação de valores mobiliários de sua emissão, ou a eles referenciados, por parte de determinadas pessoas, em atenção ao disposto no artigo 15 da Instrução CVM 358.
A Política de Negociação da Companhia deve ser aplicada em conformidade com o disposto na Política de Divulgação de Informações da Companhia, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de julho de 2002, na mencionada Instrução CVM 358 na das Sociedades por Ações e no Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadoras e Futuros, especialmente quanto ao dever dos acionistas controladores, administradores, conselheiros e ex-administradores de guardar sigilo sobre qualquer informação relevante que ainda não tenha sido divulgada, obtida em razão de cargo e capaz de influir de modo ponderável na cotação de valores mobiliários, sendo vedado valer-se da informação para obter, para si ou para outrem, vantagem no mercado de valores mobiliários. A Política de Negociação com Valores Mobiliários da Companhia pode ser consultada em www.taurusri.com.br.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	As Pessoas Sujeitas à Restrição são presumivelmente detentoras de informação privilegiada e não podem negociar (i) qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, tais como ações, debêntures, notas promissórias e/ou bônus de subscrição; e (ii) qualquer título, contrato ou acordo referenciado a qualquer Valor Mobiliário de emissão da Companhia, tais como contratos de derivativos e/ou opções de compra e venda futura, quando em desacordo com a Política de Negociação e/ou em diversos períodos específicos, conforme indicados a seguir. As Pessoas Sujeitas à Restrição não podem negociar com Valores Mobiliários no período de 15 dias corridos que antecede a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Companhia, independentemente da existência, ou não, de Ato ou Fato Relevante a ser divulgado pela Companhia. Excepcionalmente, os administradores da Companhia, das suas sociedades controladas e coligadas poderão negociar com Valores Mobiliários no período de 15 dias corridos que antecede a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Companhia se observadas as disposições do Capítulo VI da Política de Negociação. Estão abrangidas nas vedações da Política de Negociação as negociações realizadas de forma direta ou indireta por Pessoas Sujeitas à Restrição, definidas como: (a) Negociação Direta: negociação com Valores Mobiliários que ocorra por conta e ordem de Pessoa Sujeita à Restrição ou a beneficie diretamente, tais como aquelas efetuadas em bolsas de valores ou mercado de balcão, cujo comitente final seja Pessoa Sujeita à Restrição; e (b) Negociação Indireta: negociação com Valores Mobiliários que tenha como beneficiária indireta Pessoa Sujeita à Restrição, tais como aquelas realizadas por sociedades controladas por Pessoa Sujeita à Restrição, fundo de investimento exclusivo de Pessoa Sujeita à Restrição ou por intermédio de terceiros com quem alguma Pessoa Sujeita à Restrição tenha contrato de fidúcia ou administração de carteira ou ações, observadas as hipóteses de negociação autorizada, conforme descrito na Política de Negociação

20.2 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas no item anterior.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Em 29 de julho de 2002, e adaptada em 28 de março 2014, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o Manual de Conduta sobre Uso, Divulgação e Manutenção de Sigilo acerca de Informações da Companhia, o qual atende as exigências relativas à divulgação de informações previstas na Lei das S.A. e nos normativos expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários.

Nos termos da legislação brasileira sobre valores mobiliários, a Companhia deve divulgar qualquer ato e/ou fato relevante relacionado aos seus negócios à Comissão de Valores Mobiliários e à BM&FBOVESPA. A Diretoria de Relações com Investidores é responsável por assegurar que as informações a serem divulgadas sejam precisas e tempestivas. Os Administradores da Companhia também são responsáveis pelo conteúdo e veracidade das informações publicadas ao mercado.

A divulgação de ato ou fato relevante tem por finalidade assegurar aos investidores a disponibilidade, em tempo hábil e de forma simultânea, eficiente e razoável, das informações necessárias às suas decisões de investimento, assegurando-lhes o acesso simétrico e igualitário a toda a informação relevante. Visa-se, assim, garantir que a competição entre os investidores se lastreie na análise e interpretação das informações divulgadas e jamais no acesso prévio e privilegiado à mesma informação, coibindo-se o uso indevido de informações relevantes por pessoas que a elas tenham acesso privilegiado, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores, da companhia e do mercado em geral.

Em 18 de março de 2016, a Companhia alterou, seu portal de notícias para divulgação de fatos relevantes, passando a utilizar o seguinte portal: www.luzdigi.com.br.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Data de aprovação:

29/07/2002 (adaptada em 28/03/2014 em função da Inst. CVM nº 547 de Fev/14)

Cargo e/ou função:

As obrigações previstas na Política de Divulgação alcançam acionistas controladores, administradores, conselheiros fiscais e integrantes de quaisquer outros órgãos estatutários com funções técnicas ou consultivas, funcionários e executivos com acesso a informações relevantes, e, ainda, por quem em virtude de seu cargo, função ou posição nesta companhia, na controladora, nas sociedades controladas e nas sociedades coligadas, tenham conhecimento de informações relativas a ato ou fato relevante sobre a companhia.

Principais características:

A divulgação de ato ou fato relevante tem por finalidade assegurar aos investidores a disponibilidade, em tempo hábil e de forma simultânea, eficiente e razoável, das informações necessárias às suas decisões de investimento, assegurando-lhes o acesso simétrico e igualitário a toda a informação relevante. Visa-se, assim, garantir que a competição entre os investidores se lastreie na análise e interpretação das informações divulgadas e jamais no acesso prévio e privilegiado à mesma informação, coibindo-se o uso indevido de informações relevantes por pessoas que a elas tenham acesso privilegiado, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores, da companhia e do mercado em geral.

A Companhia atende as exigências relativas a divulgação de informações previstas na Lei das S.A. e nos normativos expedidos pela CVM. Nos termos da legislação brasileira sobre valores mobiliários, a Companhia deve divulgar qualquer ato e/ou fato relevante relacionado aos seus negócios a CVM e a BM&FBOVESPA. A Diretoria de Relações com Investidores é responsável por assegurar que as informações a serem divulgadas sejam precisas e tempestivas. Os Administradores da Companhia também são responsáveis pelo conteúdo e veracidade das informações publicadas ao mercado.

Manutenção de Sigilo sobre informações relevantes não divulgadas:

Cumpre aos acionistas controladores, administradores, conselheiros fiscais e integrantes de quaisquer outros órgãos estatutários com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, e empregados da companhia, guardar sigilo quanto às informações relativas a ato ou fato relevante às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

Os administradores da companhia, sempre que possível, deverão incluir nos contratos firmados com terceiros, que possam vir a ter acesso a informações relevantes sobre a companhia, cláusula específica ou “Termo de Confidencialidade”, pelo qual se comprometam a guardar sigilo em relação a qualquer ato ou fato relevante nos termos definidos pela CVM e pela Política de Divulgação da Companhia.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

Os responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações são o Diretor Presidente e o Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.